

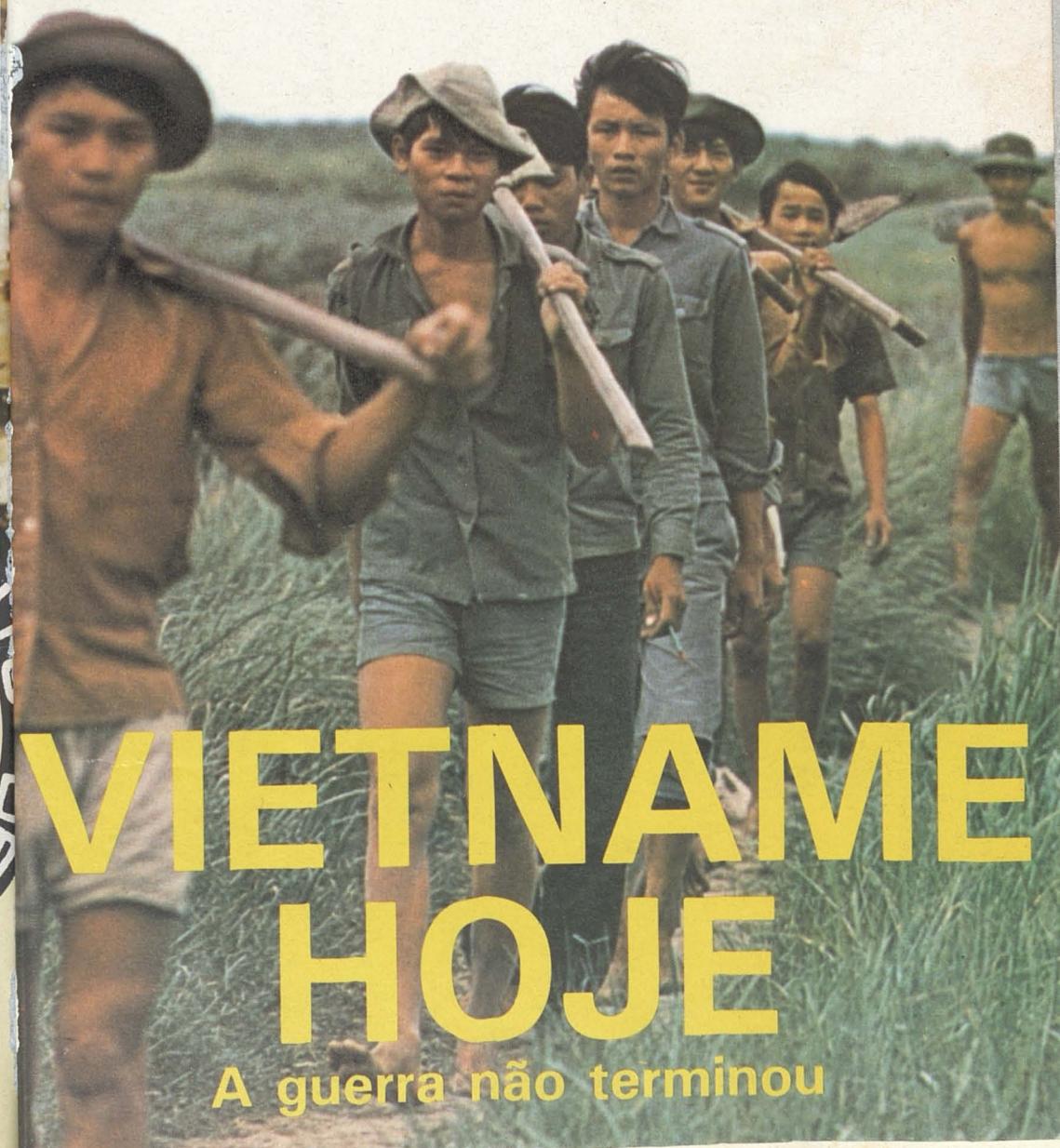
adernos do

terceiro mundo

Um golpe palaciano

BOLÍVIA

0/ABRIL 1981 • ESC 60\$00 • KZ 60.00 • MT 60,00 • PESOS 60,00 • CV 60\$00 • CR\$ 100,00 • ANO IV • N.º 32



A guerra não terminou

ores aos leitores



*nosso petróleo
onde
é necessário...*

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

Guerra e paz

Dedicamos a capa deste número ao sudeste asiático, uma região em evidência há muitos anos pelas investidas colonialistas e neocolonialistas, e agora pela complexidade dos problemas ideológicos e geopolíticos que a envolvem. A importância em destacar o continente asiático – indo ao fundo das principais questões que hoje impedem a paz de prosperar na área – está na dificuldade de se dispor de uma informação correcta que permita avaliar com justeza a vida política, social e económica desses países.

O assunto sempre nos preocupou, não só por ser tema obrigatório nos encontros dos Não-Alinhados, como também pela necessidade de colocarmos os nossos leitores a par de todos os acontecimentos que ocorrem nessa região do Terceiro Mundo. Os resultados podem ser avaliados nas oito matérias, todas de Wilfred Burchett que compõem as 25 páginas dedicadas ao assunto.

Na América Latina, dois factos devem ser destacados: o repúdio panamiano à movimentação militar de intimidação feita pelos Estados Unidos na zona do Canal, um ensaio geral da possível intervenção norte-americana em El Salvador; e uma extensa análise da actual situação política da Bolívia.

Um fenómeno cultural de massas, o «cinema Kung Fu», levou um nosso colaborador a analisá-lo em pormenor, procurando descortinar o que explica esse entusiasmo pelos «pontapés voadores» que esgota as plateias populares em todo o mundo.

Pelo interesse despertado quando da apresentação da edição portuguesa do *guião do terceiro mundo*, chamamos a atenção dos leitores para a intervenção que então proferiu Pablo Piacentini acerca da imprensa alternativa.

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Publicação Mensal – n.º 32 – Março/Abril 1981

Editor Geral

Neiva Moreira

Editores Associados *Pablo Piacentini e Beatriz Bissio*

Conselho Editorial Internacional

Darcí Ribeiro, Juan Somovia, Henry Pease Garcia,

Aquino de Bragança e Wilfred Burchett

**— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA
O BRASIL**

Editor e Director: *Neiva Moreira*

Director administrativo: *Altair Campos*

Secretário de redacção: *Nilton Caparelli*

Representante em Brasília: *Clóvis Sena*

Representante em S. Paulo: *Paulo Cannabrava Filho*

Arte: *David Gomes Araújo* (Editor) *Maria Nakano*

Publicidade: *Jesus Antunes*

Documentação e Arquivo: *Cláudia Guimarães Rodrigues*

Revisão: *José Carlos Gondim*

Propriedade: **Editora Terceiro Mundo, Lda**
Rua da Lapa, 180, Sobreloja A
Tel. 2421957 CEP 20021
Rio de Janeiro

— REPRESENTAÇÕES:

Angola: *Luis Henrique*
Caixa Postal 3593, Luanda

Moçambique: *Etevaldo Hipólito*
Rua Kongwa 153, Maputo

Composição e Montagem:

Renaissance Gráfica SARL

Impressão e Acabamento:

Gráfica Europam Lda

Tiragem desta edição: 38 500 exemplares

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: *Roberto Remo*

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL,
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Gerente Geral: *Gerónimo Cardoso*

Propriedade:
Periodista del Tercer Mundo A. C.
Calle San Lorenzo 153, 4.º piso

México D.F.

BOLÍVIA, CHILE, COLÔMBIA,
EQUADOR, PERU E VENEZUELA

Propriedade: **DESCO**
**Centro de Estudos e Promoción
del Desarrollo**
Av. Salverry 1945, Lima

**— EDIÇÃO EM INGLÊS
PARA OS USA, CANADÁ, EUROPA
E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA
DO TERCEIRO MUNDO**

Editor: *Fernando Molina*

Editor Consultivo: *Cedric Belfrage*

Apartado Postal 20-572
México 20 DF

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), NOVOSTI (URSS), SHIMATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Prisma Latinoamericano (Cuba) e com o jornal Daily News, de Dar-es-Salam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES: ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua Luís de Camões, 111, Luanda. BELIZE: *Cathedral Book Center*, Belize City. BOLÍVIA: *Tecnolibros S.R.L.*, Casilla de Correo 20288, La Paz. CABO VERDE: *Instituto Cabo-Verdiano do Livro*, Rua 5 de Julho, Praia. CANADA: *Third World Books and Crafts*, 748 Bay St. Ontario. Toronto – *The Bob Miller Book Room*, 180 Bloor St West. Toronto. COLOMBIA: *Ediciones Suramericana Lda*, Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: *Semanário Nueva Pueblo*, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: *Distribuidora Sur*, Dardignac 308, Santiago. EQUADOR: *Ediciones Sociales*, Cordero 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD de Publicações, Av. Colômbia 248, of. 205. QUITO. Ed. *Jaramillo Arteaga*, Tel. 517-590. Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: *Librería Tercer Mundo*, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – *El Quijote*, Calle Arco 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: *Guild News Agency*, 1118 W. Armitage Ave, Chicago, Illinois – *New World Resource Center*, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – *Librería Las Américas*, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 – *Third World Books*, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 – *Librería del Pueblo*, 2121 St., New Orleans, LA 70130 – *Papyrus Booksellers*, 2915 Broadway at 114th St. New York, NY, 10025 – *Tom Mooney Bookstore*, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – *Book Center* 518 Valencia St., San Francisco, CA – *Red and Black*, 4736 University Way, Seattle – *Groundwork Bookstore*, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: *Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise*, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÂ-BRETANHA: *Latin American Book Shop*, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: *Departamento de Edição – Difusão do Livro e Disco*, Conselho Nacional de Cultura. HOLANDA: *Athenaeum Boekhandel*, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: *Librería Universitaria* – *José Trinidad Reyes*, Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: *Paesì Nuovi*, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma – *Feltrinelli*, Via de Babuino, 41 Roma – *Alma Roma*, Piazza P. Paoli, 4-A Roma – *Spagnola*, Via Monserrato, 35/6, Roma – *Uscite*, Banchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: *Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico*, Humboldt No. 47, México 1, D.F. – *Distribuidora Sayrols de Publicaciones*, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. – *Librerías México Cultural*, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. – *Metropolitana de Publicaciones*, *Librería do Cristal* e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: *Instituto do Livro e do Disco*, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: *Ignacio Briones Torres*, Reparto Jardineiro de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassao No. 80, Quinta Soledad, Managua. PANAMÁ: *Librería Cultural Paramena*, S.A., Ave. España 16, Panamá. PERU: *Distribuidora Runamarca*, Camaná 878, Lima 1. PORTO RICO: *Librerías La Tertulia*, Amalia Marin Esq. Ave González, Rio Piedras – *Pensamiento Crítico*, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. PORTUGAL: *Central Distribuidora Livreira*, SARL (CDL), Av. Santos Dumont, 57 – 1000 Lisboa. REPÚBLICA DOMINICANA: *Centro de Estudos de la Educación*, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – *DESIVIGNE*, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: *Günther Hopfenmüller*, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S. TOME E PRÍNCIPE: *Ministério de Informação e Cultura Popular*. SUÉCIA: *Wennergren-Williams AB*, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: *Publicaciones Españolas*, S.A., Ave México Lechosso a Pte. Brion, Caracas.

**— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS
PARA PORTUGAL, ANGOLA,
CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU,
MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E
PRÍNCIPE.**

Editor e Director: *Altair L. Campos*

Administradora: *Ernesto Pádua*

Redacção: *Baptista da Silva*

Carlos Pinto Santos

João Escadinha

Documentação e Arquivo: *Christina Assis*

Revisão e Tradução: *Estevam Reis*

Colaboraram neste número:

Alberto Mariantonio

Agustín Castaño

Gabriel Omotozo

George Danton

Mahomed Salem

Márcia Laport

M. Havelock

Miguel Hernandez

Pedro Sanches

Rafael Cribari

Said Madani

Sol Carvalho

Terence W. Dobson

Wilfred Burchett

Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Rua Pinheiro Chagas 41, 2.º Dt.º
1000 Lisboa

Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10 - 1.º
Telef. 320650 — 1200 Lisboa

Neste número

- 1 Aos leitores: Guerra e paz
4 Correio dos leitores
5 Editorial: Reagan contra todos

Vietname hoje, reportagem de *Wilfred Burchett*

- 10 **Vietname:** O povo é dono e senhor
13 O país
14 A «segunda lição» de Pequim
20 Pham Van Dong: «Confiamos nas nossas próprias forças»
22 Contra quatro impérios
23 Preparando o ano 2000
25 Giap: estratega da guerra e da ciência
27 Novas respostas para um velho dilema
29 Contra a natureza e os invasores
31 **Kampuchea:** A vitória da vida

Ásia

- 36 **China:** Pena de morte à Revolução Cultural, *Marcia Laporte*
38 **Paquistão:** Outro Estado «gendarme» em perigo de naufrágio, *Mohamed Salem*
40 **Turquia:** A nova ordem da Junta, *Agustín Castaño*
43 **Kuwait:** Uma eleição para poucos, *Said Madani*



América Latina

- 45 **Bolívia:** As conspirações em marcha, *Neiva Moreira*
54 A táctica do extermínio, *Terence W. Dobson*
56 **Argentina:** O desastre económico, *Pablo Piacentini*
58 **Porto Rico:** Em busca do apoio internacional, *Miguel Hernandez*
61 **Panamá:** O ensaio geral, *Rafael Cribari*
65 **Haiti:** Só restarão as árvores e os animais, *George Danton*



Africa

- 68 **Zimbabwe:** Para lá de Bulawayo, *Pedro Sanches*
71 **Africa Austral:** Uma polarização perigosa, *Gabriel Omotozo*



Comunicação

- 73 Lançamento do guia 1981
74 A propósito da imprensa alternativa
78 Panorama Tricontinental
86 Telex

Cultura

- 89 O cinema «Kung-Fu»: alienação ou anticolonialismo, *Sol Carvalho*

El Salvador

Recebem da parte de um colaborador anónimo a sua saudação fraternal, quando lhes deseja muito êxito neste ano que se inicia e na revista que editam. É uma importante publicação que nos mantém informados dos avanços dos movimentos de libertação no mundo. P.S., San Salvador, *El Salvador*.

A preocupação de todos os revolucionários e amantes da liberdade latino-americanos, nesta hora actual, deve ser a iminente intervenção norte-americana, armada ou não, em El Salvador. Reagan e a CIA tudo farão para interromper o processo de libertação de mais um país da América Central, depois do exemplo dado pela heróica Nicarágua. *Dolores Y. Menescal, Bogotá, Colômbia.*

guia do terceiro mundo

Gostaríamos de saber se podemos contar com uma boa quantidade do *guia do terceiro mundo*, edição 1981, antes do início das aulas deste ano lectivo. Em contacto directo com a obra, verificámos, eu e outros colegas professores, a sua excelente qualidade e honestidade de informações, e ficaríamos satisfeitos se pudéssemos indicá-lo como fonte de consulta obrigatória para as cadeiras de História e Geografia. *Felício S. Coelho, Rio de Janeiro, Brasil.*

distribuição

Não fossem as assinaturas, companheiros, nunca teríamos a nossa revista nas mãos. Pensamos, e julgamos estarmos certos, que a distribuição não está dando à revista os devidos respeito, dimensão e importância que merece. *Carlos A. Semedo, São Paulo, Brasil.*

felicitações

Felicitações pela informação e cobertura jornalística. Finalmente temos no Brasil um órgão de imprensa realmente independente (e alternativo) que nos informa sobre aquilo que se passa no mundo de maneira analítica, precisa e, principalmente, honesta. *Paulo Fagundes, Fortaleza, Brasil.*

Magnífica a cobertura do plebiscito no Uruguai. A vitória do «não» serviu aos militares uruguaios como uma prova, mais do que esmagadora, de que o povo uruguaiu ama a liberdade e a paz. *Juan D. D., São Paulo, Brasil.*

Felicto sinceramente os companheiros pela tarefa árdua e difícil que estão realizando, transmitindo uma informação conscientizadora. A luta pela libertação dos nossos povos explorados é um compromisso de todos aqueles que aspiram por um mundo melhor. Avante, jornalistas, com o seu tão importante papel nas transformações dos nossos povos! *Jesús Hernández Aldrete, Jalisco, México.*

Li com interesse e admiração o último número de *third world*. Quero felicitá-los por terem criado um instrumento tão importante que se contrapõe à informação anti-terceirmundista dos meios de comunicação ocidentais. No Terceiro Mundo, temos a necessidade de contactos, coordenação e informação autêntica sobre nós mesmos. Espero que a vossa revista se converta num ponto de encontro, organização e coordenação, bem como fonte de informação inspiradora. *Chen C. Chimutengwende, Escola de Jornalismo de Nairobi, Quénia.*



Quero felicitá-los pelo grande trabalho informativo que realizam. Esse trabalho reforça os sentimentos internacionalistas de solidariedade com todas as forças progressistas e revolucionárias do mundo. *Orlando Cuadra, Embaixada da Nicarágua, Panamá.*

biblioteca popular

Conhecedores do valioso material informativo e sobre temas de educação popular que a revista difunde, permitimo-nos solicitar o envio da vossa publicação, que servirá para implementar uma biblioteca popular ao serviço de grupos de trabalhadores, donas-de-casa, estudantes e outras organizações populares. Parte dessa biblioteca será periodicamente deslocada para o campo, pelo Departamento de Cultura e Desportos. *Carlos Samaniego Delgado, director do Departamento de Cultura e Desportos da Municipalidade de Pastaza, Equador.*

inimigo principal

Com a libertação do Zimbabwe, a situação da África Austral melhorou muito. Mas o inimigo principal, a África do Sul (o seu governo racista, e não o seu povo), continua forte, sempre apoiado pelo imperialismo e pelas transnacionais. *H. Queimado, Maputo, Rep. Pop. de Moçambique.*

Intercâmbio de correspondência

Alberto Antunes de Oliveira Junior
C.P. 10797 – Luanda, Rep. Popular de Angola

José Tomás Albergaria
R. Dr. Carlos Felgueiras, 65-3.º esq.
4470 – Vila da Maia, Portugal

Juvaldo Dionísio dos Santos
R. Benjamin Constant – 448, S. Campinas
Goiânia – GO, Brasil

Emídio Alfredo Ntyamba
C.P. 35 – Chibia, Lubango, Rep. Pop. de Angola

José Mendes
Complexo Escolar Agrário do Tchivinquo
Huila, Lubango, Rep. Pop. de Angola

Paulo Aucanha
Complexo Escolar de Tchivinquo
Huila, Lubango, Rep. Pop. de Angola

Lúcio M. Costa
Av. JK 21 – Manhumirim
Minas Gerais, CEP 36970, Brasil

Reagan contra todos

A opção diplomática-militar que se observa nas declarações dirigidas dos novos governantes norte-americanos — o presidente Ronald Reagan, o secretário de Estado Alexander Haig e o secretário da Defesa Caspar Weinberger — contém graves perigos para a segurança mundial, como também uma clara perspectiva de isolamento e fracasso para aqueles que a defendem.

Quase todas as reacções às afirmações de Reagan e da sua equipa têm sido adversas, inclusive com tons alarmistas. Poderia dizer-se que a dura resposta soviética às acusações que lhe foram dirigidas por Washington era previsível. Mas a preocupação e o distanciamento de governos e sectores aliados ou interlocutores de Washington — em primeiro plano o eixo Bona-Paris — dão-nos uma primeira indicação das dificuldades que encontrará o governo Reagan, como também o custo político que deverá pagar caso não mude de rumo.

Os pontos principais da linha Reagan, até agora, são os seguintes:

- a busca de uma maior superioridade militar frente à União Soviética. Continuará a corrida armamentista empreendida pelo governo anterior de James Carter, mas a uma maior velocidade;

- o congelamento das negociações sobre desarmamento;

- a substituição da incoerente política de direitos humanos de Carter pela luta contra o terrorismo. A partir da visão ultradireitista de Reagan qualificam-se de «terroristas» a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e os movimentos nacionalistas da

Africa do Sul (ANC) e da Namíbia (SWAPO). Isto é, confunde-se deliberadamente os movimentos de libertação com o terrorismo. E pelo apoio que lhes dá a União Soviética, este país é denunciado como o grande promotor da subversão;

— no plano global das relações Washington-Moscovo, abandona-se o conceito de desanuvamento substituindo-se pelo de contenção do rival socialista. Só serão abertos o diálogo e as boas relações se a URSS deixar de apoiar quem Reagan apelida de «terroristas» e se ela aceitar mansamente a superioridade bélica a que aspira Reagan, assim como todas as consequências geopolíticas que derivariam desse poderio incontestado. Reagan propõe ainda a hegemonia global dos Estados Unidos como forma de reordenamento e estabilização das relações mundiais.

Que visão do mundo está por detrás dessas pretensões unilaterais?

Reagan e os falcões norte-americanos pensam que a superpotência perdeu posições estratégicas numa tendência declinante nos últimos anos e que é necessário inverter ou, pelo menos, travar essa situação. Imaginam que isso poderia ser conseguido ameaçando e encorralando a URSS a fim de que ela cesse o seu apoio aos movimentos de libertação por um lado e, por outro, fortalecendo os regimes pró-ocidentais no Terceiro Mundo, com todos os meios ao seu alcance. Observando-se o passado recente, essa lógica supõe que não deveriam ter sido aceites as revoluções do Irão e Nicarágua. Os Estados Unidos teriam

que ter defendido melhor os seus interesses apoiando até ao final os tiranos pró-norte-americanos de Manágua e Teerão, com o objectivo de prolongar as suas permanências no poder, ainda que para isso tivessem que efectuar massacres.

Olhando-se para o futuro, significa que Israel contará com um superprotector de confiança para prosseguir a violação dos direitos dos palestinos, assim como o regime de minoria branca de Pretória para manter o *apartheid* e a Junta cívico-militar de El Salvador para continuar a sua política de extermínio físico da oposição. Não é repugnante para Reagan associar ao império norte-americano e a si próprio o racismo e o genocídio. Ele vê-los como partes inseparáveis de um todo: esses aliados parecem ser indispensáveis para lhe assegurar o *status-quo*.

Mas apenas os sectores que se identificam com Reagan sustentam a viabilidade de um esquema semelhante. Fora destes círculos, as coisas são vistas de maneira diferente. Em primeiro lugar, a realidade indica que a política soviética não se dita na Casa Branca e sim no Kremlin. Para este, a política em relação aos movimentos de libertação tem um carácter estratégico e, portanto, a única coisa que o presidente norte-americano pode esperar é que ela seja reafirmada. Fora desse âmbito, devem-se avaliar as seguintes situações:

— no início de Fevereiro, reunidos em Paris, o chanceler alemão Helmut Schmidt e o presidente francês Giscard D'Estaing analisaram a posição a adoptar em relação às definições de Washington. O eixo Paris-Bona é a

força que prevalece na Europa Ocidental e consolidou-se em torno da busca de um caminho para a independência regional e a preservação do desanuviamento. A declaração conjunta ratificou essa orientação que tanto é contrária a um designio hegemónico dos Estados Unidos sobre a Europa, como também ao conteúdo das proposições de Reagan. Ao mesmo tempo que ficaram distantes da URSS, os dois governos europeus pronunciaram-se a favor do diálogo Leste-Oeste do desarmamento e da moderação nos comportamentos políticos;

A tese da supremacia militar norte-americana foi recusada, o que favorece a busca do «equilíbrio na segurança» que excluiu «tanto a aceitação da debilidade como a tentativa de uma superioridade militar», propondo-se, então, que «as iniciativas para a limitação e a redução dos armamentos respeitem o princípio do equilíbrio global das forças».

O eixo Paris-Bona e as forças que na Europa o sustentam impõem uma importante limitação ao programa de Reagan. Na medida em que este não o levar em consideração, será aprofundado o desacordo entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos, diminuindo a coesão na Aliança Atlântica;

— da mesma forma, a União dos Partidos Socialistas Europeus condenou a ajuda militar que Washington dá ao governo de El Salvador e toda a interferência existente nos assuntos do país centro-americano;

— a Conferência da Cimeira Islâmica, ao declarar uma «guerra santa» pela libertação da Palestina, formulou o mais categórico e maciço desmentido à definição da OLP como terrorista. Uma contradição tão grande entre

ambas as posições levanta maiores obstáculos para os Estados Unidos no Médio Oriente, uma área considerada estratégica para os seus interesses;

— depois da eleição de Reagan, o regime de Pretória endureceu a sua política: fez fracassar a Conferência de Genebra sobre a Namíbia (ver número 31 de **cadernos**), efectuou ataques — com armas norte-americanas — contra Angola e Moçambique e, dentro do país, encerrou órgãos de imprensa destinados ao público negro. Essas agressões provocaram a indignação unânime do povo africano e induziram os seus governos a postularem ações no campo internacional para contra-atacá-las. É, para todos, evidente que Pretória se sentiu estimulada a cometer essas agressões a partir do apoio público de Reagan ao regime branco, como também da sua posição de apelidar de «terroristas» os movimentos de liberação. Assim, como a atitude de Pretória aprofunda o antagonismo entre o sistema racista e o resto da África, a identificação de Reagan com o *apartheid* projecta-se negativamente na política regional de Washington;

— com a sua tese de que os Estados Unidos não devem abandonar os verdadeiros amigos, Reagan declarou que vai melhorar os vínculos com Taiwan. Tal decisão trará obstáculos ao avanço dos entendimentos entre Washington e Pequim, que reagiu imediatamente contra essas intenções;

— o corte de créditos à Nicarágua, as ameaças a esse país, o endurecimento em relação a Cuba e o apoio à linha ultradireitista em El Salvador indicam que a América Latina será a área a ser tratada com maior dureza, um facto explicável por razões geográficas.

Não há dúvida de que a ascenção de Reagan proporcionou uma sensação de segurança e de impunidade às numerosas ditaduras da região. Face a esse desafio, as forças democráticas deveriam fazer maiores esforços para actuarem unidas contra o complexo ditadura-imperialismo, que ameaça os interesses das grandes maiorias;

— por último, deve considerar-se o âmbito interno. Reagan obteve uma ampla maioria. Mas, de um lado, o extremismo da sua política deixou livre para os seus adversários democráticos o centro político, onde podem recuperar posições. Por outro lado, foiposta em execução uma política económica de perfil ultraliberal que além de ser a que mais convém aos grandes empresários retira, às classes trabalhadoras e média, conquistas adquiridas, especialmente em matéria de assistência social. São esses os factores que podem ocasionar um rápido desgaste ao governo actual, sobretudo se o partido democrata conseguir organizar-se e passar à ofensiva.

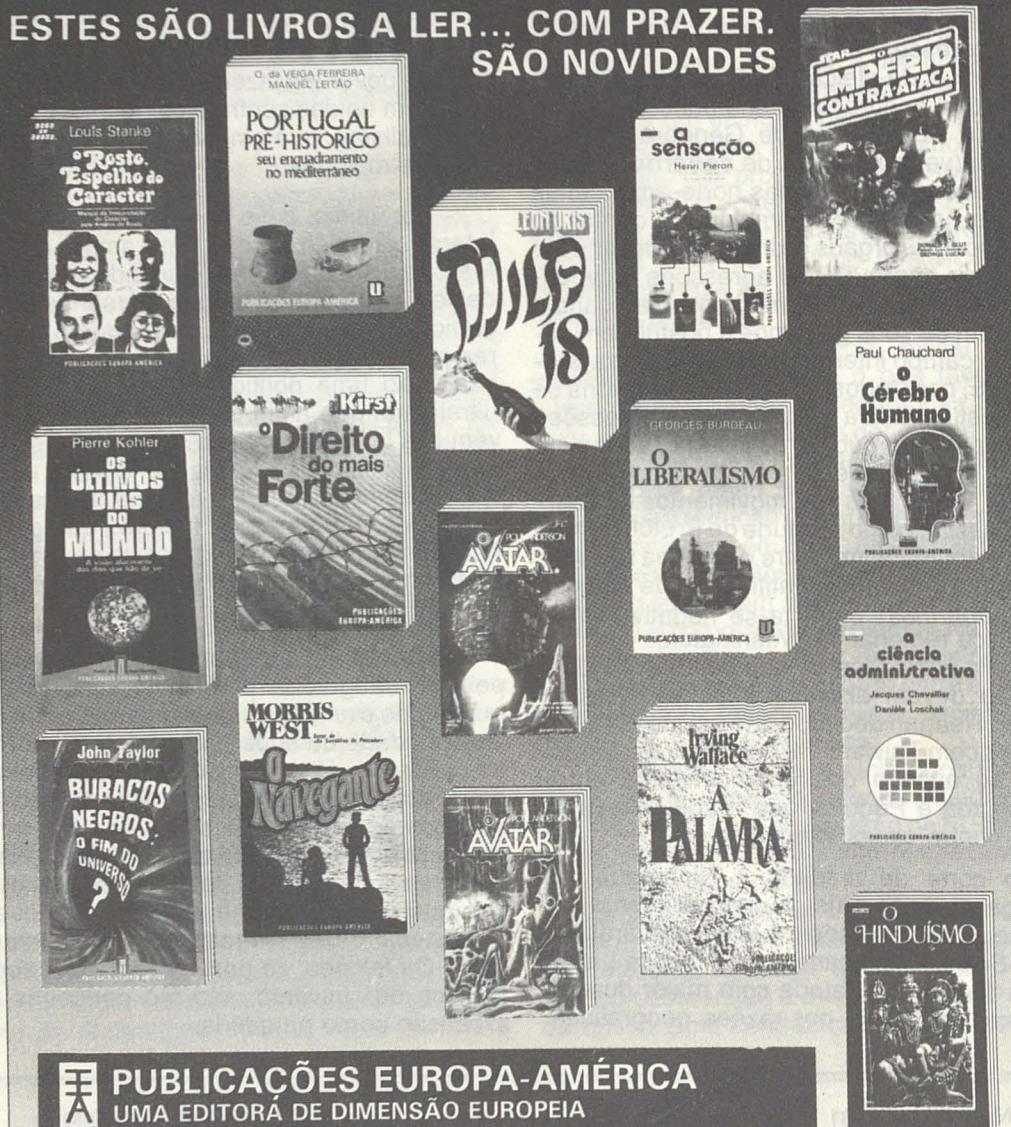
Como se vê, as frentes de resistência à política inaugurada por Reagan são de tal magnitude e amplitude que superam em muito a capacidade da superpotência de contorná-las. Parece lícito prognosticar que, apesar das tensões que originará, os Estados Unidos conhecerão revés atrás de revés. Mas é imprevisível o que ocorrerá quando for evidente, para esses defensores da ressurreição imperial, que o seu sonho é impossível e que o mundo real é diferente do que tinham imaginado. Os falcões, de posse do maior arsenal atómico do Universo, são tão perigosos na ascensão como na queda. □

LER É... PRAZER

SABOREAR UM BOM LIVRO
É UM PRAZER TÃO AGRADÁVEL
COMO VER UM BOM FILME

PORÉM, UM LIVRO LÊ-SE SEMPRE
CADA NOVA LEITURA NÃO CUSTA MAIS UM CENTAVO
NÃO GASTA ENERGIA. UM LIVRO FICA
É QUASE ETERNO. LÊ-SE SÓ QUANDO NOS APETECE

ESTES SÃO LIVROS A LER... COM PRAZER.
SÃO NOVIDADES



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
UMA EDITORÁ DE DIMENSÃO EUROPEIA



A guerra não acabou



Wilfred Burchett

A oito anos da retirada das tropas norte-americanas do Vietname e cinco da libertação de Saigão, os vietnamitas continuam em pé de guerra, desta vez numa dupla batalha para construir o socialismo... e defendê-lo das agressões externas.

Ninguém se deve surpreender que a imprensa comprometida com a potência que descarregou sobre esse país mais bombas que todas as lançadas durante a Segunda Guerra Mundial continue sendo hostil ao Vietname. Mas é lamentável que certos países não-alinhados afirmem que a pátria de Ho Chi Minh se transformou de repente em agressor porque as suas tropas ajudaram os kampucheanos a salvarem-se do genocídio e que velhos simpatizantes da causa vietnamita voltem as costas a um povo que lutou cinquenta anos pela sua independência, acusando-o de «mudar de órbita mas continuar a ser satélite» por causa do seu empenho em não se dobrar às imposições do actual governo de Pequim. Para pôr as coisas nos seus devidos lugares e esclarecer muitas dúvidas, nada melhor do que esta série de reportagens de Wilfred Burchett, veterano jornalista australiano e profundo conhecedor da região há três décadas. Autor de uma dúzia de livros sobre as lutas de libertação dos povos do Terceiro Mundo, viajante incansável e cronista fiel, Burchett não oculta as suas simpatias políticas. Mas também não procura impô-las e, nesta reportagem, apresenta a palavra viva dos protagonistas e o testemunho daquilo que pessoalmente viu, para que o leitor tire as suas próprias conclusões.



O povo é dono e senhor

A nova Constituição garante a participação popular e os direitos e liberdades dos cidadãos

O Quarto Congresso do Partido Comunista do Vietname (então chamado Lao Dong, o Partido dos Trabalhadores), em Dezembro de 1976, criou uma nova expressão para definir a linha de acção futura do Partido e do Estado: «O senhorio colectivo do povo». As aplicações e implicações deste conceito não são fáceis de compreender. A idéia geral é que o Homem deve ser o centro de todos os planos, e que ele, como ser colectivo (e não as políticas abstractas) deve ser o «dono e senhor» do seu próprio destino.

Na nova Constituição Socialista, aprovada quatro anos mais tarde, os objectivos são mais claramente explicados e o processo da sua redac-

ção foi um bom exemplo da aplicação deste conceito.

Calcula-se que 20 milhões — a maioria esmagadora do eleitorado, numa população total de 53 milhões — participou nos quase três anos de discussões do projecto original. Os debates foram fracos, críticos e construtivos como o demonstra o facto de 138 dos 147 artigos do projecto original terem sido modificados, antes de a versão corrigida ser submetida à Assembleia Nacional, em Hanói, no dia 12 de Dezembro de 1980.

Democratização socialista

Ao apresentar o texto, Truong Chinh, veterano membro do Bureau

Político do Partido Comunista e presidente da comissão redactora disse que «os quadros dirigentes de algumas fábricas e escritórios temiam que muitas pessoas deixassem de participar nas discussões, depois de uma longa jornada de trabalho. Porém, os debates atraíram grande público... Pode-se dizer que nenhuma outra actividade política teve, até agora, a participação de tanta gente em todo o país. As discussões do projecto da Constituição foram realmente uma actividade política ampla e profunda e um movimento também amplo e profundo de democratização socialista a nível popular».

Em várias visitas ao Vietname durante o período de discussões, não



O 4.º Congresso do PC vietnamita decidiu: o Homem deve ser o centro de todos os planos

pude encontrar uma só pessoa que não tivesse participação nos debates. Isso pode demonstrar que a ideia de «senhorio colectivo do povo» já criou raízes.

A primeira constituição vietnamita foi promulgada por Ho Chi Minh, em Novembro de 1945, e aprovada por todo o eleitorado do país poucos meses depois. Ela reflectia a primeira vitória sobre o colonialismo francês. «O objectivo estratégico dessa constituição — disse Truong Chin — era atingir a independência nacional, construir e desenvolver a democracia popular e

assentar as bases da revolução socialista.»

Reunificação e socialismo

A Constituição adoptada em 1959, consagrava uma segunda vitória sobre os franceses, simbolizada pela histórica batalha de Dien Bien Phu e pelo reconhecimento internacional do triunfo, na Conferência de Genebra de 1954. «Essa segunda constituição», disse Truong Chin ao apresentar a terceira, «estimulou a revolução socialista no Norte e a resistência antinorte-americana de todo o povo,

possibilitou a consolidação do Norte como base firme na luta para libertar o Sul, reunificar o país e preparar as condições para a revolução socialista em todo o Vietname».

As duas primeiras constituições foram redigidas sob a direcção de Ho Chi Minh e reflectiam os esforços dos vietnamitas para conquistar a sua independência. O que se pretende com a actual? Ter uma nova constituição era obviamente uma necessidade, depois da vitória total sobre os Estados Unidos, na primavera de 1975. O país reunificou-se e o Quatro Congresso do partido de

cidiu construir um Vietname independente, unido e socialista.

Porém, um novo texto deveria levar em consideração as diferentes situações do Norte e do Sul, separados durante mais de 20 anos, desde a Conferência de Genebra de 1954.

«Ambas as regiões, ainda diferem em muitos aspectos», afirmou Trung Chinh. «Há uma diferença nos níveis de transformação e construção socialista... A Constituição da República Socialista do Vietname tem a tarefa de fortalecer a unidade ampla de todo o povo, acelerar a revolução socialista em todo o país e conseguir a unidade em conteúdo e essência. Unidade em todos os âmbitos: económico, político, administrativo, ideológico, cultural e social.»

Contra os abusos

O primeiro objectivo da nova Constituição é definir claramente os direitos e deveres dos vietnamitas, com códigos legais que os protejam dos abusos de dépostas burocráticas. A partir da enumeração que fez Trung Chinh sobre esse tipo de abuso, fica claro que eles têm sido frequentes. Como também é cristalina a intenção do novo texto de eliminar o exercício arbitrário do poder.

A relação fundamental na vida política e social do Vietname de acordo com a nova Constituição, foi explicada assim por Trung Chinh: «O Partido é o condutor, o povo é o dono e o senhor, e o Estado, o administrador.»

O papel condutor do Partido não deve conduzir a abusos do poder: «Os comités do partido, a todos os níveis, devem melhorar o seu estilo

de trabalho, não devem depreciar os órgãos eleitos pelo povo, devem respeitar as obrigações e poderes dos órgãos estatais e nunca deverão abusar da sua autoridade ou usurpar funções. O Partido proíbe todos os seus membros e quadros de se conduzirem arbitrariamente, contra a Constituição e as leis, ou violar os direitos dos cidadãos e o princípio do senhorio colectivo.» Reconheceu-se, além disso, a necessidade de se aprovar novas leis que regulamentem com precisão os limites de competência de Partido, do Estado e dos Comités Populares (de eleição directa) em todos os níveis, de maneira a que se garanta a inviolabilidade do conceito de «senhorio colectivo» do povo.

A Constituição foi redigida, discutida e em grande parte emendada muito antes de se ter desenvolvido a actual crise da Polónia. Mas dá a impressão que as contradições entre o Partido, o Estado e o povo durante a etapa de transição para o socialismo foram previstas no Vietname e se adoptaram providências para eliminar — ou pelo menos para minimizar — as suas consequências.

Discussão franca

Das críticas a que foi submetido o texto inicial, constata-se que não foi posto em questão o papel dirigente do Partido, que conduziu a longa e complexa guerra de resistência e goza de amplo e evidente apoio popular. Porém, foram muitas as formulações, inclusiva da versão final, submetidas a um estudo minucioso e crítico.

Um dos exemplos citados por Trung Chinh foi o de que «alguns cidadãos sugeriram que deveríamos

avaliar cuidadosamente a inclusão no projecto de direitos que não podem ser exercidos imediatamente, ou em futuro próprio, como liberdade de resistência, a liberdade de movimento e o direito à habitação.» Argumentou Trung que esses direitos e liberdades já haviam sido incluídos nas Constituições de 1946 e 1956, e que a guerra havia impedido a sua plena implementação. No entanto, «são direitos fundamentais do povo e nas condições actuais podem e devem ser exercidos, ainda que com limitações. Devem ser plenamente assegurados o mais cedo possível.»

«A lei permenorizará com precisão os limites às liberdades de resistência e movimento. Os cidadãos vietnamitas não poderão viajar para o estrangeiro se não tiverem um visto de saída expedido pelas autoridades estatais competentes. São livres de viajar e residir em qualquer parte do país, salvo nas áreas reservadas a projectos de defesa nacional ou afectadas por epidemias ou conflitos fronteiriços. O direito à habitação é uma das conquistas do nosso povo. Certamente, teremos ainda muito que batalhar para concretizá-lo. Mas, a curto prazo, o Estado esforçar-se-á por construir mais habitações e estimulará cooperativas de trabalhadores e operários dispostos a levantar as suas próprias casas, através de um plano comum para implementar gradualmente esse direito.»

A franqueza com que esses tipos de temas foram debatidos e a ampla difusão que receberam as críticas fortalecem a confiança dos vietnamitas nos seus dirigentes e na sua capacidade de enfrentar e resolver os problemas reais do Vietname de hoje. □

dividida em duas pelo Rio Ky Ky. A noite, equipes de demolição se infiltravam para destruir os sistemas de abastecimento e outras metade.

Quando, essa sensação de ameaça ao povo vietnamita — primeira agressão chinesa ao Vietnã neste século — terminou no final de 1975, o Vietnã se tornou o mais pobre e humilhante. Os invasores atesaram-se no pântano do soproto sangue. Os sobreviventes foram obrigados a resistir ao fogo das guarnições chinesas pelo motivo local, sem que as autoridades de Saigon

o país



VIETNAME

Superfície: 332 559 km²
População: 51 080 000 hab.
Capital: Hanói.
PNB per cápita: US\$ 160 (1977)

KAMPUCHEA

181 035 km²
5 000 000 hab.*
Phnom Penh

LAOS

236 800 km²
3 630 000 hab.
Vientiane
US\$ 90 (1977)

Exportações: 227 milhões de dólares (1978); pesca, borracha, têxteis, madeira, alumínio, cobre; dirigidas para: URSS, 15%; China, 11%; Alemanha Democrática, 10%; Japão, 9% (1975)

15 milhões de dólares (1976); borracha (em 1973 constituiu 93% das exportações), arroz, milho, tabaco.

64 milhões de dólares (1977); madeira, 62%; estanho, 30%; madeira preparada, 4%; ferro, 1% (1973); dirigidas para: Tailândia, 73%; Malásia, 11%; Hong Kong, 10%; Japão, 4% e Singapura, 2% (1975)

Importações: 831 milhões de dólares (1978)

70 milhões de dólares (1976)

64 milhões de dólares (1977)

Governo: Huu Tho, presidente da República. Pham Vang Dong, primeiro-ministro. Le Duan, secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã. A Assembleia Nacional é o órgão máximo do Estado.

Heng Samrin, presidente da Frente de Salvação Nacional e do Conselho Popular Revolucionário. Pen Sovan, vice-presidente e ministro da Defesa.

Príncipe Tiao Sufanuvong, presidente. Kaysone Fumviham, primeiro-ministro e secretário-geral do Partido Popular Revolucionário. O Conselho Popular Supremo é o órgão máximo da República.

* Estimativa que leva em conta a morte de cerca de três milhões de kampucheanos entre 1976 e 1979.

A “segunda lição” de Pequim

Após o fracasso da sua invasão ao Vietname em 1979, os dirigentes chineses preparam novas agressões.

POUCO depois da meia-noite fomos despertados por três disparos de artilharia que explodiram nas proximidades de Langson. Em seguida, escutámos outros quatro detonações. Era a resposta da artilharia vietnamita.

Na manhã seguinte, ao pequeno-almoço, Be Kiem Tung, responsável pela secção internacional do Comité Popular provincial de Langson, explicava-nos: «Os nossos artilheiros estão autorizados a responder ao fogo sem necessidade de uma ordem superior para castigar o inimigo por cada um dos crimes que cometa».

Langson está à distância de um tiro de artilharia, a 11 quilómetros, da fronteira chinesa. A estrada que passa por esta cidade (de apenas 100 quilómetros) liga o que outrora se chamou a «Porta da Amizade», sobre a linha fronteiriça, a Hânoi, capital vietnamita. Há dois mil anos que esta tem sido a rota tradicional de todas as invasões chinesas. No entanto, o exército chinês que atravessou a fronteira a 17 de Fevereiro de 1979, demorou três semanas para avançar apenas dezasseis quilómetros. Foi o trajecto mais lento em vinte séculos de invasões.

Os chineses só conseguiram ocupar metade da cidade de Langson,





dividida em duas pelo rio Ky Kong. À noite, equipas de demolição infiltravam-se para fazer voar pelos ares a outra metade.

Contudo, essa tentativa de «dar uma lição» ao povo vietnamita — a primeira agressão chinesa ao Vietname neste século — terminou num fracasso caro e humilhante. Os invasores atolaram-se no pântano do seu próprio sangue. Os sobreviventes foram obrigados a retirar-se, derrotados pelos guardas fronteiriços e pela milícia local, sem que as forças regulares do famoso Exército Popular Vietnamita tivessem que entrar em combate. As consequências dessa derrota reflectiram-se ainda, na sórdida luta pelo poder no seio do governo de Pequim.

Igual aos Khmer Vermelhos

Uma nova invasão, como a de Fevereiro de 1979, terminaria numa derrota ainda mais catastrófica. Por isso, a «segunda lição» que os chineses tentam agora assenta na artilharia. Um obus chega em poucos segundos ao alvo que as equipas de demolição chinesas demoraram três semanas para alcançar.

A tática que os chineses estão utilizando agora na fronteira norte do Vietname é o mesmo que as forças do Khmer Vermelho Kampucheano usaram na fronteira sudoeste entre Abril de 1977 e Janeiro de 1979, quando foi derrubado o regime de Po Pot e Ieng Sary. Os criminosos ataques ao Vietname neste período foram operações experimentais, dirigidas por «assessores» de Pequim e destinadas a provar as táticas que seriam utilizadas agora ao longo da maior parte da sua fronteira com o Vietname.

Luu Van Loi, destacado perito em



Próximo da fronteira com a China foram desenvolvidos centros residenciais e económicos vietnamitas, agora um alvo fácil

problemas fronteiriços do Ministério vietnamita dos Negócios Estrangeiros, disse-nos: «Estão a utilizar grupos terroristas para sequestrar civis e guardas fronteiriços, com a intenção de lhes extorquir informação útil; a sua artilharia bombardeia aldeias e objectivos económicos; cercam postos isolados e atacam-nos se têm uma clara superioridade numérica, porém, retiram-se assim que chegam os nossos reforços. Pensamos que o Kampuchea foi um campo de experimentação das táticas que agoram desenvolvem na nossa fronteira norte e que mais tarde aplicarão a partir de outras áreas, em particular da Tailândia».

A tensão na fronteira

Quando nos encontrámos, Luu Van Loi acabava de completar, juntamente com os seus colegas laocianos, a árdua tarefa de demarcar 1.650 quilómetros entre Laos e Vietname. Em relação aos 1.150 quilómetros de fronteira entre o seu país e a China, Luu explicou que os limites tradicionais, estabelecidos há vários séculos, foram formaliza-

dos entre 1887 e 1895, mediante tratados assinados pela França (potência colonial na Indochina) e pela dinastia feudal dos Ching. Toda a fronteira está delimitada por marcos de pedra. Mas desde 1974 — coincidindo com a ocupação chinesa das ilhas Paracels, que os vietnamitas consideram suas, por razões históricas — houve 179 violações dessa fronteira, incluindo a ocupação de algumas minas e depósitos minerais do lado vietnamita. Nos anos seguintes, as violações das fronteiras multiplicaram-se, processo que culminou com a invasão de 17 de Fevereiro de 1979. Em 1978, foram registados 2.175 incidentes fronteiriços.

Visitámos a região de Langson em fins de Dezembro de 1978 e já era claro que essas escaramuças faziam parte de preparativos prévios. «Houve 4.500 violações à nossa fronteira», explica Luu Van Loi. «Quando se deu a invasão, a China já ocupava 169 pontos do nosso território».

Em 5 de Março de 1979, os chineses — que fracassaram na tentativa de romper as linhas de defesa —

anunciaram a sua «retirada de todo o território do Vietname». «Na realidade, assinala Van Loi, as suas forças permaneceram em vários lugares estratégicos dentro de território vietnamita, ocupando os cumes de dez montanhas ao longo da fronteira».

Estávamos em Hanói no dia 18 de Abril de 1979, quando começaram as conversações bilaterais sobre o problema fronteiriço. Phan Hien (então vice-ministro vietnamita dos Negócios Estrangeiros, actual ministro da Informação) apresentou uma proposta de três pontos. Em essência, «ambas as partes estabelecerão uma zona desmilitarizada, ficando as suas forças armadas a uma distância de três a cinco quilómetros da linha controlada por cada um, antes de 17 de Fevereiro; porão fim a todas as hostilidades, trocarão listas de prisioneiros de guerra e estabelecerão uma comissão conjunta para supervisionar o cumprimento do acordo». Além disso, seriam iniciadas negociações para solucionar os

conflictos fronteiriços, com base nas convenções de 1887 e 1895.

Os motivos para a recusa chinesa a estas propostas — excepto no que se refere à recuperação dos seus prisioneiros de guerra — tornam-se claros ao se visitar a zona limítrofe e analisar um mapa militar da área. Os chineses transformaram a fronteira numa faixa de permanentes combates militares e a partir daí, lançam todos os dias (e especialmente à noite) ataques ao território vietnamita.

Essa é a «segunda lição», tão frequentemente prometida por Deng Xiaoping. Uma variante chinesa da desestabilização «kissingeriana».

Camuflagem para as crianças

«Os chineses estabeleceram bases nas elevações e expandem-nas continuamente para ocupar pela força o nosso território», explica Luu Van Loi. «Os lugares donde eles não se retiraram após a invasão, os que ocuparam a partir de então, as bases

e postos de artilharia situados exatamente sobre a fronteira, todos eles se expandem em direcção ao nosso lado e servem de trampolim para ataques de comandos. Essas ações frequentemente dão cobertura militar para ocultar a mudança dos marcos fronteiriços em direcção ao sul. E tudo isso nas áreas estratégicamente mais importantes».

Em cada uma das cinco visitas que fizemos à área de Longson, desde Dezembro de 1978, encontrámos o limite de segurança cada vez mais a sul. Qualquer um pode ser alvo, se se coloca à distância do tiro da artilharia ou das metralhadoras chinesas. Grande parte do trabalho agrícola tem de ser realizado à noite e as crinças vão à escola camufladas com folhas, prontas a lançarem-se pelos campos à primeira detonação de um obus. São frequentes as incursões de comandos chineses, protegidos pela artilharia, com o objectivo de recolher o arroz que os vietnamitas plantaram. Enquanto uns colhem, outros colocam os marcos fronteiriços ao sul da plantação que assim passa a ser «território chinês». E os esforços dos vietnamitas por recuperarem as suas áreas de cultivo são denunciados por Pequim como «agressões», que justificam uma «segunda lição».

Durante os longos anos de uma amizade revolucionária que parecia permanente, os vietnamitas desenvolveram centros residenciais e económicos muito próximos da fronteira com a China. Agora, os que sobreviveram à invasão de 1979, estão a um tiro de espingarda da linha divisória e são alvo fácil dos comandos.

Assim, em 15 de Outubro de 1980, um regimento chinês e mil polícias armados, apoiados por arti-



Manifestação em Hanói: operários repudiam a agressão chinesa



Langson, após a passagem dos invasores chineses

lhaia pesada, atacaram e destruíram o centro distrital de Xi Man, próximo da fronteira, a 60 quilómetros a nordeste de Lao Kay, que era a estação fronteiriça do caminho-de-ferro Hanoi-Kunming.

Ataques «arrozeiros»

Quando perguntei sobre as detonações que tinham interrompido o meu sono em Langson, o comandante provincial do exército explicou-me: «Tês corpos regulares do exército chinês — cerca de 240 mil homens — estão concentrados na fronteira próxima de Langson. Desde que os chineses disseram que se tinham retirado, houve 354 violações na fronteira. Em 9 de Novembro passado, emboscaram uma das nossas patrulhas, porém nós res-

pondemo-lhes: matámos três membros do grupo, capturámos cinco e uns doze conseguiram escapar para o outro lado da fronteira. Em 15 de Novembro, atacaram-nos com «rockets» e mandaram tropas colher o nosso arroz, mas foram forçados a retirar-se e o arroz está agora nos nossos celeiros. Esses ataques «arrozeiros» produzem-se quase todas as noites, nalgum ponto da fronteira.

O que acontece aos prisioneiros?

— pergunto «Imploram para que não os mandemos de volta. Dizem que não só seriam mortos, como todos os membros das suas famílias seriam executados como castigo pela 'traição' de se terem deixado capturar. Se não voltarem, talvez pensem que sofreram uma 'morte heróica' e as suas famílias serão

poupadas. A maioria dos que participam desses ataques provêm da minoria étnica Thai-mung e os chineses têm revivido o velho costume feudal de exterminar toda a família, se acaso um dos seus membros 'deserta para o inimigo'...»

Uma cláusula idêntica, que mandava exterminar os membros da família em caso de «abandono do dever em combate armado», estava inscrita no «código de conduta» das forças armadas do Khmer Vermelho no Kampuchea.

Apertar os cintos

As contínuas ameaças chinesas de «dar uma segunda lição» aos vietnamitas, são levadas muito a sério

em Hanói. A eleição de Ronald Reagan e a presença no Departamento de Estado do general Alexander Haig, um notório «falcão» com conhecidos antecedentes em actividades políticas e militares contra o Vietname, são vistas pelos dirigentes de Hanói como sinais de que a palavra-de-ordem deve ser de extrema vigilância. Já se aceita como um facto consumado o desejo de Pequim em querer vingar-se da derrota dos seus aliados no Kampuchea e do fiasco ainda maior da sua invasão do Vietname em 1979.

As actividades diplomáticas e militares da China não deixam muitas dúvidas sobre o que faria a facção de Deng Xiaoping se surgisse uma oportunidade. O patrocínio conjunto sino-norte-americano aos remanescentes do Khmer Vermelho na Tailândia e os desesperados esforços da China para mobilizar as figuras mais reaccionárias do Vietname, Laos e Kampuchea a fim de formar frentes antinacionais e organizações de sabotagem, têm forçado o Vietname a aumentar as suas forças armadas, mantendo-as sempre prontas para o combate. Consequentemente, vê-se obrigado a desviar para a defesa grande parte dos braços necessários para a reconstrução do país.

O povo vietnamita foi preparado pelos seus dirigentes e sabe que terá que enfrentar essa situação por muitos mais anos. Isso significa continuar a apertar os cintos. São poucos os vietnamitas — sobretudo em Hanói e noutras centros urbanos — que se deitam à noite com o estômago cheio.

«Devido a considerações estratégicas de longo prazo, não podemos concentrar todas as nossas energias no desenvolvimento económico, como desejámos», explica Hoang

Tung, chefe de redacção do *Nhan Dan* — o jornal do Partido Comunista — desde 1950 e recentemente promovido a membro do Bureau Político do Partido, encarregado da propaganda.

«Devido às pressões militares chinesas — acrescenta — temos crise económica. O regime de Pequim pensou que seria fácil minar a nossa administração e tentou criar um novo grupo, com a palavra de ordem de «seguir o caminho de Ho Chi Minh e derrubar o governo». Os chineses recrutaram alguns ex-oficiais do regime de Saigão, treinaram-nos e infiltraram-nos de novo no país. Contavam também com alguns vietnamitas de origem chinesa e elementos de minorias étnicas. Na sua propaganda, os chineses propunham abertamente a substituição do nosso governo por outro, encabeçado pelo traidor Hoang Van Hoan». Hoang foi embaixador do Vietname em Pequim durante muitos anos. Afastado do Bureau Político do Partido Comunista no IV Congresso realizado em Dezembro de 1976, fugiu para Pequim. Em Langson, vi panfletos chineses com uma fotografia de Mao Zedong, Ho Chi Minh e Hoang Van Hoan, acompanhada de um apelo aos vietnamitas para «levantarem-se e restaurarem a velha era de amizade entre Mao e Ho», sob a liderança de Hoang. Os habitantes da fronteira não levam a sério esses volantes e recordam, entre as atrocidades cometidas pelos invasores chineses em 1979, a profanação da gruta de Pac Bo, na província de Cao Pang, onde Ho Chi Minh estabeleceu o seu quartel-general quando voltou ao Vietname, em 1944, para dirigir a revolução. Porém, esse tipo de propaganda exemplifica bem a política de Pequim de cooperar com qualquer contra-revolucionário, na sua tenta-

tiva de submeter os países da Indochina à sua dominação.

Esforço maior

«A China quer dar um banho de sangue ao longo da nossa fronteira norte e da do Kampuchea com a Tailândia — diz Hoang Tun — para debilitar o Vietname e depor o regime actual. A situação é muito perigosa, porém não acreditamos que tenham êxito. Implicaria uma guerra em grande escala e a situação interna na China — com lutas pelo poder na cúpula — não lhes permite embarcar nessa aventura. Mas, de todas as maneiras, temos que manter forças militares que, em quantidade e qualidade, são o dobro das que tínhamos durante a guerra de resistência contra os Estados Unidos. A China tem um potencial humano ilimitado e está aqui ao nosso lado. Vimo-nos obrigados a mobilizar grandes recursos para defender a nossa fronteira, os nossos três mil quilómetros de costas, além do Kampuchea e do Laos.

Não defender esses vizinhos colocaria-nos numa situação muito difícil. A China está consciente disso e pressiona em todas as frentes. Bloqueia a nossa economia e estimula boicotes internacionais.

«Anteriormente, o governo trabalhista britânico de James Callaghan e o governo australiano de Gough Whitlam queriam ter boas relações connosco. Agora, os vínculos estão cortados, em grande parte por pressão da China, que ofereceu condições comerciais favoráveis aos países que rompessem relações com o Vietname. Depois da visita do primeiro-ministro Phan Van Dong a Paris, em Abril de 1977, tínhamos esperanças de chegar a boas relações com a França, porém os acordos



foram deixados de lado e o mesmo se passou com o Japão. Agora, esse país encontra-se diante do facto de importantes contratos — compra de fábricas inteiras — que haviam sido assinados como pagamento por terem repudiado compromissos anteriores com o Vietname, não estão sendo cumpridos. A capacidade chinesa de financiar projectos demasiadamente ambiciosos, como o das «quatro modernizações», está a ser posta em causa no mercado financeiro internacional. A confiança na sua estabilidade enfraquece-se pela luta pelo poder e pelas contínuas mudanças na direcção. Mas os danos causados à nossa economia têm sido grandes e não subestimamos as dificuldades que nos esperam».

Riquezas naturais

Hoang Tung, o ministro dos Negócios Estrangeiros Nguyen Co Thach e outros líderes com os quais falámos, confiam que essas intenções de desestabilizar a economia e o governo fracassarão tão estrondosamente como a «primeira lição». As dificuldades económicas, ainda que sérias, são temporárias. A reunificação tornou possível um grande investimento de trabalho para abrir centenas de milhares de hectares de terras virgens nos planaltos centrais, próximos da fronteira com o Laos e o Kampuchea.

Aí, fora do alcance dos sabotadores chineses e relativamente abrigados dos tufões e inundações que assolam as costas, vão tomando forma grandes plantações de borracha, algodão, café, tabaco e soja, como resultado dos esforços combinados das minorias étnicas locais e migrantes vietnamitas procedentes da costa superpovoada. Descobriu-se petró-



O Vietname abre novas frentes de trabalho nas terras virgens dos planaltos centrais, próximos da fronteira com o Laos e o Kampuchea

leo em grandes quantidades na região do delta do rio Mekong e em grande parte da plataforma continental. Também foram confirmados importantes depósitos de carvão e grande variedade de valiosos metais não-ferrosos.

A riqueza do Vietname só pôde ser avaliada após a reunificação, quando os talentos e energias que durante trinta anos foram canalizadas para as lutas de resistência contra a França e os Estados Unidos, se puderam dedicar a descobrir e explorar os recursos do país. Sem dúvida, o desenvolvimento poderia ser mais rápido se não fossem as agressões chinesas e a ameaça de uma nova invasão — provavelmente dirigida, na próxima vez, contra centros industriais vitais da costa norte. Porém, pelo menos o país está unificado e livre dos ocupantes estrangeiros e os seus dirigentes podem planejar um desenvolvimento harmônico dos seus recursos naturais e um emprego e distribuição dos seus recursos hu-

manos que se caracterizam por grande habilidade, disciplina e dedicação ao trabalho.

Outro factor positivo é o de — apesar dos planos de Pequim — os três países da Indochina terem relações solidárias e amistosas entre si. Pode-se prever um futuro de relações económicas mutuamente vantajosas entre eles, o que contribuirá muito para frustrar o boicote internacional patrocinado pela China.

A agressão colonial francesa contra esses três países na segunda metade do século XIX, forjou os primeiros vínculos de solidariedade militar entre as forças de vanguarda dos seus povos. As tentativas dos Estados Unidos de substituirem o colonialismo francês reforçaram essa solidariedade, e agora a política expansionista chinesa eleva-a a um nível ainda mais alto, confrontados com o temporário isolamento dos seus vizinhos asiáticos. Um resultado que os dirigentes de Pequim não haviam previsto! □

Pham Van Dong: "Confiamos nas nossas próprias forças"



A produção e a defesa nacional são as duas frentes de luta de cada vietnamita, afirma o primeiro-ministro

CHINA e Vietname acusam-se mutuamente de ter objectivos expansionistas no sudeste asiático. Como definiria a política do seu país na região?

Não são surpreendentes as acusações de Pequim. É a velha tática do ladrão que grita «agarra que é ladrão». Os povos da região conhecem muito bem as ambições expansionistas da China sobre o Vietname, Laos, Kampuchea e outros países do sudeste asiático. Basicamente, trata-se de uma continuação da política tradicional das dinastias feudais chinesas. Nós, vietnamitas, conti-

nuamos a guiar-nos pelo lema de Ho Chi Minh: «Nada é mais precioso do que a independência e a liberdade». E, por isso, respeitamos a independência e a liberdade dos outros povos. Ao opor-se ao expansionismo chinês, o nosso povo contribui para a defesa de todos os países do sudeste asiático.

Quais são as prioridades da política vietnamita?

Enfrentamos duas tarefas importantes: construir o socialismo e defender a pátria. Ambas estão ligadas. Cada vietnamita é, ao mesmo tempo, um combatente na frente de

produção e na defesa da nossa república socialista. Na actual situação mundial, o povo vietnamita deve trabalhar duro para construir um país socialista, dotado de agricultura e indústria modernas, e com ciência e técnica avançadas, que permitam criar uma vida civilizada e feliz. São muitas as dificuldades, mas confiamos nas nossas próprias forças e na ajuda fraternal dos países socialistas e dos nossos amigos em todo o mundo.

Quanto tempo poderão os vietnamitas continuar a resistir com sacrifícios tão duros?



O nosso povo tem uma visão global das coisas. Temos dificuldades reais, depois de 35 anos de guerra. E que guerras! Contra o colonialismo francês, contra o imperialismo norte-americano e agora contra as agressões chinesas. Mas estamos fazendo todo o possível para superar essas dificuldades, agravadas pelo atraso da nossa economia e por catástrofes naturais. E o nosso povo sabe disso. Essas coisas levam tempo, porém temos pressa, já que a vida exige soluções rápidas. A vida exige mudanças, sobretudo nas condições materiais.

Não lhes cria problemas a campanha hostil da China e de algumas potências ocidentais?

Que outra coisa poderíamos esperar? É a expressão dos que perderam. Perderam em Dien Bien Phu, perderam em duas guerras de resistência, perderam na campanha de Ho Chi Minh e perderam na invasão da China. Perderam no Kampuchea e Laos e estão perdendo em todas as regiões do mundo. É uma coligação de perdedores, imperialistas e expansionistas contra o Vietname. Não podemos fazer quase nada contra essa propaganda, mas, no fundo, não nos preocupa muito. Não é tão terrível para nós, porque, na realidade, o mundo segue em frente e são eles que ficam para trás.

Nós compreendemos a sua pre-

ocupação — artificialmente exagerada por grandes potências interessadas em pescar em águas turvas — pela acção que fomos forçados a empreender no Kampuchea.

Mas se olharmos a história, estes governos compreenderão que o Vietname, ao defender a sua independência face ao expansionismo chinês, está actuando como escudo que protege os seus próprios países de serem esmagados. Com exceção da Tailândia, que nunca foi colonizada, todos os países do sudeste asiático conquistaram a sua independência de potências colonialistas ocidentais e todos temos um interesse comum em consolidar essa independência. □

Contra quatro impérios

Cronologia de meio século de esforços pela independência

1860: Os franceses iniciam a conquista da Indochina (Laos, Kampuchea e Vietname), que seria completada quarenta anos mais tarde.

1930: Nguyen Ai Quoc (Ho Chi Minh) funda o Partido Comunista da Indochina, posteriormente dividido em três organizações para cada uma das colónias francesas da região. O grupo vietnamita denominou-se Partido dos Trabalhadores. Em 1976, retomou o nome de Partido Comunista do Vietname.

1940: O Japão invade a Indochina durante a Segunda Guerra Mundial.

1941: Ho Chi Minh funda o Viet Minh (Liga para a Independência), que organiza a luta guerrilheira contra os novos invasores.

1945: Depois de uma insurreição geral contra os japoneses, as forças do Viet Minh tomam Hanói e é proclamada a independência do Vietname.

1946: A França quer voltar à sua antiga colónia. Ho Chi Minh proclama (19 de Dezembro) a insurreição contra a ocupação colonial.

1954: As forças francesas são derrotadas pelo Viet Minh em Dien Bien Phu. A Conferência de Paz de Genebra divide o país em duas partes (ao norte e ao sul do paralelo 17) e convoca eleições sobre a reunificação e novo governo em todo o país.

1955: Num golpe de Estado patrocinado pela CIA, Ngo Dinh Diem toma o poder em Saigão e frustra a reunificação, que teria consagrado a liderança de Ho Chi Minh sobre todo o país.

1960: É fundada a Frente Nacional de Liberta-

ção do Vietname do Sul para lutar contra o regime de Saigão. Os Estados Unidos começam a mandar «assessores» e armas para o governo de Ngo Dinh Diem.

1968: Auge da guerra não-declarada no Vietname. Apesar da presença de meio milhão de soldados norte-americanos, a ofensiva Vietcong chega, em Fevereiro, até ao centro de Saigão.

1969: A FNL forma o Governo Revolucionário Provisório do Vietname do Sul. Morre Ho Chi Minh. A guerra e as negociações de paz continuam.

1970: No Cambodja (actual Kampuchea) é derribado o príncipe neutralista Norodom Sihanuk num golpe de Estado preparado pela CIA. Tropas norte-americanas e sul-vietnamitas entram no país com o pretexto de combater a «infiltração» norte-vietnamita. O presidente Nixon ordena «bombardeamentos secretos» no Kampuchea.

1973: Acordos de Paris. Os Estados Unidos retiram as suas tropas do Vietname do Sul, mas mantém a ajuda militar e económica ao regime de Saigão.

1975: Indochina libertada. Com poucas semanas de diferença, as tropas do Khmer vermelho entram em Phnom Penh e proclamam a República Democrática do Kampuchea; o Vietcong toma Saigão e no Laos a monarquia é abolida, instaurando-se a República Popular Democrática.

1976: O Vietname reunifica-se na República Socialista do Vietname.

1977: Começam as escaramuças fronteiriças entre o Vietname e o Kampuchea, que reivindica todo o delta do rio Mekong, na intenção de recompor as fronteiras do país durante o império de Angkor (século XIII).

1978: O conflito fronteiriço converte-se em guerra formal.

1979: A Frente de Salvação Nacional do Kampuchea, integrada por dissidentes do Khmer Vermelho e apoiada pelo Vietname toma Phnom Penh e proclama a República Popular do Kampuchea. Em represália pela derrota dos seus aliados kampucheanos, o governo da China ataca o Vietname pelo norte, «para lhe ensinar uma lição». Sem conseguir grandes avanços, retiram-se pouco tempo depois.





Preparando o ano 2000



Uma análise realista da economia vietnamita sugere conclusões optimistas

No plano material, os vietnamitas ainda não realizaram avanços comparáveis às suas grandes vitórias militares e políticas. Os sacrifícios continuam. Esta é a conclusão fundamental de uma longa conversa que mantivemos em Hanói com To Huu, destacado poeta e vice-primeiro-ministro vietnamita, encarregado dos assuntos económicos.

«Algumas estatísticas ajudarão a dar uma ideia da situação. A nossa população actual é de 53 milhões, comparada com 25 milhões em 1945. Mas os cinco milhões de hectares de terra cultivável não aumentaram. Apenas pudemos compensar, com a abertura de novos cam-

pos, as terras inutilizadas pelos bombardeamentos norte-americanos de produtos químicos. Actualmente produzimos 13 milhões de toneladas e temos que contar, para os próximos anos, com uma população de 60 milhões, que necessitará de 30 milhões de toneladas anuais de arroz.»

«Por isso, dizemos que nossa batalha actual é pela comida. Estamos a trabalhar as terras virgens, mas a batalha é dura. Os níveis de mecanização são desiguais. Queremos uma «revolução verde», mas faltam-nos fertilizantes. Actualmente, produzimos uma média de 240 quilos de arroz *per capita*, o que significa que aqueles que dependem do raciona-

mento oficial necessitam ser verdadeiros malabaristas para viver ou sobreviver. Se tivéssemos fertilizantes suficientes, se pudéssemos irrigar mais terras e se não estivéssemos à mercê de catástrofes naturais, poderíamos chegar a produzir 20 milhões de toneladas de arroz nos próximos anos.»

O arroz é a primeira prioridade, a pesca vem logo depois: «Antes da guerra contra os Estados Unidos capturámos entre 600 a 700 mil toneladas nas nossas águas territoriais. Mas a destruição da frota pesqueira e a falta de equipamento moderno faz com que, agora, só pesquemos 500 mil toneladas. Comer, comer! esse é o nosso maior problema!»

Calados os canhões — pelo menos por enquanto — o governo vietnamita já não faz esforços para ocultar as suas dificuldades. Antes, tinha de escondê-las, pois se o Pentágono desconfiasse que o povo vietnamita estava «no seu último suspiro», em vez de se sentar para negociar, teria lançado mais bombas para acabar de liquidá-los.

Petróleo, ferro e carvão

Mas nem tudo é negro no panorama apresentado por To Huu: «Petróleo! Temos reservas comprovadas de quatro milhões de toneladas no nosso litoral, no Mar Oriental, como lhe chamamos. Os chineses chamam-lhe Mar Chinês do Sul. E no sul e no norte do país encontraram-se grandes reservas de gás natural facilmente exploráveis».

Os vietnamitas ficariam muito contentes em tornar a receber as diversas empresas norte-americanas que descobriram as jazidas do sul para que elas se encarreguem da exploração comercial. Mas o Departamento de Estado impôs um boicote contra o Vietname. As empresas norte-americanas tiveram de retirar-se e agora são firmas soviética, alemãs ocidentais, italianas e até francesas aquelas que se candidataram para levar por diante os planos de extracção.

«Também temos grandes reservas de minério de ferro de alta qualidade», continua To Huu. «E além dos depósitos de carvão de antracite que são explorados há décadas na zona de Hongay-Campha, descobrimos no delta do rio Vermelho cerca de três biliões de toneladas de carvão de linhite. Com as centrais termo e hidroeléctricas que estão a

ser construídas, há boas perspectivas para o desenvolvimento da energia eléctrica, o que permitirá transformar em alumínio as nossas reservas de bauxite. Quanto aos recursos humanos, estamos a preparar meio milhão de quadros técnicos (sobre uma população activa de 25 milhões). E a nível agrícola, plantámos 400 mil hectares de borracha e 200 mil de café nos planaltos centrais.

«Assim, conclui To Huu, as perspectivas a longo prazo são boas. Vamos construir um Estado industrializado, moderno e uma próspera sociedade. E isso até ao final do século. Até lá, somos pobres e passamos fome. A vida continuará a ser dura. Não temos ilusões.»

No campo

A respeito do desenvolvimento do sul do país, To Huu comenta:

«Mais de metade das nossas terras cultiváveis estão no delta do Mekong. As coisas avançam com lentidão mas firmemente. Não tem sentido apressá-las. Actualmente, estão a formar-se cooperativas de campesinos pobres, com uma força de trabalho de 50 a 60 membros e uma superfície em torno de 20 a 40 hectares. Cerca de 20% dos camponeses estão numa categoria de classe média. Nada ganharíamos em pressioná-los a formarem cooperativas. O principal problema agrícola no sul é que 75% do trabalho agrícola está mecanizado e é difícil conseguir peças sobressalentes para a maquinaria que era importada dos Estados Unidos e Japão. Agora temos o boicote económico e a falta de moeda estrangeira. Mas esse último pro-

blema será solucionado quando começarmos a exportar petróleo.»

A falta de capacidade empresarial é outra dificuldade importante no campo. To Huu faz uma autocrítica: «Foi um erro criar cooperativas de 500 a 600 hectares, que resultaram demasiadamente grandes para a nossa capacidade de gestão actual no campo. As que existiam foram reduzidas a metade, o máximo que os nossos cooperativistas podem conduzir eficazmente por enquanto.»

Ao contrário do que se tenta em muitos países do Terceiro Mundo, não há nenhum interesse no Vietname em reter o camponês nas suas terras. Explica To Huu: «Actualmente necessitamos, em média, de dois trabalhadores por hectare. Com alguma mecanização e métodos mais racionais, esperamos reduzir essa cifra a metade. A mão-de-obra excedente será desviada para a pequena indústria ou para as cooperativas artesanais ou então transferida para as terras virgens que estão sendo abertas nos planaltos centrais ou no sul. A reunificação abriu perspectivas de uma utilização mais racional dos nossos recursos materiais e humanos.»

Esse optimismo, crítico e realista ao mesmo tempo, é uma demonstração do clima que predomina em Hanói e em todos os níveis da administração vietnamita.

Não se escondem as dificuldades que o povo enfrentará nos próximos anos, mas a perspectiva de continuar a apertar os cintos é compensada por uma visão esperançosa do futuro. Um futuro que os vietnamitas constroem com as suas próprias mãos e vêem desenvolver-se sob os seus olhos.



Giap, estratego da guerra e da ciência



O militar que derrotou o exército mais poderoso do mundo luta agora numa nova frente, a científica e tecnológica.

O general Vo Nguyen Giap comandou os exércitos vietnamitas desde a época em que o Vietminh só tinha uma arma para cada três homens e reunia as suas tropas para o ataque fazendo soar gongos artesanais. Durante o cerco a Dien Bien Phu, em 1954, mobilizou com bicicletas os abastecimentos através de colinas na selva e infringiu uma derrota decisiva aos franceses. Vinte anos mais tarde, quando os tanques vietnamitas tomaram Saigão, Giap continuava no comando. O general Van Tien Dung, que dirigiu as operações, foi seu aluno.

Com 68 anos de idade, Giap está agora ligado a assuntos científicos e tecnológicos do país, mas continua a ter uma responsabilidade informal

sobre a defesa. A sua figura personifica a formidável confiança dos vietnamitas no seu destino.

Fazendo uma exceção ao seu costume de não conceder entrevistas, Giap deu-nos uma nova mostra dessa confiança ao depreciar as ameaças chinesas de «ensinar uma segunda lição» ao Vietname:

«Fomos nós quem demos a primeira lição e Pequim pensará duas vezes antes de nos voltar a atacar. Isso não quer dizer que não tenhamos de reforçar a nossa defesa, já que não podemos confiar na lógica do raciocínio chinês. Quando os Estados Unidos nos atacaram, por acaso, foi previsto que eles seriam derrotados apesar de terem 500 mil homens no Vietname e a sétima esquadra nas nossas costas? Não pre-

viram, já que o seu pensamento não era lógico. O mesmo acontece com Pequim. Por isso temos que estar preparados em todas as frentes para conter novas aventuras».

Qualquer visitante pode perceber esses preparativos. Todas as defesas foram reforçadas e unidades do Exército Popular Vietnamita, com armamento sofisticado, vigiam permanentemente todos os pontos estratégicos, as praias onde podem ser feitos desembarques e os campos propícios para aterragem de unidades aerotransportadas.

«A nossa dificuldade — explica — é defender o país e construir o socialismo ao mesmo tempo». Aí reside a chave da sua transferência para a área científica e tecnológica. Giap prefere não falar das suas qua-

lidades, mas é evidente que a sua extraordinária inteligência — contra a qual se lançaram e perderam os melhores estrategos da França, Estados Unidos e China — era necessária em outras esferas, em busca de caminhos mais rápidos para uma sociedade industrial moderna... e, além disso, defendê-la.

Um casamento sem futuro

Como vice-primeiro-ministro, Giap, é um dos líderes vietnamitas mais prestigiados. Apesar dos seus 68 anos, encontramo-lo cheio de vitalidade e energia. «Ainda tenho sempre um olho na defesa» — responde Giap a uma pergunta sobre se sua transferência significava continuidade ou ruptura. «Além disso, ainda sou um militar», enfatiza ele mais uma vez. «Ontem estava na frente de combate para a libertação nacional e a reunificação; por decisão partidária estou agora na frente da construção do socialismo. Não há contradição entre ambos os cargos» — frisa.

Em relação às alianças entre Washington e Pequim, responde com um sorriso irônico: «Os vietnamitas têm um refrão sobre os casamentos de conveniência — «o casal divide a mesma cama, mas tem sonhos diferentes». É uma relação antinatural que o povo chinês não gosta nem quer. Acreditamos que os chineses estão a favor da paz e da amizade connosco e com outros países socialistas.

Eles não podem engolir o chavão de que a União Soviética é seu inimigo número 1 e que os Estados Unidos são amigos por natureza. No entanto, ainda existem bons comunistas na China. Por isso, somos



Os vietnamitas não engolem o chavão chinês: «a URSS é o inimigo n.º 1 e os EUA são amigos por natureza»

optimistas... mas sem baixar a guarda».

Retornando por um momento aos seus velhos tempos de professor de história, Giap recorda as principais tentativas de expansão chinesa no sudeste asiático durante os últimos cinco séculos. O Vietname procura um acordo permanente de paz e boa vizinhança com os países membros da ASEAN (Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia), mas estes opõem-se à presença de tropas vietnamitas no Kampuchea. No combate às infiltrações dos Khmers vermelhos, realizadas a partir de campos de refugiados localizados na fronteira entre o Kampuchea e a Tailândia, os vietnamitas têm tido frequentes desentendimentos diplomáticos e algumas escaramuças militares com os tailandeses.

«É uma situação muito complicada — comenta Giap — mas eu creio que as relações entre os três países socialistas da Indochina (Vietname, Laos e Kampuchea) se consolidarão. E se nós expressarmos

claramente que a nossa política é de paz e de amizade e se a outra parte mostrar um pouco de sabedoria e boa vontade, os países do sudeste asiático conseguirão formar uma zona de paz, de independência e de liberdade que satisfará os interesses de todos».

«Nós compreendemos a sua preocupação — artificialmente exagerada por grandes potências interessadas em pescar em águas turvas — pela acção que fomos forçados a empreender no Kampuchea.

Mas se olharmos a história, estes governos compreenderão que o Vietname, ao defender a sua independência ante o expansionismo chinês, está a actuar como escudo que protege os seus próprios países de serem esmagados. Com exceção da Tailândia, que nunca foi colonizada, todos os países do sudeste asiático conquistaram recentemente a sua independência de potências colonialistas ocidentais e todos temos um interesse comum em consolidar essa independência. □



Novas respostas para um velho dilema

Nas áreas rurais, o planeamento é feito de baixo para cima



U MA visita à província de Thai Binh, cuja capital está a uns 100 quilómetros a sudeste de Hanói, ajudou-nos a compreender melhor a vida quotidiana e os problemas concretos do Vietname de hoje.

Para uma população de 1.200.000 pessoas, a província tem apenas 80 mil hectares de terra cultivável. Em Dong Hung, um distrito típico dos sete em que se divide Thai Binh, a superfície cultivável é de apenas 742 metros quadrados por pessoa. E os

avanços são lentos. As autoridades esperam chegar a mil metros quadrados *per capita* no ano de 1990, estimulando a emigração para as novas zonas económicas e aplicando um planeamento familiar restrito, que reduza a um por cento o actual crescimento demográfico de 3,5% anual.

A pressão sobre a terra é grande no norte do país e as famílias das aldeias superpovoadas no delta do rio Vermelho são estimuladas a emigrar para o sul. Essa transferência gra-

dual da população é totalmente voluntária e em 1978 e 1979 mudaram-se quatro mil das 47 mil famílias de Dong Hung.

Há 47 cooperativas no distrito, tantas quanto o número de aldeias. Cada aldeia tem umas mil famílias e em média, 318 hectares. O aperfeiçoamento dos métodos de trabalho agrícola permitiu que umas dez mil pessoas (na sua maioria, mulheres) passassem a dedicar-se ao artesanato: esteiras de junco, tapetes e tecidos que se destinam à exportação.

Os artesãos são uns dez por cento do total de 87 mil trabalhadores do distrito e, em épocas de intensa actividade, na altura da plantação e da colheita do arroz, dedicam um terço do seu tempo ao trabalho nos campos. Mesmo assim, em várias das aldeias que visitamos, o artesanato contribuía entre 20 e 25% das receitas das cooperativas.

O fim das cotas arbitrárias

Dong Hung é um bom exemplo do novo papel do distrito — um factor chave na construção do socialismo — e da aplicação do conceito de «senhorio colectivo do povo».

«A grande mudança administrativa», explica Nguyen Van Hieu, presidente do Comité Popular Distrital, é que no passado só nos ocupávamos de assuntos administrativos e agora temos muitas outras funções, em particular o manejo económico.

«Antes só executávamos planos e adequávamo-nos aos requerimentos da administração provincial que, por sua vez, os recebia do governo central. Durante os nove anos de guerra, demos tudo o que pudemos ao Estado para apoiar a guerra no sul e a defesa do norte, cumprindo ao máximo a entrega das cotas de cereais e carne que nos correspondiam. Agora somos nós que decidimos com que produto vamos contribuir para o Estado, levando em consideração as necessidades locais de arroz e produtos animais, prevendo uma melhoria constante das condições de vida dos aldeões. Esta é também a política do Estado e do Partido.

«É claro que — continua Van Hieu — sabemos das nossas responsabilidades para com o Estado, os trabalhadores, os soldados e a população

não-rural. Mas, primeiro, traçam-se metas ao nível de cada aldeia e depois estudam-se os meios para se conseguir esses objectivos. As iniciativas, ideias e experiências dos camponeses são escutadas e aplicadas. Cada um sabe que é necessário desenvolver a economia, aumentar a nossa contribuição para a sociedade, mas também melhorar as condições locais de vida»

Se a autoridade distrital desconhece as condições concretas de cada aldeia, é impossível conseguir bons resultados. «No passado, houve casos — explica o presidente do Comité Popular — em que o distrito fixou cotas arbitrárias e pouco realistas. Os aldeões rejeitam-nas categoricamente. O 'comandismo' podia ser tolerado durante a guerra, mas em condições de paz é inaceitável. Agora, planejamos em conjunto para cada aldeia e o distrito. Este ano, enviamos quadros às aldeias para realizarem estudos preliminares e, depois de discutir com cada cooperativa, transmitimos ao Estado as necessidades de sementes e fertilizantes do distrito. Como o Estado não pode abastecer-nos com todo o fertilizante que necessitamos então planejamos a forma de cobrir o défice com as nossas próprias misturas de excrementos e detritos vegetais. Mas temos consciência e elaborámos um plano principal e outro alternativo, para o caso de catástrofes naturais.»

Uma nova ordem rural

O inverno de 1979-80, por exemplo, foi frio e depois veio uma grande seca. Toda a colheita de arroz teve que ser replantada, mas mesmo assim conseguiu-se um bom resultado.

O princípio de planear de baixo para cima foi inaugurado aqui, em Dong-Hung. Os seus excelentes resultados levaram-no a ser adoptado como modelo nacional de descentralização económica e administrativa. Uma nova ordem instaura-se no campo vietnamita.

Essa nova ordem inclui o estímulo a toda a iniciativa privada de cultivar qualquer terreno não-ocupado pelo arroz. O produto é vendido no mercado livre; isso contribui para solucionar a carência de alimentos e aumenta as receitas dos aldeões.

Outras mudanças afectam a aparência física e os estilos de vida. Planeia-se a longo prazo e em dois períodos quinquenais (daí as referências constantes ao ano de 1990); isso combina com os planos anuais traçados a nível de base e que atendem às necessidades locais.

As condições de vida melhoraram notavelmente quando se consegue a concentração de casas isoladas em unidades maiores, o que facilita o fornecimento de electricidade e de água potável. Na província de Thai Binh, 1158 pequenas aldeias terão sido concentradas em 120 centros residenciais em 1990, com uma nova infra-estrutura de caminhos que ligará todos eles com transportes motorizados. A cooperativa de cada uma das aldeias já tem a sua escola até à oitava classe, uma clínica e um centro de produção de plantas medicinais. A nível distrital, há escolas secundárias e hospitais.

O equilíbrio conseguido em Dong Hung entre o esforço colectivo e a iniciativa individual parece estar a dar excelentes resultados. Uma notável contribuição ao velho problema do desenvolvimento e o socialismo em áreas rurais. □



Contra a natureza e os invasores

Do extremo-norte ao extremo-sul, a mesma luta há milénios

«**D**E Ca Mau a Langson, uma só nação.» Esta foi uma das palavras de ordem mais repetidas no Vietname durante os 30 anos em que o país esteve dividido pelo famoso Paralelo 17. Uma visita a Langson, na fronteira norte com a China, e outra à península de Ca Mau, no extremo sul do país, eram imprescindíveis para completar o panorama do Vietname de hoje. Em ambos os lugares, o país se recupera das suas feridas de guerra. Em Langson, são as produzidas pela invasão chinesa. Em Ca Mau, as herdadas dos Estados Unidos, cuja guerra química mudou substancialmente a ecologia local.

Enxadas em vez de arados

Dois anos após a «lição» chinesa de 1979, os camponeses de Langson voltaram às suas cooperativas, trabalhando a terra a um quilómetro da fronteira, pelo menos quando as montanhas ou qualquer outra barreira natural os protegem da artilharia inimiga. Apesar da interrupção das tarefas agrícolas durante a invasão, a produção de 1979 chegou a 95% da do ano anterior e a colheita de arroz e tabaco em 1980 superou todas as expectativas, num ano de



Das 24 fábricas destruídas na província de Langson, 22 estão já a funcionar novamente. Apesar dos danos, as escolas primárias têm hoje

agressão chinesa e três mil a mais nas secundárias. Quinhentos e quarenta quilómetros de estradas e vias férreas foram reparados e construí-

dos 80 quilómetros de novos caminhos para servir as instalações de defesa recentemente criadas.

«Todos os povoados e aldeias fronteiriços foram destruídos — explica Vi Gia Le, secretário do Partido Comunista na província — e os animais de carga exterminados. Tivemos que utilizar a força humana para a carga e enxadas em lugar de arados. Porém, não houve nenhum caso de inanição.»

Como no resto do país, a produção de alimentos é a primeira prioridade, juntamente com a defesa. Em breve — acrescenta Vi Gia Le — virá um esforço de reflorestamento.

Em dois ou três anos haverá bosques jovens daqui até à fronteira... e as árvores também cumprirão os seus serviços militares».

Arroz onde haviam florestas

No outro extremo do país, na península de Ca Mau, camponeses voluntários procedentes do norte cumprem uma tarefa exactamente oposta: transformar em arrozais o que foram densas florestas.

Mais de um terço dos 100 mil hectares de gigantescas árvores das florestas de U Minh foram destruídos pelos norte-americanos. Depois de os produtos químicos desfolhantes terem demonstrado ser ineficazes, os aviões norte-americanos fumigaram as árvores com querosene e, em seguida, bombardearam-nas com *napalm*, produzindo um grande desastre ecológico, não conseguindo porém o seu objectivo: esmagar as forças da resistência que

ali tinham a sua base.

«Os bosques de U Minh foram a base de operações da Frente de Libertação Nacional em todo o oeste do delta do rio Mekong», explica Nguyen Thanh, do Comité Popular provincial de Pao Lieu. «Os franceses nunca conseguiram submeter as nossas forças aqui, mas os norte-americanos e os seus títeres acreditaram que o poderiam fazer. Lutou-se por cada palmo de terra.

Durante a guerra contra os franceses construímos diques para reter a terra que a selva ganhava ao mar. As forças de Saigão fizeram grandes esforços para apropriarem-se desta área. Ocupavam uns diques, e nós, outros. Lutou-se pela conquista de dique por dique, como se luta rua por rua e edifício por edifício nas cidades.»

«Os norte-americanos — continua Nguyen — sabiam que tinham que tomar os bosques para controlar o delta do Mekong. Aqui, as nossas forças podiam-se auto-abastecer com recursos locais e contribuir em outras zonas. Fracassaram quando tentaram entrar por terra, fracassaram nos seus desembarques marítimos, fracassaram nos ataques com helicópteros como fracassaram os seus tanques anfíbios M113. Resolveram, então, fazer a guerra com fogo. Queimaram grande parte dos bosques, mas os nossos guerrilheiros lá permaneceram.»

Num sector do bosque, onde 3200 hectares de árvores foram arrasados, os troncos mortos e as ervas silvestres estão a ser removidos para converter a área numa plantação de arroz. Na herdade estatal de Dong Hai — uma das quatro desse tipo na região — o solo não foi envenenado como em outras regiões próximas,

porém está impregnado de sal que tem de ser retirado para se poder plantar. Com canais de drenagem construídos à mão, metade da herdade já está a ser cultivada e, em 1979, foram colhidas aí três mil toneladas de arroz.

A maioria dos trabalhadores vêm do Norte, onde estão mais acostumados do que os seus compatriotas do Sul ao duro trabalho de remover toneladas de terra à mão.

Tiveram que construir novos diques para evitar que a água do mar voltasse a invadir os campos e abrir canais de drenagem em direcção ao mar para que as chuvas anuais das monções pudessem lavar o sal da terra.

Os primeiros colonos começaram por levantar as suas próprias casas, uma escola e uma clínica. Depois construíram moradias para outros que se lhes seguiram. O número de 780 trabalhadores que nós encontramos em breve seria duplicado.

Cada família recebeu mil metros quadrados para a sua casa e a paisagem começava a ser adornada com jardins e tanques para a criação de peixes.

A península de Ca Mau, antes coberta de selvas e agora produtora de arroz, é um símbolo da luta eterna do povo vietnamita contra a natureza, assim como Langson é o da permanente luta contra os invasores estrangeiros.

Durante milénios, esta tem sido a história do Vietname: uma guerra contínua contra as forças naturais e as agressões. Não é justo que continuem a ser estes os elementos essenciais na vida dos vietnamitas de hoje!



KAMPUCHEA

A vitória da vida

O povo do Kampuchea renasce para a vida. Há um ano, o mundo perguntava-se se a nação Kampuchea poderia sobreviver. Hoje, essa dúvida já não existe.

A colheita de arroz de 1980-81 será boa. No litoral, grandes quantidades de peixe estão a ser capturadas. As mulheres voltam a ter filhos. Actualmente, há mais sorrisos por quilómetro quadrado nas cidades e aldeias do Kampuchea do que em qualquer outro lugar dos muitos que temos visitado em numerosas viagens durante os últimos anos.

Nos primeiros dias de 1981 estivemos no Kampuchea, pela quarta vez desde que o regime genocida do Khmer Vermelho foi derrubado, em Janeiro de 1979. Em Agosto desse ano, médicos ocidentais discutiam com os seus colegas Kampucheanos se a esterilidade das mulheres, produzida por stress psicológico e fisiológico, seria irreversível. Em Maio de 1980, quando percorremos mil quilómetros do interior do país com uma equipa de televisão, detivemos-nos numa aldeia para filmar o raro espectáculo de uma mulher com uma criança. Agora, em troca, encontramos mães a amamentar os seus filhos em quase todas as portas de Phnom Penh e povoados vizinhos. São símbolos daquilo que, na opinião de todos os observadores internacionais, é uma incrível afirmação da vontade nacional em so-

O povo khmer levanta a cabeça, regressa à vida, derrotando a política genocida de Pol Pot. A ajuda ao Vietname dos países socialistas e das agências internacionais foi importante mas a vitória deve-se, principalmente, a uma vontade férrea de sobreviver.



breviver. É uma mensagem da esperança para todo o mundo.

Passado e presente

A história de horrores dos Khmer Vermelho e a sua política genocida ainda está por escrever. Em Agosto de 1980, por exemplo, descobriram-se 129 covas na aldeia de Roluos, às margens do rio Bassac, a uns 15 quilómetros de Phnom Penh.

Em meados de Dezembro, quando por lá passei, apenas uma dúzia delas tinham sido abertas. Cada uma continha entre 60 e 120 cadáveres.

A maioria tinha as mãos amarradas com fios eléctricos, os olhos cobertos com panos, mechas de cabelo e carne seca ainda agarrados aos crâneos e ossos. A exumação teve que ser interrompida várias vezes, porque aqueles que faziam o trabalho adoeciam de tanta pestilência e horror. Cuidadosamente desenterrados, os ossos mostravam que havia vítimas de todas as idades, inclusive crianças. A data estimada desse assassinato em massa teria tido lugar em fins de 1978, pouco antes do derrube de Pol Pot e Ieng Sary. Mas ninguém sabia ainda de onde eram essas 11 ou 12 mil vítimas. Os mor-

tos não falam; e não havia um só sobrevivente.

Os moradores de Roluos, que se entregavam à colheita do seu arroz, nada sabiam. Todos tinham sido evacuados à força, antes do massacre, e só recentemente se inteiraram dele quando começaram a sentir um forte cheiro que vinha de um terreno coberto de capim.

Em Roluos, sentia-se o contraste simbólico entre a morte e o renascimento de uma nação: esqueletos de um passado muito próximo ao lado de mulheres colhendo o arroz e amamentando os seus filhos.

As colheitas de arroz estavam a realizar-se antes do tempo, explicaram-me os camponeses, porque havia ratos no campo. Os assassinos de Pol Pot, porém, já não rondavam nas colinas.

O crocodilo, o tigre e a serpente

Não encontrámos ninguém no Kampuchea que não tivesse parentes assassinados, torturados ou deliberadamente conduzidos à morte por inanição. Praticamente todas as pessoas que conheci quando vivi em Phnom Penh e nas minhas visitas posteriores, estão mortas. Ninguém soube explicar-me o motivo dessa política de extermínio, que alguns intelectuais ainda defendem como «uma interessante experiência social».

Norodom Sihanouk, antigo Chefe de Estado Kampucheano, qualifica Pol Pot de «megalómano» e a seu sócio Ieng Sary de «paranóico, incapaz de tolerar a menor crítica». Juntos, constituiram «um tandem, (2) com um crocodilo na frente e um tigre atrás».



Agosto de 80: na aldeia de Roluos, a 15 km de Phnom Penh, foram descobertas 129 covas com centenas de cadáveres

Os Kampucheanos que trabalharam algum tempo com a direcção do Khmer Vermelho consideram, no entanto, que o mais perigoso dos líderes derrubados é «a serpente» Khieu Samphan, filósofo e ideólogo do regime, que foi quem, diante da insistência de Pequim, substituiu oficialmente Pol Pot como o número um do governo no exílio do Kampuchea Democrático. Foi ele quem instigou os altos quadros do partido a destruirem todos os valores nacionais e repudiarem todos os modelos socialistas. Ao desenvolver novos valores «puros», o Kampuchea seria o modelo da «revolução mundial». O homem seria «purificado» ao dedicar-se exclusivamente a trabalhar a terra: «Tendo arroz, tem-se tudo».

O perigo de saber pensar

O ódio de Khieu à indústria e à vida urbana coincidiu com os con-

ceitos racistas de Pol Pot e Ieng Sary, e daí nasceu um projecto do Kampuchea semi classe operária. Desde a época da colonização francesa, a maioria dos trabalhadores industriais no Kampuchea eram de origem étnica chinesa ou vietnamita. Aceitar a idéia de uma aliança operário-camponesa contradizia a concepção chauvinista de Pol Pot, que, na opinião de Sihanouk, é um ardoroso admirador de Hitler. Assim, um dos objectivos da evacuação forçada de Phnom Penh e outras cidades, nos primeiros dias posteriores ao triunfo, foi a dispersão da classe operária, acompanhada da opressão e do virtual extermínio das minorias chinesa e vietnamita.

A brutalidade com que se realizou a desocupação da capital deixando que os doentes e velhos morressem à beira do caminho, levou muitos evacuados a dirigirem-se aos Templos para perguntar aos bonzós se isso estava de acordo com a doutrina



budista. É tradição dos kampucheanos acorrerem aos Templos em tempos difíceis. As respostas dos bons foram tais que levou-os a que fossem também exterminados e os templos fechados, queimados ou convertidos em chiqueiros. As pessoas recorreram então aos intelectuais e professores. As suas respostas, provavelmente, foram as mesmas, já que todo aquele que usasse óculos ou soubesse ler e escrever convertia-se num suspeito. Todo aquele que fosse capaz de raciocinar estava condenado à morte e todos os livros foram queimados.

Dinastia familiar

Inspirando-se nos seus conceitos filosóficos e na intenção de resgatar as «glórias» da civilização esclavista de Angkor, Khieu Samphan desenvolveu uma ideologia para reintroduzir a escravidão no século XX: bastava que as massas produzissem arroz e uma elite pensasse por elas. As ordens eram dadas em frases simples e as forças de segurança «robotizadas» garantiam a obediência e extermínio dos dissidentes. Gradativamente a própria classe dirigente seria reduzida, de forma a evitar qualquer possível oposição, surgida de alguma divergência ideológica. Assim, foram torturados e assassinados quadros pioneiros do Khmer Vermelho como, por exemplo, Hu Nim e Hou Youn, que durante muito tempo foram os colaboradores mais próximos de Khieu Samphan.

Por fim só ficaram na cúpula Pol Pot e a sua esposa, Khieu Ponnary (meia-irmã de Khieu Samphan), Ieng Sary e sua esposa, Ieng Thirith (irmã de Khieu Ponnary), e o pró-



Pol Pot: admirador de Hitler



Heng Samrin: vitorioso

prio Khieu Samphan. Depois de eliminar todos os revolucionários Khmer, veteranos da luta contra o colonialismo francês e japonês, e liquidar todos os genuínos patriotas que acompanharam a luta contra o regime pró-norte-americano de Lon Nol, Pol Pot enfrentou as fracções do Khmer Vermelho entre si, até que, virtualmente, sobreviveu só, a nível de direcção, uma dinastia familiar.

Rumo ao mercado

Quando os primeiros médicos ocidentais chegaram, em Agosto de 1979, não encontraram ninguém que não sofresse de desnutrição crónica, quase sempre complicada por doenças intestinais, pulmonares ou dermatológicas.

Quase não existiam crianças de menos de cinco anos de idade e, nas aldeias que visitei em seis províncias, encontrei quatro ou cinco mu-

lheres para cada homem. De acordo com as estatísticas oficiais, 73% das mulheres são viúvas. Porém, o que mais impressionou os visitantes de diversas organizações internacionais de ajuda humanitária foi a surpreendente vitalidade dos kampucheanos. As mulheres, nos campos, tomaram em seus ombros o trabalho dos seus homens assassinados ou mortos por inanição e os poucos homens que sobreviveram faziam as tarefas mais pesadas.

A ajuda do Vietname, da União Soviética e de outros países socialistas assim como das agências humanitárias internacionais chegou ao seu destino. Distribuem-se e plantam-se sementes de arroz, foram estabelecidos mercados, o dinheiro voltou a circular, os templos e escolas foram reabertos.

Há um ano, os caminhos estavam cheios de trágicos grupos de mulheres e crianças que, empurrando rudimentares veículos de madeira, tentavam regressar às suas aldeias com a esperança de encontrar algum

parente. Hoje, as estradas são percorridas por longas filas de carros puxados por bois que vão buscar arroz aos centros provinciais para distribuí-lo nas aldeias onde os camiões não podem chegar. A seu lado, passam bicicletas carregadas de porcos e galinhas em direção ao mercado mais próximo.

De volta às aulas

Ainda mais significativo é o facto de 90 mil crianças estarem a frequentar a escola. Cifra recorde na história do Kampuchea! «É fantástica a vontade de estudar», comenta Ian Hopwood, representante da UNICEF. «Os pais fazem tudo para criarem condições de estudo e as crianças parecem muito entusiasmadas».

Mas, 75% dos professores foram exterminados por Pol Pot. Faltavam carteiras, mesas e giz nas poucas escolas que ainda tinham condições de serem reparadas. Sentados no chão ou debaixo das árvores, as crianças começam a aprender com os materiais de que dispõem. Setenta e cinco por cento dos que vão às aulas estão no primeiro ano, vinte por cento no segundo, quatro por cento no terceiro e um por cento no quarto ano primário. O restante vai a algumas das poucas escolas secundárias que foram reabertas.

Solucionado já o problema da alimentação, saltam à vista os resultados da supressão da cultura. A escola de medicina de Phnom Penh tem 700 estudantes, mas apenas 50 dos 450 médicos do país sobreviveram. Faltavam textos e material de laboratório até que o Comité Francês de Ajuda Médica enviou dez toneladas de equipamentos de ensino. Planeia-se a criação de uma escola de odontologia: o holocausto

deixou o Kampuchea com apenas 15 dentistas e nenhum cirurgião estomatologista.

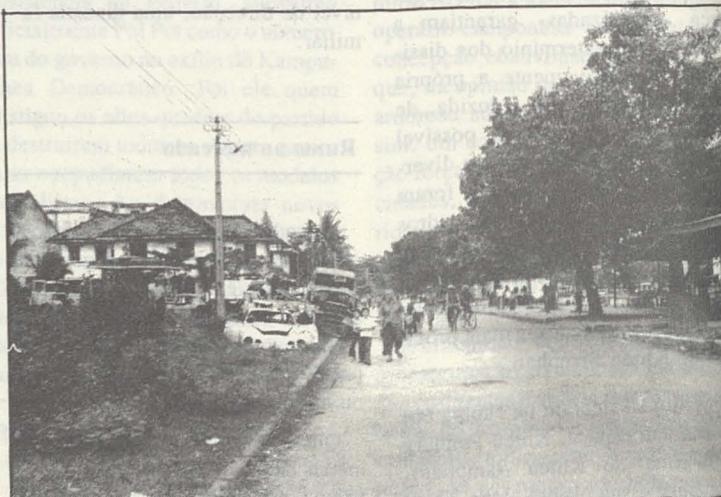
Ao visitar os famosos templos de Angkor, a minha mulher, que foi professora de história da arte na antiga Universidade de Belas Artes de Phnom Penh, descobriu que o jovem restaurador Pich Keo, que tentava consertar as consequências de anos de abandono, era um dos seus antigos alunos. As lágrimas de alegria logo se transformaram em choro de dor quando soube que ele era um dos dois sobreviventes da sua turma de arqueologia e que todos os seus colegas professores tinham sido assassinados.

O extermínio e a supressão de toda a educação formal durante quatro anos deixou o Kampuchea com um nível cultural equivalente, segundo os especialistas, ao de 1945. No entanto, reconfirma saber que o povo e a cultura kampuchea sobreviverão a um dos assaltos genocidas mais monstruosos de todos os que a história regista.

Querem voltar

Em Julho de 1980, a menos de 60 quilómetros de Roluos, o carro em que viajávamos com uma equipa da televisão australiana sofreu uma emboscada. O condutor, vietnamita, salvou-nos as vidas ao continuar a conduzir sem parar, apesar de ter a cara atravessada por uma bala e feridas no pescoço e nos ombros. Graças à vigilância dos camponezes, dois dos atacantes foram mortos e 17 capturados. O seu ataque destinava-se a dar início a uma campanha com a qual o Khmer Vermelho esperava recuperar terreno e prestígio durante a estação chuvosa de 1980.

Os remanescentes do regime de Pol Pot e Ieng Sary tinham a esperança de poder penetrar no Kampuchea a partir das suas bases na China e na Tailândia, capturar algumas posições içar nelas a bandeira do Khmer Vermelho e convidar correspondentes ocidentais para demonstrarem que o seu regime controla algum território e que as suas forças operam no país. Mas o esquema



Lenta e penosamente, Phnom Penh renasce



fracassou porque o pouco que resta do Khmer Vermelho não tem qualquer apoio popular.

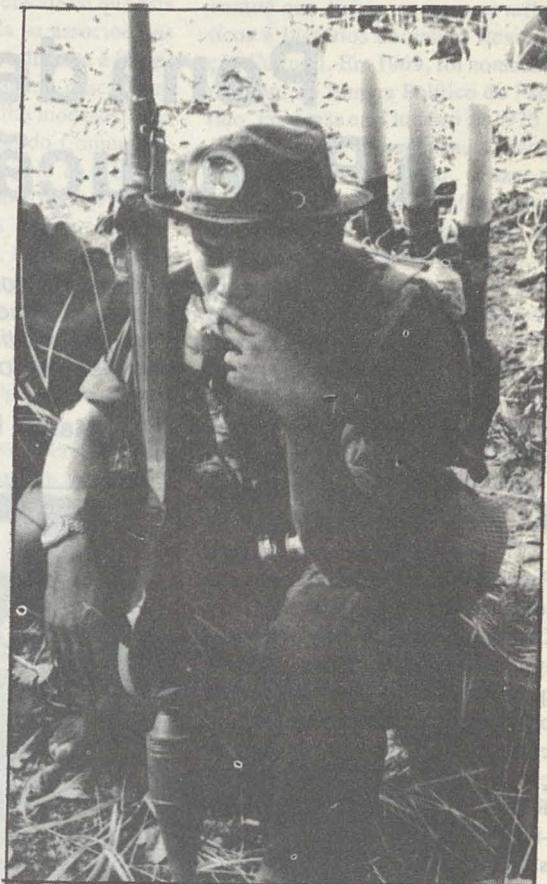
Os seus soldados e agentes, quando reconhecidos, são imediatamente denunciados e perseguidos pelo povo nas áreas onde conseguem infiltrar-se. Explicaram-me que é cada vez mais frequente os próprios infiltrados se entregarem quando vêm que as suas aldeias natais levam uma vida normal e cada vez mais próspera.

Uma nova sociedade

A amnistia total — salvo para o punhado de criminosos que constituem a cúpula dirigente do Khmer Vermelho — teve um efeito decisivo para as três grandes realizações do governo da República Popular do Kampuchea que Heng Samrin preside: 1) *Segurança* em todo o país, excepto em algumas áreas fronteiriças com a Tailândia, de onde os remanescentes do Khmer Vermelho não podem ser eliminados sem que seja violada a fronteira tailandesa; 2) *Produção* — a colheita de 1981-82 voltará a fazer do Kampuchea um país exportador de arroz; 3) *Consolidação política* — a Frente de Salvação Nacional, que organizou o derrube do regime de Pol Pot está a funcionar a nível provincial e distrital e estão sendo formadas em cada aldeia, organizações de massas, femininas e juvenis.

Está a ser estruturada uma nova sociedade Kampuchiana, baseada nas amargas experiências do passado. O processo é irreversível e não se deterá com as ameaças sino-norte-americanas ou com os votos comprados nas Nações Unidas, que ainda reconhecem o regime genocida do «Kampuchea Democrático» como representante legal do país. (A China chegou a pagar 15 mil dólares

Guerrilheiro do Khmer Vermelho: condenados ao fracasso por falta de apoio popular



a certos delegados que votaram por Pol Pot na última reunião da Assembleia Geral da ONU, confessaram em privado alguns dos favorecidos, que por sua vez, já estavam acostumados até há pouco tempo a receberem uma bonificação anual semelhante dos Estados Unidos para que votassem contra Pequim e a favor de Taiwan como representante oficial da China.)

Em resumo, apesar dos negros augúrios, o Kampuchea não só conseguiu sobreviver como Nação, como também constrói, além disso, uma nova sociedade socialista, baseada nas suas próprias tradições e

no primeiro passo com a Revolução Cultural. Por isso foi designada

como nova sociedade Kampuchea.

cultura e nas estreitas relações de solidariedade e amizade com o Vietname e Laos, seus vizinhos e companheiros de luta contra as agressões da França, Japão, Estados Unidos e China. □

(1) Kampuchea é o verdadeiro nome do país que os ocidentais denominavam de Cambodja. É habitado pelo povo Khmer; «Khmer Vermelho» é o nome que o príncipe Norodom Sihanouk deu a uma facção ultra-esquerdista do Partido Comunista Khmer que, nos 60, levantou-se em armas contra o seu governo neutralista.

(2) bicicletas de dois lugares

CHINA

Pena de morte
à Revolução Cultural

A pena de morte contra Chiang Ching, o combate ao maoísmo e a disputa entre as correntes políticas de Deng e de Hua são os novos ingredientes do complexo processo chinês.

Marcia Laport

O processo contra o «Bando dos Quatro», que terminou no dia 25 de Janeiro, em Pequim, com a condenação à morte (em suspenso por dois anos) de Chiang Ching e do ex-vice-primeiro-ministro Zhang Chunqiao, teve como objectivo apagar os vestígios de uma era da história chinesa contemporânea: a orientação imprimida ao país, a partir da Revolução Cultural, por Mao Tsé-tung. Apesar dos objectivos terem sido atingidos, ainda não está claro, de modo definitivo, a relação de forças e a natureza do momento actual. Embora essa nova fase tenha sido marcada pela ascensão de Deng Xiaoping, tanto o desenvolvimento do processo contra a viúva de Mao e seus aliados, como factos que se sucederam durante o decorrer do julgamento nas cúpulas do Partido e do Governo, denotam a persistência de contradições internas. Tudo parece indicar que esta será a era de Heng e das suas quatro modernizações, porém, até agora, nada está estabilizado.

Em torno do processo e do Poder, duas correntes mediram forças. A de Debq, partidário de uma «desmaoi-



Chiang Ching: condenação à morte, posteriormente comutada em prisão perpétua

zação» acelerada, predominou. A de Hua (até hoje Presidente do Partido Comunista), que cedeu posições constantemente, queria retomar — com correções, rectificações e actualizações — o pensamento de Mao. Hua, que gozava da confiança de Mao, foi por isso indicado como seu sucessor. O detalhe mais sugestivo desaparecia das

menções oficiais, aumentavam os rumores de que ele perderia a presidência do PC chinês, no qual há muito tempo deixara de realizar as funções correspondentes a tão alto posto.

Porém, alguns dias antes do pronunciamento da sentença, o seu nome voltou a figurar na Imprensa, indicando que nos organismos de direcção os seus partidários mantinham ainda um certo peso, embora difícil de avaliar.

A corrente de Deng associou-se às posições mais duras no decorrer do processo.

O prolongado julgamento da viúva de Mao, mais do que um acto judicial, foi uma instância estritamente política. Houve acusações criminais, como a suposta «tentativa de atentado» contra a vida de Mao. Contudo, tanto a composição do tribunal como a falta de garantia para os acusados não permitiram avaliar a real culpabilidade de Chiang Ching e seus companheiros.

O objectivo principal foi, evidentemente, político e a grande divulgação que se deu antes, durante e depois ao processo, teve uma inten-

ção cristalina: condenar toda a obra de Mao desde a Revolução Cultural até à sua morte, sem se acusar porém directamente quem era então o «grande timoneiro» e tinha um poder indiscutível.

Durante o julgamento, houve a intenção de se demonstrar as mesmas teses que Deng havia explicitado em tantos discursos e entrevistas: Mao cometera alguns erros, mas, sobretudo na sua velhice, deixara-se dominar pela esposa Chiang e seus cúmplices, os verdadeiros responsáveis pelos grandes desvios do curso revolucionário. A «Camarilha dos Quatro», posicionada em centros-chaves de direcção, quis dar um golpe para controlar todo o poder quando Mao ainda estava vivo — daf a acusação sobre o atentado — e tentou o mesmo após a sua morte.

Desta maneira, Deng e a ala partidária que lhe é fiel, procuram, além de desembaraçar-se dos seus adversários internos, uma interpretação própria e favorável aos seus objectivos, particularmente o de diminuir substancialmente a influência do maoísmo. Eles argumentam que a Revolução Cultural e as radicais mudanças de direcção imprimidas pelos dirigentes actuais não seriam uma negação do maoísmo. Na opinião deles, o balanço da actividade política de Mao, apesar de seus erros, é positivo e tem continuidade na política adoptada por Deng.

A grande responsável?

Dentro desta lógica, o jurídico foi subordinado ao político. Chiang foi apresentada como a grande responsável, atribuindo-se a ela uma influência muito superior à que teve durante o seu apogeu. No entanto, esta mulher de uma coragem extraordinária, não aceitou desempenhar esse papel. Aproveitou as poucas oportunidades que teve para denun-

ciar os seus juízes, aos quais acusou de imputar-lhe culpas que não se atreveram a fazer contra o seu marido.

Não há porém, dúvida de que esta mulher apaixonada se associou aos excessos cometidos durante a Revolução Cultural. Chiang, nascida em 1914, de uma família modesta, aderiu em 1933 ao Partido Comunista. Conheceu Mao depois da «Longa Marcha», em Yenan. O líder estava então casado com uma heroína da revolução chinesa, He Zizhen. Mao e Chiang casaram-se em 1938 e, talvez porque essa actriz carecesse de títulos revolucionários, os companheiros de Mao pediram-lhe que Chiang não participasse em actividades públicas.

Trabalhou como secretária do presidente e continuou a interessar-se por assuntos artísticos. Passou a

um primeiro plano com a Revolução Cultural. Em 1966, foi designada conselheira cultural do Exército e, no ano seguinte, responsável pelo comité que dirigiu os sectores artísticos e literários durante a Revolução Cultural. Em 1969, foi nomeada membro do Bureau Político do Partido. Foi presa em Outubro de 1976.

Ao escutar a sentença, Chiang gritou o *slogan* de Mao: «Fazer a revolução não é crime». Os juízes afirmaram que o processo não se propunha castigar erros políticos, e sim crimes. No entanto, a carência de uma defesa real para os acusados, fez com que, apesar dos efeitos políticos e de propaganda conseguidos, de um ponto de vista imparcial, não tenha sido possível saber até que ponto Chiang e os demais sentenciados eram realmente culpados dos crimes de que foram acusados. □

**Imagen histórica da Revolução Cultural:
Lin Piao, Mao Zedong
e Chiang Ching, juntos**



Outro Estado 'gendarme' em perigo de naufrágio

A oposição ao regime de Zia junta-se na maior frente já constituída no país: o Movimento para a Restauração e a Democracia (MRD).

O regime vive a dramática situação do isolamento

Mohamed Salem

A CABARÁ por vir a ser o Paquistão para a administração Reagan o que foi o Irão para a de James Carter?

A pergunta poderia ter sido colocada anteriormente, mas surge agora com seriedade em alguns meios diplomáticos ante o vertiginoso processo de deterioração que tem vindo a sofrer nos últimos meses o regime encabeçado por Zia-Ul-Haq.

O recente sequestro do *Boeing* paquistanês, que culminou a 14 de Março, em Damasco, com a libertação de 103 passageiros cativos em troca da restituição à liberdade de 55 prisioneiros políticos paquistaneses, foi mais do que um mero episódio isolado.

A captura do avião por um comando do grupo «Al-Zulfika» coincidiu com o lançamento de um «Movimento para a Restauração e a Democracia» (MRD) por parte da maior frente opositora jamais constituída até agora no Paquistão.

Uma mobilização desta amplitude teria sido impensável há poucos meses atrás, e a sua constituição ilustra tanto a rapidez como a profundidade das mudanças que se estão a operar no quadro político do país.



Zia Ul-Haq: as bases do seu regime começam a estar abaladas

O golpe de Estado dirigido, em 1977, por Zia contou com uma não desprezável base de apoio interna, representada, activa ou passivamente, por um conjunto de forças conservadoras receosas do reformismo de Zulfikar Ali Bhutto, líder do Partido Popular do Paquistão.

Essa base de apoio atingiu o seu maior grau de amplitude e solidão ao estalar, em Dezembro de 1979, a crise do Afeganistão, que juntou por detrás da condução de Zia uma consistente frente interna sob a consigna da unidade nacional ante a intervenção soviética no vizinho

país e a presumível ameaça que ela representava para a segurança paquistanesa.

Os duros e os dialogantes

Contudo, o posterior congelamento da situação afgã em termos que foram dissipando a perspectiva de um ulterior expansionismo soviético para além das fronteiras desse país, devolveu para primeiro plano os problemas especificamente internos do Paquistão. Entre estes ressaltam a progressiva deterioração da sua situação económica e os cres-

centes protestos contra a repressão e a desestabilização causada pelos sucessivos adiamentos de uma definição governamental quanto à saída institucional democrática prometida por Zia.

O epicentro da acção opositora situava-se no Partido Popular do Paquistão, orientado agora pela senhora Nusrat Bhutto desde que o seu marido Zulfikar Ali Bhutto foi executado há quase dois anos por ordem do regime de Zia.

Até fins de 1980, a política do partido face ao regime caracterizava-se por uma contradição interna entre os sectores que defendiam uma linha de acção de intransigência para com o governo e uma facção que se declarava partidária de uma solução negociada através do diálogo com o governo.

Zia, que viu reduzir-se a sua base de apoio para uma solução política própria que prescindisse da oposição, tratou de alimentar as expectativas da linha dialogante do PPP, apresentando ou prometendo iniciativas que pareciam oferecer-lhe justificativos.

Desse modo, entre Setembro e Outubro do ano passado, criou-se uma certa expectativa em torno de uma prometida reestruturação do gabinete, apontada como uma necessidade de ampliar a representatividade do governo, através da inclusão de personalidades que reflectiriam os pontos de vista de um amplo espectro político.

«A força irresistível do povo»

Porém, a crescente tensão política parecia já não oferecer margem para combinações desta natureza. Em Marachi, a maior cidade do Paquistão, estalavam, em Fevereiro passado, recontros na Universidade entre facções estudantis opositoras e defensoras do regime. Saldo: um morto e 12 feridos.

Ao mesmo tempo, a política dispersava violentamente, em Lahore,



A herança política de Ali Bhutto contra a ditadura militar

capital da província de Pendjab, uma reunião de líderes da oposição. A operação culminou com a detenção de numerosos dirigentes, entre os quais se contava a viúva de Bhutto. «Zia será derrubado pela força irresistível do povo», gritou a senhora Bhutto ao ser introduzida num carro celular da polícia.

Neste clima, foi ganhando terreno a linha intransigente do PPP encabeçada pela própria senhora Bhutto. A constituição do MRD foi uma resultante dessa alteração na relação de forças internas da oposição.

O factor decisivo que jogou a favor da intransigência e uma acção opositora frontal ao regime surgiu, em princípios de Março, quando Zia deu a conhecer a anunciada reorganização do seu gabinete. O novo elenco ministerial estava longe de satisfazer o requisito de uma ampliação na representatividade do governo.

Isso deveu-se, em parte, ao facto de Zia ter utilizado um critério se-

lectivo mais restritivo que o prometido para formar o novo governo e, também, porque todos os «notáveis» detentores de alguma representatividade e convidados a tomar parte do governo recusaram o convite.

Um «Estado-gendarme» ameaçado

O quadro político emergente destes acontecimentos coloca já o regime de Zia uma dramática situação de isolamento, ao mesmo tempo que se consolida nas hostes do MRD uma enorme oposição, cujas componentes vão desde a extrema-esquerda à extrema-direita.

Entre os factos mais significativos deste processo figura a conciliação do integralismo islâmico com a frente opositora. Este importante sector não havia regateado o seu apoio a Zia quando este tomou o poder em 1977 e figurou também entre os apoiantes do governo a quando da deflagração da crise afgã.

Este é o panorama interno que exibe o Paquistão na altura em que a administração de Reagan projecta sobre a explosiva região do Médio Oriente e do Sudoeste asiático a sua guerra fria com que procura consolidar *Estados-gendarmes* regionais.

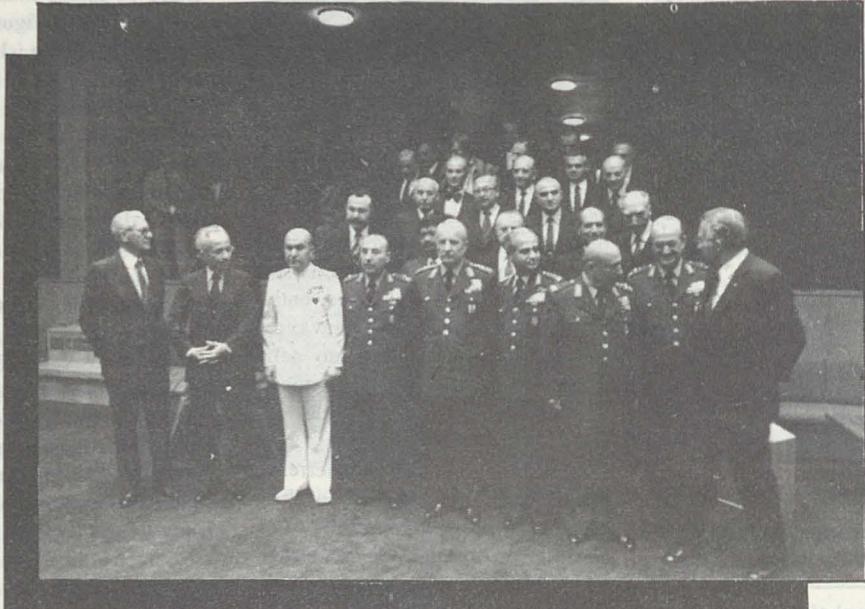
O Paquistão é um candidato natural ao desempenho desse papel nos planos actuais da Casa Branca, mas tudo parece indicar que se Washington ainda há um ano dispunha no Paquistão de alguma frente interna a quem apoiar, hoje não a tem.

Para os Estados Unidos, a opção parece ser entre deixar que a situação interna no Paquistão siga o seu curso natural — o que parece improvável sob a política de « contenção» revivida por Reagan — ou surprender com apoio militar externo, cada vez mais ostensivo, o vazio de sustentação interna que parece constituir hoje o problema central de Zia e do seu regime. □

A nova ordem da Junta

Trinta mil presos políticos, uma centena de condenações à morte e um projecto de «abertura» elaborado pelos generais que não deixa antever o regresso da democracia. Um dilema para os EUA e para os parceiros ocidentais na chamada aliança para a defesa do «mundo livre», vulgarmente conhecida por OTAN

Agustín Castaño



«Foto de família» da Junta. Ao centro o general Evren

A Turquia apresenta a singularidade de ser a única nação do Terceiro Mundo que figura entre os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), circunstância que, em boa medida, explica tanto a natureza como as contradições do processo que se desenvolve no país desde há seis meses. Uma Junta Militar encabeçada

pelo general Kenan Evren, e que sob muitos pontos de vista pode-se considerar ajustado ao clássico modelo latino-americano na matéria, governa a nação turca desde o golpe de Estado que, a 12 de Setembro passado, pôs termo ao caótico regime centro-direita de Demirel.

Como antecedente do golpe, foi decisiva a crescente debilidade do sistema de poder vigente até então,

minado por uma dupla crise económica e política, para a qual parecia impossível encontrar soluções no âmbito de um governo civil.

No campo económico, as componentes da crise incluíam uma estagnação das exportações, uma inflação que apresentando uma taxa anual de 110 por cento aproximava a Turquia do caso recorde da Argentina, um catastrófico aumento do

desemprego e uma queda vertical dos salários reais, tudo isto somado a uma dívida externa que ultrapassava já os 30 mil milhões de dólares e para a qual o Estado não estava sequer em condições de pagar os juros.

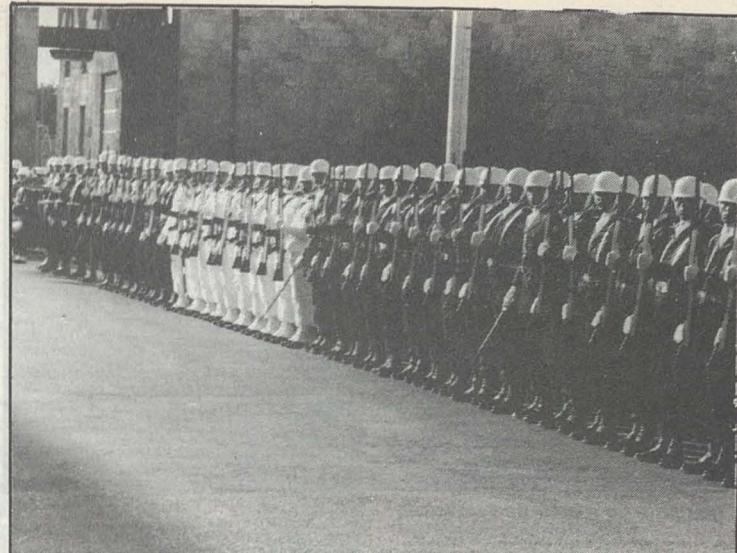
Por detrás deste pano de fundo, agravava-se, em paralelo, uma crise política caracterizada por uma paralisação da disputa interna no seio da coligação de centro-direita de Demirel, a negativa por parte deste último em encarar a possibilidade de um governo de amplo acordo nacional proposto pelo líder da oposição social-democrata Bulent Ecevit e uma devastadora escalada terrorista que, nas semanas anteriores ao golpe, chegou a produzir mais de 20 assassinatos políticos por dia.

Uma região crítica para a OTAN

A imagem de um crescente vazio de poder juntamente com a inexistência de uma solução política de alternativa perspectivavam os contornos de um possível golpe militar ou, mais precisamente, ofereciam os justificativos internos para uma intervenção castrense, que haveria de responder, em boa medida, a estímulos internacionais.

A Turquia, guarda avançada da OTAN no Médio Oriente e a Ásia sul-occidental, precipitava-se no caos enquanto nos seus mais próximos arredores se desenvolviam acontecimentos que tornavam a região para a Aliança Atlântica, e sobretudo para os Estados Unidos, um caso de máxima emergência.

O triunfo da revolução iraniana havia privado os Estados Unidos do que até então fora o seu principal «gendarme» no Médio Oriente, ao mesmo tempo que estalava no Afeganistão o conflito que haveria de culminar com a intervenção da União Soviética; como se isso não bastasse, intensificava-se a viru-



Uma vez mais, na história de um dos «flancos fracos» da OTAN, o exército intervém impondo uma ditadura militar

lência do confronto árabe-israelita, após o fracasso dos acordos de Camp David como fórmula de pacificação na região.

Dentro deste panorama, a estabilização da Turquia, em termos que ao mesmo tempo preservassem o seu papel de bastião oriental da OTAN, convertia-se na prioridade máxima para a Aliança Atlântica, em geral, e para Washington, em particular.

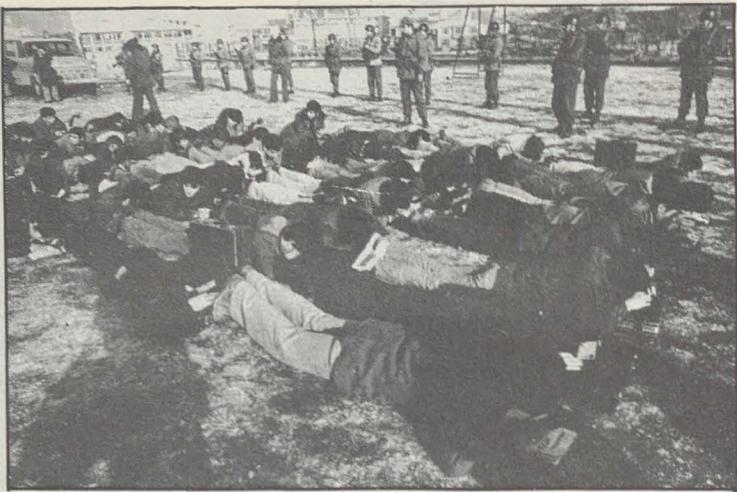
Produzido o golpe — que a administração de James Carter qualificaria de «golpe bom» —, os acontecimentos ulteriores seguiram o curso rigoroso destes casos: proibição da actividade política e sindical, supressão temporal do direito à greve, vagas de prisões que no seu conjunto atingiram já mais de 30 mil pessoas desde a queda de Demirel e uma série de condenações à morte contra cerca de cem pessoas, cuja execução, porém, parece ainda estarem pendentes.

Até aqui, tudo parece ajustar-se à lógica interna dos golpes militares nos países subdesenvolvidos. Mas o facto de a Turquia pertencer simultaneamente ao Terceiro Mundo e à OTAN complica um tanto a situação.

O controverso «Mundo Livre»

A OTAN formalmente, no entanto, continua a assumir-se como aliança entre as «democracias» ocidentais, o que torna embaraçoso trazer no seu seio um membro que não corresponda a esta definição. Os Estados Unidos, individualmente, não fazem questão de princípio sobre este requisito para seleccionar os seus aliados, e durante décadas contabilizaram sem pestanejar ditaduras como as de Alfredo Stroessner ou de Leonidas Trujillo como membros do «Mundo Livre», e é bem possível que agora, sob a administração de Ronald Reagan, esse critério de selecção se torne ainda menos embaraçoso.

Os aliados europeus de Washington no seio da OTAN são, porém, algo mais exigentes, pelo menos quantos às formas. É verdade que esse prurido formal não os impedia de manter durante anos uma aliança com a ditadura militar grega, mas não é menos verdade que a resistência dos europeus em conviver com a



Imagens de marca da repressão

Espanha franquista dentro da OTAN frustrou os esforços norte-americanos de tornar Madrid mais uma peça do grupo Atlântico.

Por outro lado, o fracasso da recente tentativa de golpe em Espanha deveu-se, em alguma medida, ao facto de alguns sectores, cuja ideologia os situa entre os apoios naturais de uma ressurreição franquista, se terem inibido de dar esse passo por temor que a implantação de uma ditadura fechasse ao país o acesso à OTAN.

Deste modo, a OTAN tornava-se para os generais turcos fonte de duas exigências difíceis de conciliar: por um lado, a necessidade de instaurar um regime de força que estabilizasse politicamente o país e, por outro, a necessidade de dar a este regime um carácter formal de transitoriedade em evolução para uma saída «democrática».

Uma Assembleia Constituinte de fachada

Num aparente intento de satisfazer esta segunda exigência, Evren anunciou, em Janeiro último, a convocação de uma Assembleia Constituinte para abrir curso à normalização institucional do país.

«Damos a nossa palavra de soldados, a nossa palavra de honra, de que regressaremos aos nossos quartéis tão depressa quanto tenhamos restaurado a ordem no Estado e no país. Uma Assembleia Constituinte entrará em funções, salvo obstáculos imprevistos, em data que será fixada entre 30 de Agosto e 29 de Outubro de 1981», afirmou Evren ao anunciar a convocação.

Conhecidas posteriormente as modalidades da Assembleia Constituinte e os requisitos previstos para o seu funcionamento, surgiram consistentes dúvidas sobre o alcance do prometido regresso aos quartéis.

Com efeito, o processo de normalização foi delineado de acordo com as seguintes peculiaridades:

— O Conselho de Segurança Nacional (CNS), organismo presidido pelo próprio Evren e que se identifica de facto com o actual governo, não desaparecerá com a entrada em funcionamento da Assembleia, mas, pelo contrário, receberá um poder superior ao actual, pois terá a facultade de examinar, aprovar ou vetar as reformas constitucionais aprovadas pelos constituintes. Na prática, de facto, não se tratará já de uma Assembleia soberana prevista de poderes constituintes, mas de um corpo assessor encarregado de pro-

por reformas aos poderes constituintes dos militares.

— Os partidos políticos, suspensos no seu funcionamento pelo regime militar, não terão participação na Assembleia nem no posterior processo de normalização.

— Uma vez consagrada a nova carta constitucional — através de referendo —, continuará fechado o acesso ao poder de todos os líderes de partidos políticos, considerados pelos militares como os principais responsáveis da caótica situação anterior à intervenção castrense.

Turquia: um dilema para a OTAN

Um processo de normalização encarado desta maneira aponta ostensivamente para um tipo de ordenamento institucional que mantém as Forças Armadas no papel de titulares reais do poder, com as forças civis — cuja natureza e função continuam a depender de definição, de definição militar naturalmente — relegadas para um papel de meras executors.

O desenvolvimento do regime militar turco para formas de normalização democrática não é, como se vê, muito prometedora do ponto de vista da concepção europeia de democracia. Definição que, até aos nossos dias, tem mantido mais ou menos a sua validade como elemento de autodefinição da OTAN.

OTAN que deu a sua aquiescência ao golpe turco baseando-se no carácter real ou fictício da sua transitoriedade. A concretizar-se a saída institucional delineada por Evren, a OTAN ver-se-á ante o dilema de estender esse aval a um autoritarismo institucionalizado, a um sistema em que a supressão da soberania popular não será um regime de emergência mas uma prescrição constitucional, extremo que nem sequer os generais gregos conseguiram obter. □

Uma eleição para poucos

O país de maior rendimento per capita do mundo tenta legitimar o seu regime sem alterar os seus traços autocráticos.

Said Madani



DEPOIS de quatro anos e meio de suspensão do regime parlamentar, a 24 de Fevereiro último, foi instalada no Kuwait uma nova assembleia nacional, surgida num singular processo que tenta legitimar o regime sem alterar os traços autocráticos que o caracterizam.

Tal como estava previsto, os resultados foram favoráveis ao regime dinástico do emir Jaber Al-Ahmed Al Jaber que, durante todo este período, teve tempo de introduzir emendas e medidas fundamentais para a sua vitória.

Dos 50 lugares em disputa, 21 foram ganhas por deputados que pertenciam ao *establishment*, portanto, pró-governamentais. Além

disso, as emendas proporcionaram a consignação de 23 assentos à população beduína, cujos chefes mantêm uma sólida aliança com a família reinante. O controlo que o regime exerce sobre o Parlamento é, assim, absoluto.

A oposição está representada por cinco deputados de inspiração religiosa, identificados com o islamismo chiita, cujo líder é Issa Majed Chahine. Tendo, no entanto, esse sector perdido posições, já que contava com dez lugares no Parlamento anterior. Por outro lado, trata-se de uma oposição limitada, pois é dirigida contra a ocidentalização da sociedade, num emirato onde isso não significa um choque directo com o regime. A família real do

Kuwait declara-se obediente ao Corão e impôs severos costumes religiosos.

Teatro ou parlamento?

Não foi eleito nenhum candidato da oposição progressista e nacionalista, a qual — apesar de constituir uma minoria — foi considerada por Al Jaber como «obstrucionista», o que justificou o encerramento do Parlamento, em Agosto de 1976.

«Os cinquenta deputados — disse Al Jaber, primeiro-ministro na época — transformaram o Parlamento num teatro. Pretendem favores para os seus partidários e paralisam a actividade do Governo, perdendo tempo em debates fúteis». Enumerando as «faltas» dos parlamentares, o actual emir emitiu outras características dos debates, claramente mais irritantes para o poder: críticas ao autoritarismo de Al Jaber, à política petrolífera, às leis restritivas sobre nacionalidade e ao exagerado enriquecimento dos núcleos dominantes.

Como, segundo a Constituição, todas as decisões governamentais devem ser submetidas ao Parlamento, o regime fez com que ele se mantivesse sob o seu controlo.

Não houve restrições aos candidatos durante a campanha eleitoral, mas como no Kuwait estão proibidos os partidos políticos, aqueles só podiam expressar tendências ou então interesses tribais ou pessoais.



Na realidade, o poder executivo é atribuição exclusiva da dinastia; integrada por duas famílias, os Sabah e os Ahmed, que se alternam na designação do emir ou do príncipe. Este designa o Gabinete e tem a faculdade de dissolver o Parlamento, o que faz com que a vida legislativa dependa da vontade do soberano.

Um estado assistencial

O sistema eleitoral, consagra o voto selectivo. Nesse território, de apenas 17.818 quilómetros quadrados, há 1.354 mil habitantes. Mas existe uma maioria de estrangeiros e, salvo raras excepções, só é concedida a nacionalidade — e com ela o direito de voto — aos 562 mil kuwaitianos nativos. Destes, só podem votar os homens, maiores de 21 anos: como a maioria da população é muito jovem e as mulheres são discriminadas, o número de eleitores reduz-se a 42 mil.

Foi assim que o deputado mais votado recebeu 968 votos e o menos votado, 250. A isso deve-se acrescentar que, de facto, só pode competir eficazmente na campanha quem tiver grandes rendimentos. Além disso, o regime dispõe de outros mecanismos para induzir os cidadãos ao conformismo. As imensas riquezas petrolíferas (o país exporta 1,5 milhões de barris por dia e tem reservas comprovadas para uns 100 anos) trazem fabulosos dividendos ao erário público e dão aos

habitantes o mais elevado rendimento *per capita* do Mundo.

Em consequência, mesmo acumulando para si o grosso dos lucros, a família real pôde estabelecer um Estado assistencial: os serviços essenciais — educação, saúde e até telefone e electricidade — são gratuitos, ninguém paga impostos e os desempregados recebem um salário.

Porém, na realidade, a distribuição do rendimento é muito desigual. Os grandes negócios são privilégio das quinze grandes famílias que compõem o clã em cujo vértice se encontra o emir. Trata-se dos 4,2% da população que controlam mais de um terço dos empreendimentos, das empresas comerciais e da maior parte dos multimilionários investimentos no estrangeiro. Essas estatísticas figuram no livro «A Outra Face do Kuwait», escrito por Abdallah El Nifisi, ex-decano da Faculdade de Economia do emirato, que, ao analisar os mecanismos de decisão económica, afirma: «O Estado converteu-se num negócio privado». Por ter publicado esse trabalho, El Nifisi, que era cidadão nacionalizado, perdeu o cargo e o passaporte.

Abaixo dessa oligarquia e dos chefes tribais, aparece uma classe profissional na qual prevalecem os estrangeiros. Nas mãos destes, não só se acham a administração e os cargos técnicos das empresas, mas também a Polícia. Nesse sector, o grupo mais numeroso são os 200 mil palestinos admitidos nesse país ca-

rente de mão-de-obra e de técnica, que são, ao mesmo tempo, temidos pela minoria kuwaitiana. Esses estrangeiros recebem salários muito altos se os compararmos aos do exterior e são vistos com desconfiança; aos palestinos, em particular, os seus irmãos kuwaitianos não concedem passaporte.

Um proletariado estrangeiro

Por último, na base da pirâmide acham-se centenas de milhares de imigrantes que vieram para realizar os serviços e os trabalhos que a população local desdenha: pedreiros, domésticos, serventes. Provêm principalmente do Egito, da Índia, do Irão, do Paquistão, da Coreia e do Beluquistão.

Ganham muito mais do que nos seus próprios países, mas são explorados em relação à situação kuwaitiana. São discriminados, por exemplo, quando lhes é negada a assistência médica ou quando são expulsos à menor falta. Assim é o proletariado do emirato, considerado como uma classe potencialmente revolucionária, capaz de provocar convulsões sociais.

Olhando-se essa sociedade vertical a partir da realidade socio-económica, o Estado assistencial e as eleições selectivas apresentam-se como válvulas de escape instituídas por um regime que suscita mais aceitação do que adesão.

BOLÍVIA

As conspirações em marcha

Apesar de apoiada pela máfia do narcotráfico, pela ultradireita interna e os militares argentinos amadores de geopolítica a Junta de Comandantes já iniciou a sua contagem regressiva

Neiva Moreira

EL Salvador e Bolívia são os problemas imediatos mais complexos que enfrenta o novo governo norte-americano na América Latina. No caso salvadorenho, as linhas políticas e estratégicas são nítidas e definidas. A insurreição popular é identificada pelo novo macartismo norte-americano como «comunista» e é temida pelas transnacionais e pela oligarquia local. Assim, a Casa Branca não enfrenta maiores resistências internas nem problemas de consciência no seu apoio diplomático e militar à junta salvadorenha.

O panorama boliviano é algo diferente. Embora a junta militar se caracterize também pela sua posição de ultradireita repressora, não conta com a unanimidade do apoio das forças económicas, concentradas principalmente nas minas e nos importadores. Além disso, surge um elemento altamente conflituoso para o governo de Washington: a droga.

No ano passado, elevou-se a 13,5 biliões de dólares o valor das drogas consumidas nos Estados Unidos. Só a Bolívia produziu e exportou um bilião e duzentos milhões de dólares de cocaína, uma

quantia superior à exportação legal do país que, escassamente, superou um bilião de dólares.

O governo norte-americano, seja o de Carter ou de Reagan, não tem qualquer dúvida de que a produção, a comercialização e o transporte da droga na Bolívia estão apoiados num grupo mafioso, civil-militar que não é outro senão o que detém o poder no país, hoje, desde o golpe de 17 de Julho de 1980. Ora, por mais que agrade à nova Administração republicana a «ideologia e a praxis» do chamado «Governo de Reconstrução Nacional» do general Luís García Meza e do seu principal sócio, o coronel Luís Arce Gómez, Reagan teria que enfrentar uma tempestade de protestos se apoiasse abertamente uma junta cujas ligações com a droga têm sido constatadas e denunciadas pelos próprios serviços oficiais norte-americanos.

As conspirações em marcha

A primeira tarefa da CIA na Bolívia sob o Governo Reagan, será procurar uma conveniente modificação no governo local. Os aconte-



cimentos no país andino são velozes e é possível que, quando esta edição chegar às bancas, o quadro já se tenha transformado. Enquanto escrevemos esta análise, com base em depoimentos e informações de militantes da causa popular e relatórios de pessoas que defendem os direitos humanos, há consenso de que se desenvolvem na Bolívia duas conspirações: por um lado, a do general Alberto Natush Busch e, por outro, um movimento palaciano, ainda indefinido mas real, que procura, paralelamente, «lavar a cara» do governo, substituindo os seus principais personagens.

Natush Busch não é um desconhecido, nem um estreante nas actividades conspiratórias. Quando ainda era coronel, encabeçou um efémero golpe, em Novembro de 1979, derrotado pela resistência popular organizada e a oposição de sectores militares que se definem como constitucionalistas. Natush não parece ter a confiança do grupo de comando do golpe de Julho passado e, por isso mesmo, a sua promoção a general, já durante o actual governo, foi o resultado de uma batalha interna que ele ganhou graças ao apoio de algumas unidades do exército e de um grupo de oficiais entre capitães e maiores que lhe são fiéis. O governo designou-o adido militar em Washington mas Natush recusou, exigindo um comando de tropa ou uma chefia importante no Estado-Maior.

Em La Paz, ninguém duvida que, se ele puder, dará o golpe. Natush não esconde que deseja «redimir-se historicamente», ou seja, que o seu *putsh* não se destinaria a substituir uma ditadura por outra, mas «restituir o poder ao povo». Admite-se, inclusive, que ele poderia entregar o governo ao presidente eleito, Hernán Siles Zuazo. Porém, em fontes autorizadas da União Democrática Popular (UDP), a aliança política que elegeu Siles Zuazo e Jaime Paz Zamora e cuja



Siles Zuazo

posse foi impedida pelo golpe do general Meza, não há confiança de que seja esse o seu propósito.

Por outro lado, a conspiração palaciana visaria, numa primeira etapa, desenvincilar o governo da presença do coronel Luis Arce Gómez, acusado dentro e fora do país de ser o principal apoio do tráfico da droga.

Mas é possível que esse seja apenas «um tiro indireto», cujo alvo principal seria o próprio general Meza. Não se ignoram as ambições pessoais de alguns chefes militares que apenas se juntaram para o golpe, cada um com a esperança de ser nomeado chefe da junta. Entre estes, está o titular do novo Ministério da Aeronáutica, general Valdo Bernal, membro da Junta de Comandantes, o general Hugo Echeverría, até há pouco comandante do Segundo Corpo do Exército, sediado em Santa Cruz de la Sierra, e o coronel Faustino Rico Toro, que acaba de deixar a Segunda Secção do Exército (Serviços de Informações), depois de ter sido um dos principais articuladores do golpe de Julho. Outros ainda, de menor peso militar, também aspiram à presidência da República.

É possível que, nesse grupo, o Pentágono e a CIA recrutem um

substituto para Meza, menos marcado pelo narcotráfico e não tão comprometido com a brutal repressão dos últimos meses.

Uma situação insustentável

Internamente, uma mudança que não significasse a devolução do poder ao povo mas que melhorasse as aparências do poder, seria bem recebida pelas classes empresariais e por sectores da pequena burguesia, ambos asfixiados pela crise económica.

A inflação é incontrolável. A dívida externa era de 780 milhões de dólares em 1971, e elevou-se a 3 biliões e 800 milhões em 1980 e poderá alcançar 5 biliões em 1981. Ou seja, mil dólares para cada boliviano, num país em que o rendimento *per capita* muito mal distribuído não supera os 400 dólares e onde o salário médio de um operário das indústrias mais modernas é inferior a 100 dólares mensais.

O desemprego é um dos maiores do mundo. Passou de 4,2% antes do golpe a 37% hoje, sem contar os subempregados, tradicionais nos mercados e ruas das capitais bolivianas. Os preços subiram sem controlo e, ao mesmo tempo que foram retiradas as subvenções dos géneros alimentícios, o governo permitiu a importação de produtos estrangeiros beneficiados por facilidades fiscais que os tornam mais baratos do que a produção agrícola nacional, provocando uma difícil situação no campo.

Este quadro de crise alimenta a resistência que, em verdade, não necessitaria de estimulantes, tal a oposição popular ao golpe e à Junta.

O assassinato frio e brutal de Marcelo Quiroga Santa Cruz e outros dirigentes de alto nível, mais de três mil presos — muitos dos quais torturados ou confinados na selva amazónica ou nas regiões geladas do lago Titicaca — o massacre de tra-

lhadores mineiros em Caracoles, no Departamento de La Paz, e de dirigentes do MIR (ver artigo neste número), além da influência do narcotráfico no governo e o clima de corrupção aí reinante, contribuíram para aprofundar a revolta do povo contra o golpe e o isolamento da Junta.

Enquanto isso, consolida-se na clandestinidade a estrutura de organização do Governo de União Nacional (GUN), liderado por Siles Zuazo a partir do exílio, mas com importantes bases dentro do país.

Esse isolamento é também muito evidente no campo externo, apesar das pressões de alguns sectores ultradireitistas dos Estados Unidos no sentido de facilitar o trabalho diplomático da Junta. Condenado pela Associação dos Direitos Humanos, em Quito, pela 10.^a Assembleia Geral da Organização de Estados Americanos (OEA) e pela 3.^a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (voto de 77 nações), sofrendo um amplo bloqueio económico internacional, colocada sob investigação do Senado norte-americano na comissão chefiada pelo senador Concili (ver caixa), a ditadura militar boliviana actua interna e externamente num espaço cada vez mais asfixiante.

E se é verdade que conspirações de direita se desenvolvem no seio do poder ou perifericamente, não há dúvidas de que sectores militares progressistas ou descomprometidos com o golpe também resistem à actual situação.

Os principais líderes de uma corrente conhecida, nas Forças Armadas como *generacional*, como os coronéis Gary Prado (este oficial comandou, como capitão, a operação que levou à prisão de Che Guevara, mas entregou-o com vida aos seus superiores), Raul López Leyton e Saravia, estão sob prisão domiciliar ou confinados em pequenos

Último episódio

Até aqui, o que aí está constava da versão original deste artigo, entregue à composição antes do golpe palaciano do general Meza.

Com a velocidade de sempre, os acontecimentos em La Paz confirmaram essa previsão, antes mesmo de a nossa revista ser posta em circulação. O golpe palaciano do General Meza foi anunciado a 26 de Fevereiro, quase como um acto de rotina. O coronel Arce e o seu colega, o Ministro da Educação, coronel Ariel Coca, ambos indicados como os principais representantes do narcotráfico no governo, foram demitidos. Arce Gómez limitou-se a dizer que ia «descansar» enquanto Coca preferiu guardar silêncio.

O golpe, no entanto, trouxe algumas novidades. Em primeiro lugar, Meza anuciou as mudanças como uma primeira etapa de um processo de «abertura institucional» e incluiu dois notórios elementos banzeristas no ministério: Rolón Anaya, nas Relações Exteriores e Jorge Tamayo, nas Finanças. Torna-se evidente que a pressão de Reagan não se limitou a exigir as cabeças dos dois ministros mais directamente acusados de traficantes de droga, mas, foi mais longe, impondo uma «abertura» não ao povo, às forças democráticas, mas ao pequeno partido do general Banzer, sempre servil aos interesses da Casa Branca.

Como era previsível, o coronel Arce não descansou muito e em meados de Março foi nomeado comandante do Colégio Militar, cargo em que ele começou a conspirar abertamente contra García Meza. Os alunos dos últimos cursos negaram-se a apoiar a aventura e rebelaram-se contra a presença do coronel na escola. Os rumores sobre um novo golpe continuaram com tanta insistência que o próprio presidente enviou sua esposa Olga para Espanha e reforçou a sua guarda pessoal.

postos fronteiriços nas regiões mais distantes do país. Este grupo participou activamente na deposição do então ditador general Hugo Banzer, em 1979, e continua com expressiva implantação no seio do exército.

Presença argentina

A participação argentina na preparação do golpe de Julho e na consolidação do actual regime dominante na Bolívia, não deve ser encarada como um facto transitório ou casual. Mais do que isso, é um dado importante para a análise das linhas ge-

opolíticas de um sector muito influente das Forças Armadas argentinas, preocupadas com o que consideram «hegemonismo brasileiro na região». Não se pode dissociar essa análise do que está a ocorrer no Uruguai, onde a crescente influência do militarismo argentino se mede não só pelos discursos, as visitas recíprocas de chefes militares e a «assistência técnica» de exército a exército, mas, sobretudo, pela crescente presença de armas, veículos e instrutores argentinos. Influentes na fronteira sul do Brasil, esses militares, que constituem um forte e quiçá decisivo grupo no conjunto do poder

militar argentino, lançaram-se ao planalto boliviano, numa nova investida de uma velha aspiração geopolítica.

Recordo-me de um episódio jornalístico ocorrido em meados dos anos cinquenta. Fazia na Bolívia uma reportagem sobre os primeiros anos de actuação do governo que emergia da revolução de 1952, que transformou a face do país, nacionalizou a grande mineração, fez uma profunda reforma agrária e universalizou o voto secreto. Paz Estenssoro e Siles Zuazo governavam o país e ambos se empenhavam em refutar categoricamente as teses correntes nos meios diplomáticos brasileiros de que havia «influência argentina» naquela revolução tão boliviana quanto o Illimani, a *quínoa* ou o *chuño*.

Naquela época, as pressões argentinas existiam mas o governo revolucionário resistia-lhes. Perguntei ao então presidente Paz Estenssoro porque razão os retratos de Juan Domingo Perón e, sobretudo os da sua esposa Evita, se misturavam em muitas partes com os dos líderes bolivianos vitoriosos. «É notório — respondeu-nos Paz — que o peronismo, tal como o varguismo e outros movimentos nacionalistas latino-americanos contam com simpatias do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) da Bolívia. Mas somos, por definição, um partido que defende a absoluta independência e soberania do país e jamais admitiríamos ingerências externas de qualquer procedência».

As preocupações maiores dos geopolíticos argentinos, como dos brasileiros, eram de como galgar posições de força na Bolívia, capazes de lhes assegurar uma participação hegemónica na exploração do ferro do Mutum, no controlo do petróleo e do gás e das rotas de penetração militar para um caso de conflito entre os dois países. Discutia-se muito o traçado das linhas-de-

-ferro que, dos dois países, se introduziam na Bolívia. Os argentinos construíram uma que ligava Yacuiba, na sua fronteira, a Santa Cruz e os brasileiros, de Cormubá à mesma cidade. «Veja — dizia-nos um militar brasileiro em La Paz — os argentinos têm todas as vantagens. A sua linha-de-ferro estende-se ao longo da faixa subandina, rica em petróleo e minerais. A nossa, atravessa um deserto que vai de Mato Grosso a Santa Cruz de la Sierra». Naturalmente, ele não parecia preocupado com o que poderia ser o interesse boliviano.

Nos anos seguintes, a batalha diplomática continuou, com a balança de interesses inclinando-se para um ou outro dos vizinhos da Bolívia, segundo as tendências e os compromissos dos seus numerosos governos.

Para as forças progressistas do

planalto, o objectivo sempre foi impedir que os choques desses interesses geopolíticos se curzassem sobre o país. «Não queremos que a Bolívia seja vietnamizada», dizia-nos Hernán Silas Zuazo, anos depois, no exílio de Montevideu. Era essa uma constante do seu pensamento político: estabelecer um sistema de poder que favorecesse a coesão nacional e impedissem que os conflitos de interesses entre as burguesias argentina e brasileira acabassem por envolver o seu país em lutas e divisões estranhas à vocação de independência do seu povo.

Há, no entanto, um facto histórico nessa confrontação pelos espaços geopolíticos: as pressões sobre a Bolívia, mais ou menos duras, limitavam-se aos campos político e económico, sem a presença física de militares estrangeiros, em operações maciças e ostensivas.

Testemunho

A 9 de Setembro do ano passado, o senador norte-americano Dennis DeConcini emitiria afirmações extremamente reveladoras. Na sequência de uma reunião à porta fechada do Subcomité a que preside, reunido expressamente para avaliar da veracidade das acusações que apontam a Junta Militar da Bolívia como associada ao tráfico internacional de narcóticos, aquele político afirmaria:

«A audiência de hoje veio confirmar os meus piores e principais temores sobre a actual situação política na Bolívia. Infelizmente, — prosseguiu o senador — grande parte da informação que foi discutida na audiência é considerada altamente secreta e, por isso, não tenho liberdade para revelar detalhes. No entanto, posso afirmar que as respostas às perguntas que eu formulava, confirmam a existência de múltiplas e amplas ligações entre a Junta e as organizações internacionais de narcóticos. Sobre este ponto essencial, não pode subsistir dúvida alguma. Apesar de a informação relativa a muitas das minhas perguntas específicas ser, no momento, confidencial, pode-se dizer com justiça que a rede de narcóticos chega aos mais altos níveis do regime boliviano. Antes de decidir sobre o curso dos acontecimentos, será necessário que eu examine todo o material que hoje me apresentaram com detalhes» (sic).

O indisfarçável sotaque «portenho»

Essa tradição foi rompida com a ingerência militar argentina no que se convencionou chamar o golpe dos «cocadólares». Já não se tratava de pressões, da actuação através de intermediários mais ou menos corruptos, mas de uma presença directa na preparação do golpe e na manutenção do regime que dele emanou.

As denúncias de que mais de duzentos «assessores» argentinos ordenaram os preparativos do assalto ao poder foram confirmadas amplamente. O próprio estilo do golpe variou, não levava o tradicional selo das «quarteladas» nacionais. Em vez de sublevação de unidades militares, nas operações do dia 17 de Julho, o trabalho mais sujo ficou por conta de grupos paramilitares, concebidos e estruturados de acordo com o modelo argentino.

Esses grupos actuavam sob o comando imediato do então chefe dos serviços de informação, coronel Arce Gómez (o ex-ministro do Interior), dos coronéis Landivar e Cañido, em Santa Cruz; do coronel Rico Toro, em Cochabamba, e do coronel Francisco Monroy, no Departamento do Beni. O Estado-Maior General era, no entanto, coordenado por «assessores» argentinos, com ampla experiência na luta antiguerrilheira. No assalto ao Palácio do Governo, à Central Operária Boliviana (COB), cujo edifício foi posteriormente demolido, e no controlo dos meios de comunicação, foram e estão sendo postos em prática métodos muito usados na Argentina.

Sabe-se que ao definir a sua participação no golpe, os militares enviados por Videla exigiram que se deveria evitar os «erros» da fracassada intentona de Natush Busch, quando o povo pôde organizar-se para a resistência. O Movimento Popular deveria ver os seus líderes



Resistência popular: aniquilada nas primeiras horas do golpe

aniquilados nas primeiras horas, tal como de facto foi feito, para evitar qualquer tentativa de reacção organizada.

Nos períodos cruciais da implementação da ditadura do general Meza foram muitos os testemunhos da presença argentina na repressão. Os artistas da Nova Trova Cubana, que visitaram La Paz a convite dos estudantes para a comemoração do centenário da sua histórica Universidade de Santo André, não tinham por onde equivocar-se: os esbirros que os detiveram e torturaram eram argentinos, com um indisfarçável sotaque «portenho».

No Grande Quartel General de Miraflores, na Ordem Política e Social e outros centros de tortura, «assessores» argentinos moviam-se com desembaraço. Um preso, que conseguiu fugir, viu um oficial argentino que o torturara, quando saía, vestido à civil, do Ministério da Defesa.

Até hoje, a propaganda na televisão boliviana continua a utilizar os *jingles* (pequenos filmes de propaganda política) que a ditadura ar-

gentina apresenta na TV do seu país para combater o peronismo e o movimento popular.

Mas a etapa actual já é outra. Os «assessores» dedicam-se ao trabalho de unificação de todos os grupos repressivos, com núcleo numa nova organização denominada Serviço Especial de Segurança (SES), com dois mil membros, poderosamente equipados, bem pagos e recrutados nos sectores de direita que criaram as condições para o golpe e nele intervieram.

O coronel Arce assumiu o comando dessa tropa de choque, que não se limita a tarefas policiais, mas começa já a penetrar na estrutura do Estado. Um dos seus mentores, o advogado Ustarez, que se tinha distinguido como patrono da causa dos narco-traficantes, foi nomeado, por pressão de Arce Gómez, chefe do chamado Comité de Defesa do Governo de Reconstrução Nacional e procurador-geral da República. «É desanimador», confessava um militante da luta antidroga em Santa Cruz de la Sierra. «Os juízes aqui já não actuam contra os traficantes.

Alguns são subornados e outros têm medo de represálias. Agora, com um procurador-geral que tem um processo pelos seus vínculos com os traficantes, quem pode pensar em enfrentar o contrabando no campo jurídico?».

Videla apresenta a factura

A presença tão extensa de militares argentinos no núcleo do poder em La Paz está a produzir resultados para a oligarquia económica «portenha». Os contratos de gás foram renegociados a preços muito convenientes para a Argentina que, por seu lado, recebeu a parte mais importante da venda de géneros alimentícios da Junta. No seio de sectores patrióticos das Forças Armadas essa dependência é considerada ultrajante à soberania nacional. Há, hoje, um mal-estar que se prolonga e poderá ser um factor detonante de uma resistência militar a médio prazo.

No campo político e militar, a «invasão portenha» provoca uma repulsa quase generalizada. Numa proclamação recente, Hernán Siles Zuazo denunciou essa situação: «A camarilha de narcotraficantes levada ao poder pela intervenção militar Argentina de 17 de Julho de 1980, quer arrancar ao povo boliviano o que não pôde obter da Argentina nas negociações sobre o preço do gás, oportunidade em que o governo de Videla passou a sua factura, impondo os preços».

A presença da Argentina no planalto tem múltiplas motivações: interesses económicos e militares, sobretudo vinculados ao seu projeto geopolítico na fronteira com o Brasil, mas visa também melhorar a sua posição no confronto com o Chile. Caso fracassasse a mediação do Papa — cada vez mais difícil de sucesso — e ressurgisse a crise militar pelo canal de Beagle, o domínio sobre a Bolívia era — e é — estratégicamente importante.

Uma publicação britânica especializada em temas regionais, a *Latin American Regional Reports* fez este comentário: «Alguns bolivianos acreditam que Buenos Aires está ansiosa em assegurar o fornecimento de gás barato da Bolívia.

Outros observadores salientam o interesse militar de Buenos Aires em instalar um governo militar amigo em La Paz, que seja ao mesmo tempo hostil ao Chile e que obrigue Santiago a fixar a sua atenção e reforçar as suas tropas no norte. A Argentina estaria, então, em liberdade para flanquear o Chile pelo sul.

Os que assim teorizam apontam o facto da aparente falta de progresso na mediação do Vaticano a respeito do canal de Beagle, e a persistente impaciência argentina quanto às negociações.»

A tenebrosa Aliança

Em Outubro, cerca de três meses depois de se instalar no Palácio Quemado, a Junta de Comandantes no poder inaugurou, festivamente, um aeroporto particular, a 7 quilómetros de Santa Cruz, na margem esquerda da estrada que une essa cidade a Cochabamba.

O facto poderia aparecer como de rotina administrativa se não fosse o volumoso cadastro do dono da nova pista, o conhecido narcotraficante Alfredo Pinto. O aeroporto tinha sido comprado por Pinto a um dos cabeças da máfia da droga na Bolívia, Alfredo «Cutuchi» Gutierrez.

Gutierrez tinha os seus motivos para transferir a propriedade. No passado fora preso nos Estados Unidos, juntamente com Roberto Gaspar Terrazas, e indicado como um dos maiores contrabandistas de cocaína. Para obter liberdade condicional pagou uma fiança de nada menos de dois milhões de dólares.

Para dar certa funcionalidade ao

aeroporto, foi instalado nele um hangar da *Beechcraft*, que, aparentemente, se destinava a prestar serviços técnicos às frotas de pequenos e médios aviões que operam em centenas de campos «clandestinos» do oriente boliviano.

Um dos primeiros aviões a descolar da nova pista caiu na Colômbia e ocorreu o que não poderia ser surpresa para ninguém: estava cheio de pasta de cocaína. Para encobrir o escândalo, o general Bernal, ministro da Aeronáutica, que presidiu à inauguração do campo, decretou a sua interdição. No entanto, não foi noticiado se por acaso o general Meza devolveu ou não o avião de turismo que Alfredo Pinto lhe presenteara.

O episódio aumentou o escândalo internacional em termos de conluio droga-regime militar mas logo desapareceu dos meios de comunicação boliviana, submetidos a uma rígida censura.

O governo e, sobretudo, o coronel Arce Gómez, fizeram declarações bombásticas contra o narcotráfico. Gómez, inclusive, prometeu acabar com o tráfico da droga na Bolívia mas exigiu que o governo norte-americano financiasse, através da Junta, um projecto «agrícola» substitutivo que ele avaliara em três biliões e quinhentos milhões de dólares.

No entanto, Gómez, acusado mundialmente como um dos apoios mais sólidos dos narcotraficantes na Bolívia, não explicou a sua sociedade com o até há pouco comandante da base aérea de Santa Cruz, coronel Noberto «Buby» Salomón, uma empresa de pequenos aviões comerciais. Vários desses aparelhos caíram e todos cheios de cocaína.

Custa a crer que Gómez e «Buby» Salomón desconheçam a que tipo de «transporte» se dedicam os seus aviões.

O golpe do registo

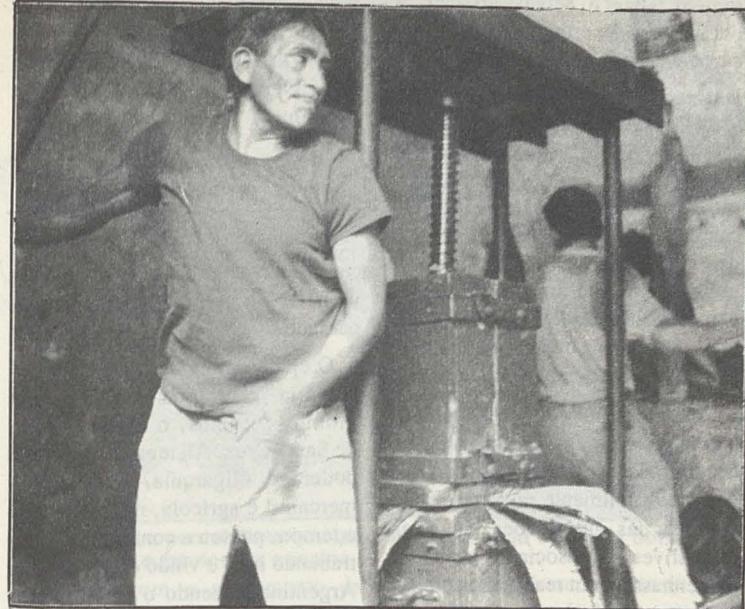
No contexto da propaganda tendente a acalmar os ânimos no Senado dos Estados Unidos, Meza e Arce instituíram um «rigoroso» registo de produtores e exportadores. Porém, a história era outra.

O que ocorreu foi o seguinte: nos dois primeiros meses da Junta os produtores e traficantes consideram-se libertos de qualquer fiscalização ou vigilância do Estado. Assim, verificou-se não apenas um considerável aumento de plantações como, também, da comercialização. A disputa dos mercados provocou uma séria crise na comunidade da droga e também duros confrontos entre os bando, com mortos e «desaparecidos», segundo métodos próprios da máfia.

O Ministério do Interior, portanto o coronel Arce Gómez em pessoa, instituiu o registo dos produtores e exportadores e um controlo da comercialização. Em geral, os que se resgistraram foram os que mais contribuem para o governo, não apenas como suborno directo aos militares, mas como ajuda ao Estado para manter em funcionamento a estrutura burocrática. O preço dessa «legalização» são as facilidades que recebem do próprio governo, isto é, uma cobertura às suas actividades ilegais.

Ultimamente os que se registraram queixam-se que se criou um mercado livre de coca, animado pelos produtores médios e pequenos que, ao não se «legalizarem», têm melhores condições de se livrar das extorsões dos funcionários civis e militares.

Segundo os grandes, os pequenos e médios traficantes são os mais beneficiados pelos altos preços do produto no mercado norte-americano. Um quilo de cocaína, que se compra a 10 mil dólares na Bolívia, chega a ser vendido por 100



Uma linha comum une os principais vencedores do golpe sangrento de Julho: as fabulosas somas do comércio da droga

mil dólares nos Estados Unidos. Frequentemente registam-se os ajustes de contas dos grandes contra os «fora da lei».

Há um aspecto do comércio da droga que deve ser citado: a comercialização é feita nos dois sentidos. À exceção do querosene, redutor da folha, os outros ingredientes necessários à fabricação da pasta — éter, ácido sulfúrico, acetona etc — são importados e chegam à Bolívia nos mesmos aviões que levam a cocaína para os mercados consumidores, principalmente nos Estados Unidos.

Entre o plantio e as fábricas

A fabricação da pasta não requer técnicas especiais, e por isso tem sido facilmente absorvida pelos grupos camponeses das regiões produtoras. Muitos que não são aptos à produção trabalham nos rudimentares «laboratórios» encravados na selva.

São os «pisadores» que trituram a coca com os pés. É um serviço cansativo, em geral realizado à noite, mas rentável: enquanto que um lavrador comum recebe apenas quatro dólares à jorna, os «pisadores», alegando os riscos do ofício, cobram dez vezes mais, ou seja, quarenta dólares.

A massa dos camponeses, em geral, não é beneficiada com a produção da *hoja*, isto é, da folha. O número dos que trabalham nos «laboratórios» é pequeno, mas ocorre que a miragem de salários mais altos leva milhares de trabalhadores rurais a abandonarem as lavouras à procura de trabalho nas fábricas. Com isso, a produção agrícola decresce.

Mas há outro problema para esses camponeses: o preço da coca. A produção e o consumo da folha constituem uma secular tradição boliviana, sobretudo no planalto. Actualmente, mais de três e meio milhões de quechuas e aimarás das

editor

regiões altas e selvas mascam a coca, que lhes produz um estímulo capaz de atenuar a fome e o cansaço.

Ultimamente, com o incremento dos «stocks» de coca para o fabrico da cocaína não só quadruplicou o preço internamente, como o produto tornou-se escasso no mercado. Os camponeses bolivianos são obrigados a abandonar em parte ou integralmente o seu trabalho agrícola para plantar a «erva», que lhes rende mais que o arroz ou as batatas e lhes assegura o auto-abastecimento.

Toda essa mão-de-obra voltada para o plantio e comercialização da coca representa uma actividade ilegal que dificilmente poderia ser escondida das autoridades, se estas não estivessem associadas a ela e se empenhassem em realmente combater o narcotráfico.

Calcula-se que se aproxima de 600 o número dos campos de aviação clandestinos, alguns muito bem equipados, que existem no oriente boliviano. E a Força Aérea conhece-o muito bem. Através deles transitam diariamente os aviadores da Associação de Pilotos de Santa Cruz, muito ligada à oligarquia e em cujo seio a ultradireita (sobretudo a Falange «Socialista» Boliviana) recruta os seus quadros paramilitares, que reprimem as forças progressistas e sustentam o regime.

No Departamento de Santa Cruz, em Pando e no Beni, regiões fronteiriças com o Brasil, foi tentado há poucos anos um programa de incentivo à plantação de algodão. O Banco Agrícola da Bolívia, com apoio de outras entidades, inclusive do Banco do Brasil, emprestou milhões de pesos aos «agricultores».

Como o seu propósito não era plantar algodão mas implantar uma infra-estrutura de apoio à comercialização da coca, esses falsos agricultores declararam-se em falência... como plantadores de algodão. Mas a verdade é que, com o dinheiro dos

bancos obtido com a recomendação do general Banzer, montaram e ampliaram a sua infra-estrutura como plantadores de coca e narcotraficantes.

Droga: o sinal verde

É esse grupo mafioso que ofereceu o suporte «ideológico» e a base logística do golpe de Julho do ano passado.

O epicentro da conspiração reacionária na Bolívia tem sido, nos últimos decénios, o Departamento de Santa Cruz. Ali tem sua base uma poderosa oligarquia, a princípio mercantil e agrícola, mas que, com o tempo, passou a controlar o contrabando indo e vindo do Brasil e da Argentina, fazendo o narcotráfico.

Essa oligarquia forjou, nos quadros da ultradireita, sobretudo da já citada Falange, os seus quadros paramilitares. Infiltrada nos altos escalões do Exército e da Força Aérea de Santa Cruz, já com ramificações em La Paz e outros Departamentos, essa máfia teve sinal verde para actuar.

O golpe de Julho foi iniciado pelo coronel Francisco Monroy, comandante militar do Departamento do Beni, articulado com vários outros chefes militares da região, como o coronel Rico Toro, de Cochabamba e o coronel Lara, comandante do Regimento *Rangers*, de Montero, a uns poucos quilómetros de Santa Cruz. Todos esses militares foram denunciados como tendo ligações, por um lado com a direita falangista e por outro, com «empresários» que, todos sabem, estão metidos até ao pescoço no narcotráfico.

Na fase preparatória do golpe, verificaram-se muitos crimes — assassinatos, torturas, assaltos — de militantes populares, sobretudo ligados à UDP. Até hoje não foi esclarecido o acidente do avião em que viajava Paz Zamora, eleito depois vice-presidente da República e ou-

tos dirigentes da oposição. Todos morreram, menos Paz que sofreu terríveis ferimentos. Siles Zuazo deveria ter viajado nesse avião, que era propriedade da empresa de táxis-aéreos pertencente aos coronéis Arce e «Buby» Salomón. Escapou por um mero acaso.

O sequestro, as torturas e a morte do sacerdote jesuíta Luís Espinal, ocorrido a 22 de Março de 1980, foi um episódio dessa guerra secreta movida pelo tenebroso conglomerado máfia-Falange-militares de direita contra aqueles que lhe fazem oposição. O padre Espinal era diretor do semanário *Aqui*, onde fazia denúncias não apenas do narcotráfico mas dos seus cúmplices políticos e militares. Quando estava na iminência de publicar as provas desse conluio, foi assassinado. O ex-ministro e advogado Aníbal Aguiar iniciou um processo contra o coronel Arce Gomez, acusando-o de ser o responsável do assassinato do sacerdote.

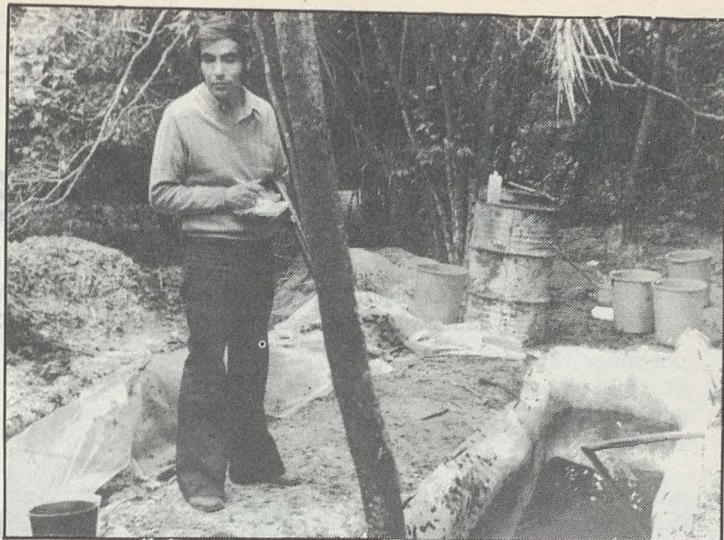
Esse crime foi já uma espécie de amostra daquilo que hoje, sustenta, o poder na Bolívia. Nele participaram, segundo denúncias públicas, o paramilitar Gary Alarcón, o argentino Babini, um equatoriano apelidado «El Negro» e o «Loco» Bascope, um ex-membro da Furmod (grupo paramilitar associado ao exército, formado para reprimir os mineiros durante o governo do general Barrientos). «El Loco», treinado na luta antiguerrilheira na Argentina e técnico em explosivos, era o chefe do grupo, o mesmo que actuou no atentado que tirou a vida a duas pessoas no encerramento da campanha da UDP.

Velhos militantes da ultradireita armada, como «Paye» González, o ex-prefeito (governador) do Departamento de Santa Cruz, Wider Razuk e o «Chino» Menacho, também integrantes de grupos paramilitares, formam toda uma rede de conexões entre a direita, a máfia e os militares golpistas. Muitos deles ac-

tuaram nos governos Barrientos, Banzer e, mais recentemente, no do general Juan Peredo, assim como na tentativa de «putsch» do actual general Natosh Bush. Estão em todas.

A aliança mafiosa tem, agora, a protecção e a assistência da direita militar argentina, a qual acredita, equivocadamente, que poderá impedir que se estabilize nas suas fronteiras um governo popular como o de Hernán Siles Zuazo e Paz Zamora; também está segura de que, pela corrupção e penetração, poderá usar a Junta de La Paz como um dócil instrumento da geopolítica argentina.

Quase 200 golpes militares na Bolívia demonstraram, histórica-mente, que o povo não os aceita e sempre encontrou o caminho para liquidá-los. Sem esperar muito ou mesmo nada das conspirações que estão em desenvolvimento na própria área do governo — e que não se



Um «pacífico contabilista» de uma indústria cada vez mais fluorescente na Bolívia: o fabrico da cocaína

esgotaram com o saneamento de Gomez — e que não significarão mudanças fundamentais no quadro institucional, não há dúvidas que a

duração do governo militar do general Meza será efémera e que sua contagem decrescente já começou e pode ainda acelerar-se. □

**cadernos do
terceiro
mundo**

Assinaturas

Calçada do Combro, 10-1.º
Tel. 320650 — 1200 Lisboa

Portugal

Anual (12 números)
Esc. 500\$00

Semestre (6 números)
Esc. 300\$00

Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau,
Moçambique,
S. Tomé e Príncipe.
(12 números, via aérea):
Esc. 850\$00
ou US\$18

Restantes países: (12 números, via aérea) US\$22



A táctica do extermínio

O regime coca-militar de La paz recorre ao assassinato colectivo de dirigentes oposicionistas

Terence W. Dobson

General García Meza: a cabeça mais visível do 17 de Julho



No dia 16 de Janeiro deste ano, o Ministério do Interior da Bolívia informou que vários membros da direcção do clandestino Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) tinham morrido «num confronto armado com agentes de segurança ao serem descobertos numa reunião secreta cujo objectivo era o de elaborar um plano de acção para desestabilizar o Governo» e que incluía «o assassinato de membros do Exército e da empresa privada». A declaração oficial foi feita um dia antes do regime do general García Meza completar seis meses no poder e num momento em que vários

porta-vozes do governo asseguravam que o país passava por uma «tranquilidade total».

Fontes mais dignas de crédito garantem que os dirigentes do MIR foram presos numa reunião da Direcção Nacional, convocada para avaliar e coordenar a resistência popular. Informações vindas da Bolívia denunciaram que os prisioneiros foram torturados e, em seguida, assassinados a sangue frio.

O saldo da «operação» foi o de dez dirigentes mortos, três gravemente feridos — por cujas vidas se temia — e mais de 30 quadros políticos detidos e submetidos a «inten-

sos interrogatórios». Entre os mortos e os presos, figuram representantes dos sectores mineiro, operário, camponês e estudantil de todas as bases regionais da organização, assim como mulheres, jornalistas e professores que integravam a Direcção Nacional (clandestina) do MIR, organização que integra a União Democrática Popular (UDP).

Todos os assassinados haviam-se destacado — juntamente com outros membros da esquerda boliviana — na reorganização da reprimida Central Operária Boliviana (COB), da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros (FSTM) e do movimento popular no seu conjunto.

Não foi, pois, um crime casual, mas sim mais um de tantos outros que a ditadura do general García Meza cometeu desde que se instaurou no país andino em Julho de 1980. O assassinato colectivo — comparável no continente ao massacre de cinco dirigentes da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador em Novembro — foi executado depois do êxito incontestável da greve de 48 horas e do bloqueio das estradas decretado pela Central Operária Boliviana para protestar contra a política económica do regime narcótico-militar.

Uma força poderosa

O MIR é uma força nova, nascida do calor da luta contra a ditadura do general Hugo Banzer e constituída por quadros jovens que contribuiram para a elaboração de novas concepções teóricas e práticas da luta revolucionária. Caracterizou-se, sobretudo, pela sua iniciativa e criatividade, e participou em acções para derrotar no terreno democrático as forças da reacção boliviana. Além do mais, foi uma das organizações que impulsionou a formação da União Democrática Popular, coligação que ganhou as três últimas eleições nacionais.

«Este trágico golpe faz parte do plano dos sectores reaccionários de eliminar fisicamente a direcção política do povo boliviano e que já vem sendo aplicado desde os assassinatos cometidos contra membros da UDP nas regiões de Santa Cruz e Beni durante o período da luta democrática, no massacre na manifestação de Todos Santos, com a morte de 400 pessoas em La Paz e no atentado ao avião que conduzia dirigentes da UDP, do qual restou apenas um sobrevivente, Jaime Paz Zamora, vice-presidente eleito da Bolívia» — afirmaram a **cadernos do terceiro mundo** membros do Governo de Unidade Nacional Boliviana, exilados no México. □

Os assassinados de 15 de Janeiro

- *Artemio Camargo Crespo*: fundador do MIR, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Mineiros da *Siglo XX*, secretário de Conflitos da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia, reorganizador da Central Operária Boliviana na clandestinidade.
 - *José Reys Carvajal*: advogado, ex-capitão da polícia, deputado eleito pela UDP de La Paz e responsável político do MIR nessa região.
 - *Ramiro Velasco Arce*: economista, catedrático universitário, membro da Comissão Económica da UDP, responsável pela Frente de Profissionais do MIR.
 - *Pedro Mariobo*: fundador do MIR, responsável nacional pela Frente Operária de Massas do MIR.
 - *Gregorio Andrade Aruquipa*: dirigente camponês, deputado eleito em La Paz pela UDP, responsável nacional pela Frente de Massas Camponesas do MIR, dirigente da COB na clandestinidade.
 - *Arcil Menacho*: ex-cadete do Colégio Militar do Exército, deputado eleito do Departamento de Pando pela UDP, responsável político da Direcção Regional do MIR e da UDP em Pando.
 - *Ricardo Navarro Mogro*: fundador do MIR, responsável pela Frente Universitária.
 - *José Luis Suárez*: sociólogo, catedrático universitário, professor da Academia Nacional de Policia e de vários institutos militares.
 - *Jorge Valdivieso*: deputado eleito em Oruro pela UDP, responsável político do MIR nessa região.
 - *Gonzalo Barrón*: arquitecto, responsável nacional pela Frente de Massas Universitárias do MIR.
- Na mesma operação em que caíram estes importantes quadros políticos da Direcção Nacional do MIR, foram gravemente feridos três dirigentes:
- *Gloria Ardaya*: ex-directora da Faculdade de Sociologia da Universidade Maior de San Andrés, deputada da UDP eleita por La Paz, dirigente da Federação de Mulheres da Bolívia e da Frente de Mulheres do MIR.
 - *Walter Delgadillo*: engenheiro, dirigente fabril, membro da Central Operária Departamental de La Paz.
 - *Pablo Copa Soraide*: dirigente sindical do Conselho Central Sul do distrito Mineiro de Quechisla (Departamento de Potosí), responsável político do MIR nos distritos mineiros do sul.

O desastre económico

Depois de Videla, Viola assume o poder sob o impacto da desnacionalização provocada pela nefasta política de Martinez de Hoz

Pablo Piacentini

O governo militar encabeçado pelo general Jorge Rafael Videla, que, a 29 de Março, entregou o seu cargo ao seu sucessor, o general Roberto Viola, deixou o país mergulhado numa gravíssima crise económica.

Viadl tomou selvaticamente o poder, a 26 de Março de 1976, e colocou no Ministério da Economia José Martínez de Hoz, um homem de negócios estreitamente ligado a empresas norte-americanas. Martínez de Hoz assumiu sob a sua direcção todos os sectores do aparelho económico estatal. Devido a esse facto, e igualmente ao apoio sem reservas que recebeu da equipa militar durante os seus cinco anos de



José Martínez de Hoz

gestão, foi conhecido como o «superministro» da ditadura castrense.

Com efeito, Martínez de Hoz não só determinou a política económica, como, através dela, condicionou toda a política governamental. Ao assumir o seu cargo, esse multimilionário, cujo maior prazer são os longos safaris de luxo em África, pôs em causa toda a orientação económica anteriormente seguida pelos

governos que se sucederam naquele rico país sul-americano. Afirmou que a causa das dificuldades argentinas se encontravam no gravoso protecionismo industrial que premiava a ineficiência, no facto de não haverem sido implementadas medidas anti-inflacionárias coerentes e profundas, na falta de disciplina laboral.

Depois de haver acusado os seus antecessores, Martínez de Hoz prometeu à nação e ao mundo a remoção das referidas causas e comprometeu-se a encaminhar o país nas vias do progresso.

Martínez de Hoz teve à sua disposição todos os elementos para executar o seu programa. A dis-



Primeiras imagens da Junta; à direita, Viola espreita a sua vez

plina laboral foi imposta através de uma repressão extremamente violenta em todos os campos: a nível sindical, significou a eliminação física dos sindicalistas mais combativos e a negação de todos os direitos laborais, incluindo a proibição de greves. Apesar de neste período a classe operária ter sofrido uma drástica quebra do seu salário real, a força das armas impediu-a de expressar as suas reivindicações. Maior «disciplina» seria impossível. Mas o homem dos safaris não só dispôs de todos os instrumentos de condução económica interna como também do apoio da grande finança internacional. O que era natural: Martinez de Hoz comprometeu-se a «encaixar» a Argentina no esquema defendido pela comissão Trilateral, segundo o qual este país deveria dedicar-se em exclusivo à produção de alimentos, cedendo em exclusivo as suas aspirações industriais a favor do Brasil.

O balanço desta gestão é penoso, a inflação continuou a subir vertiginosamente, esperando a nova equipa económica estabilizá-la entre 60 e 80 por cento ao ano.

Com vista a abrir a concorrência à indústria nacional, o empresário-

-ministro manteve a moeda nacional cerca de 50 por cento acima do seu valor real em relação ao dólar. Propunha-se com esta medida, conjugada com o abaixamento dos direitos de importação, tornar mais baratas as importações, levando-as a competir com a indústria nacional, de forma a que só restassem de pé as empresas verdadeiramente eficientes. O resultado foi o encerramento de numerosas fábricas e uma notável quebra da produção industrial. Configurou-se, assim, um quadro que os peritos consideram o pior possível: estagnação com inflação (*Stagflation*).

A penhora da economia argentina e a sua subordinação ao esquema tricontinental viram-se consagrados em importantes acordos com o Brasil, pelos quais este país se converteu em fornecedor de produtos manufacturados à Argentina, e esta num gigantesco celeiro do seu gigantesco vizinho.

Deu-se o paradoxo de um governo militar sacrificar as aspirações dos sectores nacionalistas (inclusive os numerosos militares) de converter a nação numa potência industrial capaz de competir nesse plano com o Brasil.

Esta orientação levantou numerosas críticas, não só dos reprimidos e ilegalizados círculos progressistas, como também dos interesses económicos tradicionais. No entanto, o auge do descalabro deu-se durante 1980 até aos últimos dias do anterior governo. O sector financeiro, o único que havia beneficiado com esta política, realizando fabulosos lucros, entrou também em crise, faltando alguns dos mais importantes bancos e grupos financeiros do país, visto o Estado não ter podido pôr à sua disposição os créditos que necessitavam para sobreviver. A última das falências de um desses colossos deu-se a 5 de Fevereiro último; o «Sasetru», considerado o maior consórcio nacional, cujo endividamento foi avaliado em mais de 1.000 milhões de dólares. O descalabro do «Sasetru» provoca a falência em cadeia a uma dezena de empresas financeiras ligadas ao consórcio.

Martinez de Hoz, fracassado em todas as frentes, deixa o país numa situação crítica mas com uma única certeza: de que a análise e a política económica por ele seguida constituem a mais onerosa falácia que a Argentina já conheceu. □

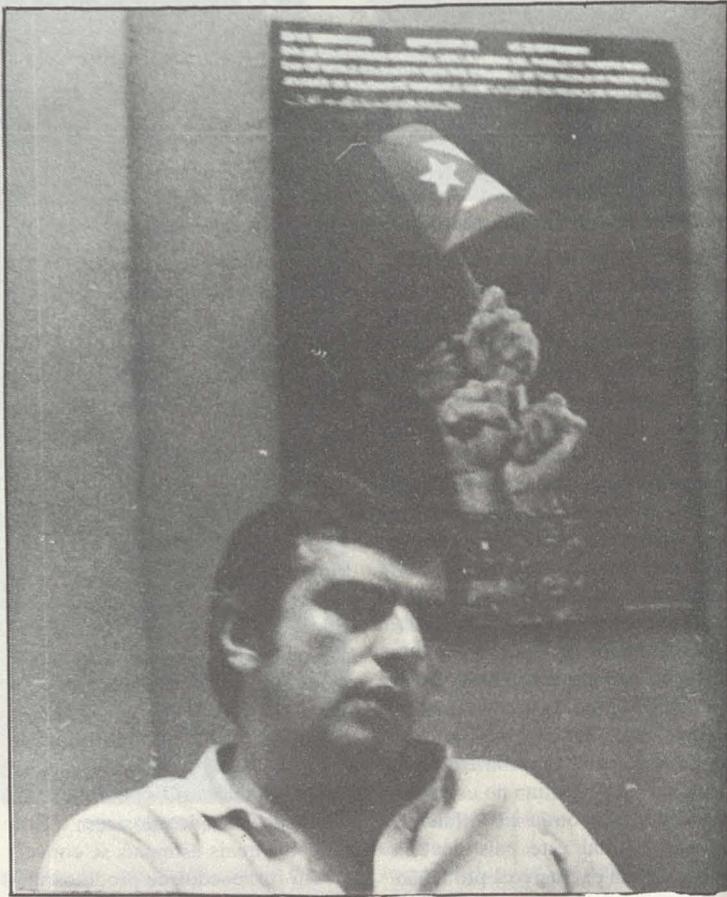
Em busca do apoio internacional

Miguel Hernandez

PORTO RICO, reconhece Carlos Gallisá, presidente do Partido Socialista porto-riquenho, está bloqueado por um dos mais refinados sistemas de dominação colonial. Um sistema corruptor e brutal que tem cerceado ao longo dos anos qualquer veleidade libertária dos seus sectores progressistas. Por isso, é-lhe fundamental o apoio externo e todo o tipo de solidariedade internacional.

Carlos Gallisá, em entrevista aos cadernos do terceiro mundo pouco antes das eleições no seu país, que tiveram lugar simultaneamente com as eleições norte-americanas, deixa claro que a consciência internacional em relação aos problemas de Porto Rico é essencial para a sobrevivência do país. Para o presidente do Partido Socialista porto-riquenho, só com base num amplo programa de denúncias contra a dominação norte-americana será possível impedir que Porto Rico seja definitivamente anexado pelos Estados Unidos.

O povo, naturalmente resistente à dependência e dominação, encontra-se totalmente entorpecido e aniquilado pela propa-



Carlos Gallisá

ganda de Washington, da qual fazem parte, periodicamente, demagógicas insuflações de dólares destinados a mascarar uma situação social precária. O apoio dado nas urnas às duas listas que representam interesses norte-

-americanos em Porto Rico comprova o apelo de Carlos Gallisá aos movimentos progressistas do exterior, mostrando, ao mesmo tempo, o nível de desinformação que grassa nas massas populares em relação ao seu próprio país.

O que significa para o PSP participar nas eleições?

Os socialistas participam nas eleições de Porto Rico cientes da natureza colonial dessas eleições. Em Porto Rico, são eleitos um governador, alguns deputados e vários prefeitos, mas, na verdade, eles não passam de agentes designados para administrar o pequeno poder concedido pelas autoridades norte-americanas. O verdadeiro governante de Porto Rico é o Congresso dos Estados Unidos e o seu presidente. Entre outras coisas, isto quer dizer que o legislativo de Porto Rico não pode legislar em nenhuma das áreas controladas pelas leis norte-americanas. São muitos os exemplos: leis de emigração, transportes aéreos e marítimos, sistema monetário, relações de trabalho, etc., além das diversas áreas onde o modo de governar norte-americano é francamente imitado.

Então o PSP participa só para denunciar?

Absolutamente. O PSP participa nas eleições impondo o processo eleitoral, denunciando que as eleições são coloniais e que não vão resolver os problemas do povo porto-riquenho. No entanto, utiliza o processo eleitoral como veículo de organização e esta é a principal forma de luta do nosso povo. Aqui votam 85% dos eleitores inscritos de um eleitorado activo de dois milhões, numa população de quase quatro milhões de habitantes. Nas eleições passadas, em 1976, votaram cerca de um milhão e meio de pessoas. Assim, participando nas eleições, o partido insere-se no debate político do país, introduz a sua ideologia, projecta os seus dirigentes e propõe o socialismo como a verdadeira alternativa para o povo de Porto Rico. E, além de favorecer uma comunicação mais estreita com as massas, essa prática acaba por proteger o partido contra a repressão, pois o poder colonial reconhece-o como partido legal.

Os americanos colocariam obstáculos no caso de uma vitória socialista?

— Isto fazem-no eles há 82 anos. Os Estados Unidos sempre utilizaram todas as formas de obstáculos e imposições ao povo porto-riquenho, para que ele não exerça a sua livre determinação. Toda a sua política tem o objectivo de dividi-lo, para que seja difícil a esse povo alcançar um consenso sobre uma fórmula de pacto político, especialmente sobre a independência. A presença dos norte-americanos vem desde 1898, quando invadiram o país. Foi dirigida conscientemente para destruir a personalidade de Porto Rico como país das Caraíbas e da América Latina e para aniquilar as bases

culturais do nosso povo. Temos sofrido muito nestes anos todos. Por exemplo, até 1958, era obrigação dos estudantes porto-riquenhos das escolas públicas cantar o hino nacional norte-americano e aprender todas as matérias em inglês. Uma tremenda agressão cultural. Através da rádio, da imprensa e da televisão — que são controladas por Washington — a propaganda norte-americana introduz o seu modo de vida, as suas aspirações e, principalmente, a sua hegemonia ideológica, fazendo com que os porto-riquenhos olhem exclusivamente para os Estados Unidos, esquecidos do resto do mundo. E, claro, quando as vanguardas do povo atacam o imperialismo, a CIA revela a sua presença, sem contar as bases militares e uma Guarda Nacional formada por porto-riquenhos. Aliás, em 1950, quando de um levantamento pela independência, a luta foi travada entre irmãos porto-riquenhos. Portanto, o poder colonial tem os seus mecanismos repressivos para serem utilizados quando bem entender.

Emigração maciça

Dentro dos EUA, qual a penetração do Partido junto da colónia porto-riquenha?

Há cerca de dois milhões de porto-riquenhos nos Estados Unidos. A terça parte do nosso povo vive ali. Como partido, consideramos essa gente como parte da nação porto-riquenha, uma nação dividida. Esse «fenómeno» faz parte dos processos utilizados pelo governo colonial, que fomenta a emigração como fórmula de aliviar os 60% de desempregados. Já nas décadas de 40 e 50, foi maciça a emigração. Sempre com um desejo de breve regresso, isto é, resolver os seus problemas económicos e voltar (nos últimos anos, houve mais regressos do que saídas). A nível político, o PSP está mais ou menos organizado, mantendo secções do partido nas principais cidades norte-americanas, também servindo como ponte para militantes dos sectores progressistas dos Estados Unidos.

Há ainda prisioneiros políticos porto-riquenhos?

Recentemente, há cerca de um ano, os EUA libertaram alguns dos presos políticos mais antigos do hemisfério: quatro nacionalistas que atacaram o Congresso em 1954. Ainda se encontram presos onze homens da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN): dois condenados a prisão perpétua e os outros com condenações que variam de 15 a 25 anos, por desenvolverem actividades dentro dos Estados Unidos a favor da independência. Embora sejam prisioneiros políticos, eles são acusados de «criminosos de guerra».

Qual a posição do partido em relação à URSS?

Em relação à política internacional, o PSP tem mantido ao longo dos anos uma linha independente. Vemos a União Soviética como um governo, um povo e um partido fraterno. Todavia, não temos relações bilaterais com a URSS a nível de partido, o que não acontece com o Partido Comunista Cubano, com quem mantemos relações bem estreitas.

Face a Cuba, a posição é diferente, não?

Em termos ideológicos, a Revolução Cubana foi um grande impacto para toda a América Latina. Contudo, entre Cuba e Porto Rico existem laços históricos muito estreitos. Enquanto José Martí lutava pela independência de Cuba, Ramón Betances, o nosso José Martí, lutava pela independência de Porto Rico. E foram muitos os porto-riquenhos que lutaram em Cuba contra os espanhóis. Aliás, em 1895, Porto Rico estabeleceu para o país a mesma bandeira de Cuba com as cores invertidas, símbolo de uma luta única. O plano era libertar Cuba e depois Porto Rico do jugo espanhol. Assim é que, em 1898, Betances e Martí deram o grito de rebeldão, cada um no seu país. Como se vê, temos uma história muito parecida, uma luta contra o mesmo inimigo. Como exemplo disso, gostaria de citar um verso

escrito em 1887, pela poetisa porto-riquenha Lola Rodriguez de Tio:

*Cuba e Porto Rico são
de um pássaro as duas asas,
recebem flores e balas,
sobre um mesmo coração.*

Enfim, existe entre os nossos povos uma solidariedade histórica. E, hoje, uma solidariedade que devem ter todos os socialistas, pois a luta é contra o imperialismo e contra todas as formas de colonialismo.

Qual a representatividade do partido no actual governo?

Nenhuma. Houve aqui um movimento anexionista que acabou por converter Porto Rico num Estado associado à confederação norte-americana. O partido que está no poder — o Partido Novo Progressista (PNP) — quer a «estatização» para Porto Rico, isto é, quer deixar de ser associado para ser mais uma estrelinha na bandeira norte-americana. E essa foi a sua principal plataforma na última campanha eleitoral: um voto para eles era um voto para a «estatização». Mas os socialistas sabem que esse é um sentimento minoritário. □



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

**Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola**

O ensaio geral

Os Estados Unidos desrespeitam os tratados Torrijos-Carter, fazem grandes manobras militares de intimidação e testam as suas forças para uma possível intervenção na América Central

Rafael Cribari



No período de 18 a 25 de Fevereiro passado, a administração de Ronald Reagan, através do Comando Sul do exército dos Estados Unidos, acentuado no Canal do Panamá, efectuou as manobras denominadas *Black Hawk* (Falcão Negro IV), como um suposto exercício de defesa e protecção das instalações do próprio Canal.

A realização das manobras, de forma unilateral e sem o consentimento do governo da República do Panamá, motivou não apenas a não-participação da Guarda Nacional desse país do istmo centro-americano, como também um vigoroso protesto do poder executivo e da instituição armada panamianos. O governo e o exército do Panamá consideram as manobras como uma nova violação aos tratados Tor-

rijos-Carter, subscritos por ambos os países, em Setembro de 1977, e entrados em vigor a partir de 1 de Outubro de 1979.

O repúdio do presidente Aristides Royo e do general-de-brigada Omar Torridos Herrera, Comandante-Chefe da Guarda Nacional, às manobras «Falcão Negro IV», reafirmou, uma vez mais, o direito soberano do povo panamiano à sua independência e ao mesmo tempo subtraiu ao exército dos Estados Unidos a possibilidade de encobrir — com a participação do Panamá — o carácter intervencionista e provocatório desses exercícios militares.

«Nem um só centímetro do território panamiano devolvido ao nosso país será utilizado nessas manobras», expressou o membro do Estado Maior da Guarda Nacional do

Panamá, tenente-coronel Armando Contreras, que é também co presidente da Junta combinada das forças armadas do Panamá e dos Estados Unidos para a defesa do Canal, segundo o acordo no tratado Torrijos-Carter.

Arrogância e pressão dos EUA

O Tratado — que entrou em vigor em Outubro de 1979 — que regula a protecção e a defesa da área do Canal, estabelece que as operações militares devem ser coordenadas pela Junta combinada dos países signatários e não exactamente como ocorreu nesta oportunidade, quando um dos assinantes do acordo (Estados Unidos), de forma unilateral, levou por diante as manobras.

Nos dias anteriores ao início dos exercícios militares, soube-se através das declarações do escritor co-

lombiano Gabriel García Marquez, que o secretário de Estado dos Estados Unidos, o militar-diplomata general Alexandre Haig, tinha enviado uma «nota verbal» às autoridades panamianas no sentido de que «o Panamá minimize as relações com Cuba».

Na mesma nota, Haig lamentava-se que «o Panamá esteja a contribuir para o rompimento do bloqueio a Cuba imposto pelos Estados há mais de 20 anos». O secretário de Estado Haig indicava ainda a sua preocupação pela crescente presença do pessoal da Embaixada cubana no Panamá e a influência que esses funcionários exercem sobre o governo panamiano, segundo revelou o novelista colombiano.

A atitude de «procônsul» assumida por Haig foi rejeitada pelo general Omar Torrijos, que disse: «Dou a mensagem por não-recebida, por ter-se equivocado de destinatário. Devia ter sido enviada a Porto Rico», em clara alusão ao facto de o Panamá decidir por si mesmo as suas políticas interna e internacional.

O presidente Aristides Royo, respondeu à chamada «nota verbal» do general Haig, lembrando a Washington que muito o preocupa «a execução dos tratados Torrijos-Carter sobre o canal interoceânico, já que os Estados Unidos não lhes estão a dar estrito cumprimento». Royo asseverou também que o Panamá não concorda com o bloqueio a uma nação irmã «só por ter um sistema diferente do nosso», segundo informou Gabriel García Marques.

A intenção de Haig de intimidar a refrear as relações normais entre o Panamá e Cuba bem como de avançar uma clara pressão, anterior ao início das manobras militares «Falcão Negro IV», encontraram a firme e decidida resposta por parte das autoridades panamianas. As autoridades deste país, apoiadas por diversas tomadas de posição de organizações populares e cívicas, repudiaram as declarações do secretário de Estado e as manobras, como tentativas intervencionistas dos Estados Unidos nos assuntos internos do Panamá.

Coincidência

Pelo seu carácter e magnitude, as manobras militares ultrapassam, a olhos vistos, um simples exercício de defesa e protecção das instalações do Canal do Panamá. Visam claramente uma coordenação dos efectivos militares norte-americanos acantonados nas 14 bases militares no Canal, aos quais se juntaram forças do próprio território norte-americano e das bases localizadas na ilha de Porto Rico.

Simultaneamente às manobras «Falcão Negro IV», realizou-se a maior concentração de navios de guerra norte-americanos jamais vista no Caribe: 41 navios (entre os quais o porta-aviões «América», de 80 mil toneladas) participaram no exercício aeronaval *Readex 1-81*, nas imediações da ilha de Porto Rico.

Segundo fontes militares dos Estados Unidos, o exercício *Readex 1-81* teve como objectivo pôr à prova a defesa norte-americana na região do Caribe e foi mera «coincidência» que se realizasse simultaneamente às manobras «Falcão Negro IV» e num momento em que o Departamento de Estado norte-americano faz fortes pressões sobre a região das Caraíbas e da América Central.

Participaram nas manobras no Panamá (entre militares e auxiliares), mais de 7 mil efectivos das três armas das Forças Armadas dos Estados Unidos. O Pentágono mobilizou efectivos da força aérea do grupo táctico da guerra 156; da Guarda Nacional, com sede em Porto Rico, — partindo daí oito aviões do tipo A7-DS, procedentes

do Arkansas; foram mobilizados 12 aviões tipo *Phantom P-4*, do grupo 188; e do comando aéreo com base no Canal do Panamá, seguiram aviões C-130, C-5 e do tipo O-141.

A chamada «cavalaria aérea» esteve presente com helicópteros *UH-Huey* e *CH-47* e *OOH-58 Kiowa* procedentes da brigada de combate 210, calculadndo-se um total de 80 a 100 helicópteros utilizados.

Em relação à mobilização por mar, estiveram presentes dois navios da frota atlântica, a *US Thomas C. Hart* (FF1092) de operações na base de Guantánamo (Cuba) e o *US Boulder* (LST1190). Ambos chegaram aos portos do Atlântico e à base de Rodman no oceano Pacífico. As operações marítimas incluíram efectivos procedentes de Nova Orleans, «Companhia 22» da Carolina do Norte, a sexta companhia e a segunda divisão da infantaria da marinha com sede na base *Le Jeune*.

Equipamento militar ofensivo

A inclusão de equipamento blindado não-permanente, em particular tanques e carros de combate (calculam-se entre 300 e 400 as unidades utilizadas) indicam o volume das forças mobilizadas. Objectivo: uma suposta «defesa e protecção do Canal do Panamá», como explicou o Chefe do Comando Sul do exército dos Estados Unidos, tenente-general Wallace Nutting, com base na área do Canal.

Por sua vez, o governador de Porto Rico, Carlos Romero Barceló, foi convidado pelo Comando Sul dos Estados Unidos a presenciar as manobras «Falcão Negro IV» ao lado do Chefe da Guarda Nacional porto-riquenha.

A concentração de forças e o equipamento militar — de carácter ofensivo — utilizado nas manobras demonstram que o objectivo do Departamento de Estado vai mais além

da simples defesa das instalações do Canal do Panamá, visando a convulsão centro-americana: em particular uma intervenção na República de El Salvador.

A decisão do Panamá em não participar nessa operação norte-americana deixa mais uma vez a descoberto o sentido provocatório e belicista dos Estados Unidos que, ao levarem por diante as manobras de forma unilateral demonstram o carácter e as conotações internacionais das mesmas.

Nos últimos meses, as bases militares norte-americanas em território panamiano converteram-se mais ostensivamente no centro da conspiração e da agressão aos povos latino-americanos. *Quarry Heigh*, localizado no centro do monte Ancón, símbolo da dignidade e da soberania panamiana, é o local de onde os efectivos norte-americanos (com participação de unidade especializadas de outros países) coordenam e impulsionam os planos desestabilizadores e de agressão aos governos democráticos da América Latina. Nesse local, o treinamento de soldados e oficiais na prática de torturas, da contra-insurreição e serviços de informação militares, fazem parte do programa.

Apesar da tentativa de justificar as manobras «Falcão Negro IV» como parte dos tratados Torrijos-Carter, ficou claro para os panamianos e para o Mundo que se trata de uma nova violação aos tratados de 1977. Também ficaram mais claros os planos intervencionistas dos Estados Unidos para El Salvador e América Central.

Repúdio à intervenção

Desde o instante em que se tornou publicamente conhecida a decisão de se iniciarem as manobras militares norte-americanas no Canal do Panamá, acentuou-se o já arraigado e profundo espírito anti-imperialista



Assinatura do Tratado Torrijos - Carter

e anti-intervencionista do povo panamiano.

As declarações do presidente Aristides Royo e do Chefe da Guarda Nacional, general Omar Torrijos, de repúdio às pressões de Alexander Haig e de não-participação nas manobras «Falcão Negro IV», juntaram-se declarações, tomadas de posição e manifestações de partidos políticos, centrais operárias, federação de estudantes Conselho da Paz e outras organizações cívicas, todas elas em apoio à atitude panamiana, renegando a posição norte-americana e solidarizando-se com os povos centro-americanos.

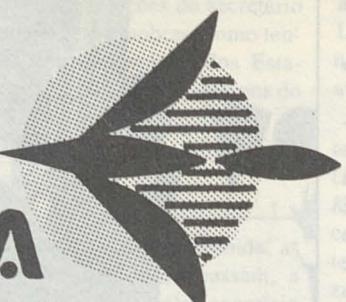
O Partido Revolucionário Democrático (PRD) qualificou as manobras como «*Típica operação do período do «grande cassete» «Big Steak»*», lembrando ao general Haig que «o Panamá é livre e soberano e que as decisões em relação à política internacional panamiana são tomadas no istmo e não na Casa Branca».

O mesmo aconteceu com o Partido do Povo, que qualificou as manobras «como uma tentativa clara e

visível dos Estados Unidos em levar avante uma descarada intervenção em El Salvador».

Durante toda a semana em que se desenvolveram as manobras militares, produziram-se manifestações e concentrações frente à embaixada dos Estados Unidos, na cidade do Panamá, e junto dos próprios portões do quartel general do Comando Sul do exército dos Estados Unidos com base no Canal do Panamá. O povo panamiano reafirmou a sua firme decisão de se negar a ver o seu território utilizado como base de agressão a outros povos irmãos. Simultaneamente, deixou clara a sua intenção de fazer do seu país um campo de luta contra as intenções intervencionistas dos Estados Unidos.

«Um Canal para a Paz, não para a Guerra». Nesta frase está condensada a história e a vontade de um povo que ama a paz, que sabe das agressões e das violações sofridas constantemente, e que une à sua justa aspiração de vida livre a independente a solidariedade com os povos irmãos do continente. □



LANICA

LÍNEAS AÉREAS DE NICARAGUA, S.A.

**A partir do México,
uma conexão direta com**

- **EL SALVADOR**
 - **MANÁGUA**
- (Terças, quintas e sábados)**

De Manágua a:

- **São José da Costa Rica**
- **Panamá**
- **Miami**

**No aeroporto do México,
consulte o telefone 762-4708**

**Na cidade do México,
escritório à Avenida Reforma, 322-B
Telefones 511-3290 e 511-3617**

Só restarão as árvores e os animais

George Danton

O negócio do momento no Haiti não é o tão promovido investimento na zona livre de Porto Príncipe (onde cada dólar de mercadoria exportada para os Estados Unidos deixa 38 centavos de ganho líquido), mas sim a compra de barcos.

A operação é simples. Se se conta com oito ou nove mil dólares, pode-se comprar à vista alguns dos velhos veleiros que fazem percursos regulares entre Porto Príncipe e algumas das capitais provinciais costeiras. Por mais mil dólares pode-se contratar um piloto. O passo seguinte é lançar a notícia de que se está para fazer uma viagem para Miami. Se a embarcação tem uns quinze metros de comprimento pode-se acomodar sobre a coberta aproximadamente uns cem passageiros, todos eles dispostos a pagar, cada um, 200 dólares pela viagem. Com três ou quatro mil dólares mais, distribuídos entre um comandante, um juiz e um par de autoridades portuárias, ninguém verá a partida. Naturalmente, não haverá companhia de seguros no mundo que queira cobrir os riscos da expedição, pois se ela chega ao destino, os navios guarda-costeiros norte-americanos apreenderão o navio por estar ilegalmente nas suas águas. Mas isso não importa: em menos de uma semana ter-se-á embolsado 20 mil dólares, ou seja, recuperado o seu investimento com um lucro líquido de 50%.

Cerca de 16 mil haitianos chega-



A emigração maciça expressa o descontentamento geral com o regime de «Baby Doc»

ram nestas condições aos Estados Unidos em 1980. Ninguém sabe quantos morreram no caminho, mas os sobreviventes contam histórias aterradoras de barcos inteiros desaparecidos, passageiros mortos de fome e de sede no alto-mar e de capitães que deitaram borda fora metade da sua «carga» para evitar um naufrágio iminente. Algumas fontes falam de uns 3% de mortos. Para outros, a cifra é ainda maior. Tudo isso se sabe em Porto Príncipe. Porém, no pau-perizado noroeste, os filhos continuam a pressionar os pais para que vendam as parcelas de terra a fim de pagar a travessia.

No auge da febre migratória, em meados do ano passado, quatorze

grandes barcos partiram de Porto Príncipe com o convés a abarrotar de passageiros em plena luz do dia. Foram encontrados, inclusive, nas praias, capacetes, armas e uniformes de soldados e milicianos que queriam tomar o barco. Em diversos cais houve virtuais suicídios de pessoas que se atiravam à água numa desesperada tentativa de alcançar a nado o navio que partia sem eles.

Fugindo da fome

«Ninguém pode parar com isso e as autoridades parecem muito contentes com a fuga, já que nada se faz para enfrentar a situação», comenta um sacerdote que chamaremos

«Jean-Paul», pois foi feito um compromisso de não se revelar o seu verdadeiro nome. Cada vez há menos terras e ela é cada vez mais árida e pobre. Não há canais para propor soluções nem possibilidade de que se ouça uma voz de protesto.

«Partem os que têm certa consciência, os que trabalham connosco no desenvolvimento comunitário. Os que vêm os problemas, quiseram fazer alguma coisa, mas porém não podem fazer nada sozinhos e não encontram outra saída». «Se os que se vão fossem apenas os mais pobres, nós entenderíamos. É a falta de trabalho. São refugiados económicos. Porém, os que fogem estão em idade de trabalhar e podem fazê-lo. Há aqueles que pagam entre 1.600 e 2 mil dólares para chegar a Miami».

No Haiti, isso é muito dinheiro. Um visto (falso) para os Estados Unidos pode ser comprado por dois mil dólares. Um universitário, com um pouco de sorte, pode consegui-lo legalmente. Nos Estados Unidos há mais médicos haitianos que no próprio Haiti, enquanto que na província do noroeste há um só médico e 20 camas de hospital para 75 mil pessoas. Três mil pessoas morreram de fome durante a última seca, que se prolongou por quatro anos. As colheitas são cada vez piores — explica o padre Jean-Paul — por causa das condições atmosféricas, da erosão, da seca. E a única solução que se dá ao problema da fome é a ajuda alimentar. Cada vez que há um desastre, são chamados norte-americanos. A CARE (uma organização norte-americana de assistência humanitária) dá milho, trigo, óleo. E cada vez que se distribuem alimentos, as pessoas tornam-se mais pobres, retrocedem no seu desenvolvimento, perdem o seu senso comunitário porque têm que lutar por esse alimento. Tornam-se, enfim, cada vez mais dependentes em relação às fontes desta suposta «ajuda para o desenvolvimento...»

Jean-Paul acredita que os problemas dos camponeses teriam solução se fossem executados projectos de irrigação nas planícies de Labre e dos Mosquitos, que poderiam tornar aproveitáveis mais de 30 mil hectares para a agricultura. Porém «a gente percebe que ninguém pensa nesta solução e que, na realidade, essas terras pertencem a umas trinta famílias que vivem em Porto Príncipe».

Enquanto isso, 40% dos camponezes haitianos têm uma receita anual de 14 dólares. Segundo as estatísticas oficiais, o analfabetismo é de 87%. O nosso sacerdote, porém, estima que a percentagem é maior, «talvez entre 90 e 92%. Apenas um em cada dez habitantes pode ler o suficiente para entender uma acta de baptismo.»

Escravos

Do noroeste da ilha sai a maioria dos que buscam trabalho no exterior. Frequentemente, a sua primeira escala é a capital, Porto Príncipe, onde um em cada três habitantes é um imigrante do interior. Do meio milhão que vive na capital, uns 200 mil moram em *bidonvilles* (bairro-de-lata) Milhares de pessoas dormem nas ruas, praças e galerias comerciais. Todos sonham em partir um dia.

E o governo estimula-os. «Necessita-se de cortadores de cana na República Dominicana.» Em 1979, o Haiti recebeu 1.250 mil dólares pela «venda» de uns 15 mil trabalhadores braçais, que ganhavam dois dólares de jorna diária. Em cada duas semanas são-lhes descontados um dólar, poupança forçada com a promessa de ser, devolvida no fim da safra... e que jamais recebem. O resto é gasto em vales, que só servem para comprar no armazém que a empresa tem no local.

Em Agosto de 1979, a venerável Sociedade Anti-esclavagista londrina denunciou o caso como uma forma dissimulada (não muito) de escravidão. Os documentos dos tra-

balhadores ficam em poder dos contratadores que trabalham para a transnacional *Gulf and Western*. Um haitiano sem documentos fora das plantações é um homem perdido em qualquer parte da República Dominicana.

«Durante o dia — relata um funcionário internacional de nível diplomático no Haiti — há severo controlo na fronteira. Porém, à noite, deixam-nos passar. Há militares esperando-os do outro lado, prendem-nos (é ilegal atravessar a fronteira sem visto) e quando há 150 ou 200 colocam-nos em camiões e são vendidos às plantações a dez dólares por cabeça, juntamente com os «fugitivos» que tentaram escapar das barracas onde são amontoados.»

Os mais corajosos, tentam chegar à Martinica ou a Guadalupe, onde o *créole* (idioma local) não difere muito do que se fala no Haiti. E apesar das severas restrições migratórias da administração colonial francesa, há entre 25 e 30 mil haitianos em Guadalupe.

Trezentos mil haitianos na República Dominicana, 230 mil em Brooklin (a maior cidade haitiana, depois de Porto Príncipe), milhares deles estão distribuídos por todas as Caraíbas. «Há pessoas — comenta um professor — que pensam que há haitianos no mundo todo. Que se chegarem à Checoslováquia encontrarão algum primo distante com o qual falarão o *créole*.»

Refugiados políticos?

Como quase sempre acontece, o problema da emigração haitiana só foi conhecido pelo mundo quando começou a afectar os Estados Unidos. Barcos repletos de haitianos chegaram no ano passado às costas da Flórida junto com a muito divulgada emigração cubana. No entanto, enquanto estes últimos foram tratados pela imprensa como heróis e pelas autoridades de emigração

como «refugiados políticos», os haitianos eram detidos como imigrantes ilegais e eram deportados. A comunidade negra e círculos liberais denunciaram esse tratamento diferente como um caso de racismo e, em Junho passado, um juiz considerou como um direito para quatro mil haitianos que entraram ilegalmente que os seus casos fossem julgados individualmente nos tribunais, se pedissem asilo político. Em Julho, outro juiz descobriu — baseando-se no testemunho de um *ton ton macoute* (polícia secreta do Haiti) arrependido — que o presidente vitalício Jean-Claude Duvalier havia ordenado a prisão de todo o haitiano repatriado.

Em Novembro, 200 haitianos afogaram-se ao largo das ilhas de Cayo Lobos, Bahamas, em frente à costa norte-americana. Os sobreviventes, apinhados sobre uma ilhotinha maior do que um campo de futebol, tiveram de ser levados à força para os barcos que iam repatriá-los e declararam que preferiam morrer de fome nessas ilhas desertas do que voltar para o Haiti.

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados Políticos, há uns 25 mil haitianos ilegais nas Bahamas e o governo local ameaça deportá-los, alegando que «prejudicam a economia do país». Em carácter privado, os funcionários de imigração das Bahamas reconhecem que os haitianos aceitam trabalhos que os seus compatriotas não querem realizar por baixos salários, especialmente no campo. Porém, a capacidade do arquipélago em absorvê-los teria chegado ao seu limite, sendo deportados cerca de 400 imigrantes, em média, por mês. Se esse ritmo não se acelerou, isso se deve à expectativa pela decisão que os tribunais norte-americanos irão adoptar, pois eventualmente, poderiam dar às Bahamas uma alternativa menos cruel para livrar-se dos indesejáveis.



A população mais pobre das Caraíbas

Apartheid idiomático

A decisão da justiça dos Estados Unidos tem óbvias implicações políticas. Admitir os haitianos como refugiados políticos equivaleria a uma condenação do regime de Duvalier, velho aliado dos Estados Unidos, e ao sistema económico de total abertura ao capital estrangeiro, que é precisamente o modelo proposto pela Casa Branca para o Caribe. O presidente vitalício «Baby Doc» Duvalier não parece duvidar de que goza das simpatias de Reagan. Logo que se soube que este havia ganho as eleições, ele esqueceu as promessas de «abertura» e desencadeou, a partir dos primeiros dias de Dezembro, uma onda repressiva contra jornalistas, sacerdotes, políticos oposicionistas e defensores dos direitos humanos. Os que conseguiram escapar à prisão não encontraram outro caminho senão o do exílio.

Todo o país dá a impressão de ter convertido numa grande prisão, da qual os seus habitantes só pensam em escapar. «É como o colonialismo interno que existe na África do Sul», comenta um perito agrícola estrangeiro. «A economia campo-

nesa não mudou desde a época da colónia. Só se substituiu o colonizador branco por uma minoria negra e mulata, uns 5 ou 6% da população que monopoliza o poder político, económico, cultural. Confinam as massas rurais — que constituem 80% da população — em reservas semelhantes aos «bantustões» sul-africanos. E essa minoria de burghes, comerciantes, importadores e exportadores, é bilingue: fala o idioma nacional, o *créole*, e também o francês, fazendo deste o idioma oficial, para isolar a massa de toda e qualquer participação do poder. É uma barreira linguística que funciona do mesmo modo que a barreira racial no *apartheid*».

Desarticulada a oposição política interna por sucessivos golpes, a fuga converte-se na única forma possível de expressar uma reacção. «Penso — comenta o padre anónimo — que o êxodo é a primeira expressão do descontentamento geral no Haiti. É como se o povo se tivesse levantado em massa. Eu ouço muito bem os camponeses dizerem: se isto continua assim, vamos deixar o país vazio, para que eles só possam mandar nas árvores, nos rios e nos animais...» □

ZIMBABWE

Para lá de Bulawayo

Com a rebelião de antigos guerrilheiros de Nkomo, o mais jovem Estado africano teve honras de primeira página em todo o mundo. Porém, a realidade do Zimbabwe no seu primeiro ano de independência regista aspectos de desenvolvimento e de apaziguamento nacional que a informação ocidental pretende ignorar.

Pedro Sanches

NÃO está ainda afastado no Zimbabwe o perigo de novas confrontações provocadas por antigos guerrilheiros do ZIPRA, ex-braço armado da ZAPU de Joshua Nkomo. Um número não determinado, mas que se calcula elevado, de ex-combatentes abandonou os aquartelamentos na região de Bulawayo e infiltrou-se, de armas na mão, no interior do país, desobedecendo às ordens governamentais de transferência e reintegração no exército nacional.

Apesar de ser improvável que a acontecerem novos recontros, eles tenham a gravidade dos combates verificados no princípio de Fevereiro — os ex-guerrilheiros fugitivos ao controlo governamental não dispõem de armamento pesado e estão afastados das suas bases de apoio —, a instabilidade no sudoeste do país mantém-se, com a ameaça destes rebeldes actuarem futuramente como grupos de bandoleiros que possam vir a receber apoios de forças políticas e de países interessados na desestabilização política da ex-colónia britânica.

As recentes confrontações que saldaram com o pesado balanço de mais de 200 mortos e largas cente-



nas de feridos, tiveram como antecedentes os incidentes de Novembro último, do mesmo modo provocados por ex-combatentes de Nkomo e registados também em Bulawayo, segunda cidade zimbabwense e bastião tradicional da ZAPU, cuja base de representação política provém essencialmente da etnia ndebele, implantada no sudoeste do Zimbabwe.

Mas o factor decisivo dos incidentes, tanto os de Novembro de 1980, como agora em Fevereiro, mais do

que de origem tribal, é político e relaciona-se, no primeiro caso, com a consolidação e alargamento em todo o país do prestígio da ZANU e de Robert Mugabe verificados após as eleições que precedera a declaração de independência. Mesmo em zonas de predominância ZAPU, como na região do sudoeste, o partido do primeiro-ministro tem conquistado uma crescente adesão em detrimento de Nkomo tal como se tem provado nas eleições para os Governos Locais, iniciadas em Ou-



Robert Mugabe: apóia um ano de independência, alarga-se a base de apoio da ZANU

tubro do ano passado.

Por sua vez, a rebelião do mês de Fevereiro está, sem dúvida, ligada à remodelação ministerial efectuada no princípio de Janeiro e à crise governamental dela decorrente. Nessa ocasião, o primeiro-ministro do Zimbabué e líder da ZANU decidiu, entre outras alterações no elenco executivo, retirar a pasta do Interior a Joshua Nkomo, criticado pela lentidão e incapacidade manifestadas na reestruturação da Polícia e das restantes forças de segurança ainda dirigidas por oficiais do regime de Ian Smith. A falta de confiança política da ZANU em Nkomo — o co-presidente da Frente Patriótica está a perder a posição de líder incontestado mesmo no seio do seu próprio partido — está também relacionada com as revelações do general Peter Walls (ex-comandante do exército rodesiano expulso em Setembro último do Zimbabué por planear um golpe de Estado), que afirmou ter ele próprio organizado encontros secretos de Nkomo com representantes sul-africanos e com a actuação pouco clara do presidente da ZAPU nos incidentes de Novembro.

Nkomo recusou inicialmente aceitar o cargo de ministro dos Serviços Públicos que Mugabe lhe destinara, afirmando não querer ficar afastado do sector da defesa e segurança do país. No termo de um período de crise em que a ruptura entre os dois co-presidentes da Frente Pa-

triótica parecia inevitável, foi alcançada uma plataforma de acordo: Nkomo é nomeado ministro sem pasta, o que lhes permite manter o seu lugar no Comité do Governo para os Assuntos de Segurança, do qual fazem parte apenas quatro elementos. É encarregue também de dirigir a integração dos antigos guerrilheiros dos dois movimentos de libertação no exército nacional.

Os confrontos de Bulawayo

Na altura em que a situação parecia esclarecida (apesar da ausência de comentários de Nkomo concordantes com a resolução negociada) e enquanto se procedia à remoção de forças do ZIPRA para fora da região de Salisbúria, no dia 8 de Fevereiro, soldados de Nkomo assaltam paíóis em Entumbane, nos subúrbios de Bulawayo, e atacam os guerrilheiros do ZANLA, braço-armado da ZANU. De outros pontos de estacionamento do ZIPRA partem forças rebeldes e forma-se uma coluna blindada e de artilharia pesada que converge para Bulawayo, aparentemente com o objectivo de instalar uma capital rebelde. Noutras zonas do país, nomeadamente em Conne-mara, na província de Midlands, registam-se violentos combates entre guerrilheiros das duas facções com a intervenção de unidades da polícia e do exército nacional que



Joshua Nkomo: actuação contestada

procuram pôr termo às confrontações.

No parlamento, em Salisbúria, o primeiro-ministro assegura que os dissidentes seriam «derrubados com o martelo» e afirma ter dado ordens à força aérea para bombardear as colunas de blindados que ameaçavam penetrar em Bulawayo.

O efeito dissuasor da aviação é decisivo, levando os insurretos a se refugarem numa zona de floresta densa em Kenaur, o que impede e evita os bombardeamentos. Dias depois, os amotinados do ZIPRA rendem-se após negociações e na sequência de intervenções de Nkomo, em que este manifesta o seu apoio à actuação do governo e do Exército nacional.

Balanço positivo de um ano de independência

No rescaldo destes acontecimentos ficam as versões da origem dos confrontos que os ligam à crise governamental de Janeiro (para alguns dos seus adeptos, Nkomo teria sido «humilhado» por Mugabe que tentaria «ver-se livre» dele) e a adver-tência do primeiro-ministro no parlamento: «se houver pessoas a projectar uma revolta, que fiquem cientes de que estamos preparados para essa eventualidade». Para Mugabe, a rebelião dos ex-guerrilheiros do ZUPRA mostrou «a sinistra meia-voz de um provocador-modelo de organização».

leitor

Arredado nos últimos tempos dos grandes temas de interesse mundial, os incidentes sangrentos de Bulawayo fizeram de novo do Zimbabwe, um motivo de notícia para as agências de informação ocidentais. E, contudo, o balanço de um ano de existência do jovem Estado é notavelmente positivo em vários aspectos.

Descrito pela propaganda do regime de Ian Smith como um «diabólico marxista-leninista», que uma vez no poder iniciaria a perseguição racista escorraçando os brancos de todas as posições sociais e económicas adquiridas durante a época colonial, Robert Mugabe, com grande habilidade e tacto político, soube impor-se junto da comunidade branca como um «grande estadista, com excepcional capacidade de moderação e diálogo». Esta reputação e a prática do seu governo permitiram que não se tivessem produzido fugas de técnicos e quadros nem grandes actos de sabotagem económica, assegurando um objectivo fundamental: o regular funcionamento da máquina produtiva e administrativa.

Isso não impediu que algumas reformas de estrutura tivessem sido introduzidas ou estejam programadas, mas sempre acompanhadas de garantias à burguesia branca de as alterações serem graduais e conservando esta um espaço próprio de actuação, apesar da perda relativa da sua posição privilegiada.

Estando ainda em fase de projecto um vasto programa de reforma agrária, as modificações já introduzidas na propriedade da terra permitiram uma considerável redução nos latifúndios da minoria branca, sobretudo nas herdades não cultivadas ou subexploradas. As restituições de terras e as abolições das reservas tribais fizeram-se em favor de formas cooperativas de produção agrícola, sistema que o governo tenta promover em prioridade. O respeito dos direitos dos proprietá-

rios brancos não-absentistas foi simultâneo com a abolição das leis que institucionalizavam o sistema de exploração do campesinato, ao mesmo tempo que foram aumentados todos os salários mínimos.

Quanto às empresas transnacionais, tem-se negociado com vista a uma participação nacional superior a 50 por cento. Recentemente, Enos Nkala, ministro das Finanças, anunciou ter o governo zimbabwense concluído as negociações com um grupo financeiro da África do Sul para a compra de 61% das ações do *Rhobank* o terceiro banco do país.

Uma outra medida de enorme relevância foi realizada, em Janeiro pelo governo Mugabe e concerne à compra da maioria das ações do grupo *Argus*, de propriedade sul-africana, que agrupava os principais jornais diários do Zimbabwe. Com a criação, semanas depois, da *Empresa Mass Media*, destinada a controlar a maior parte da imprensa até aí nas mãos de interesses estrangeiros, uma das mais importantes armas no desenvolvimento do país e da independência nacional — a informação — passa agora a depender do governo do Zimbabwe.

Um programa para o futuro

Esta política ponderada, de passos graduais, baseada num programa de reconciliação e progresso, produziu resultados assinaláveis no campo económico. O crescimento no último quinquénio antes da independência, e principalmente devido à guerra civil, havia registado uma taxa anual negativa de 11 por cento. No termo de 1980, a taxa de crescimento económico foi positiva e superior a 6 por cento. A reanimação verificou-se em todos os sectores, tendo a agricultura apresentado uma expansão de 15 por cento e este ano vai-se alcançar a maior produção de sempre de milho, com as estimati-

vas apontando para os dois milhões de toneladas.

Em fins de Fevereiro, Bernard Chidzero, ministro do Planeamento e do Desenvolvimento, deu a conhecer o programa económico do governo para os próximos anos, que fixa um crescimento anual médio de 8 por cento. Segundo esse documento de 20 páginas, o objectivo final é «realizar uma sociedade igualitária e socialista nas condições de uma democracia» e pronuncia-se por «uma profunda transformação do sistema actual». Assinala-se a necessidade de uma fase de transição na qual «o sector público e o privado se podem ajudar reciprocamente e desenvolverem-se de modo harmonioso». O principal sector de realização de transformações socialistas será, segundo se afirma no programa governamental, o agrário, com a criação de pequenas e médias empresas industriais e comerciais em torno de pequenos centros. Um número significativo destas empresas deverá ser de propriedade cooperativa, estendendo-se assim a «participação popular, democrática e socialista na propriedade e no manejo dos recursos naturais».

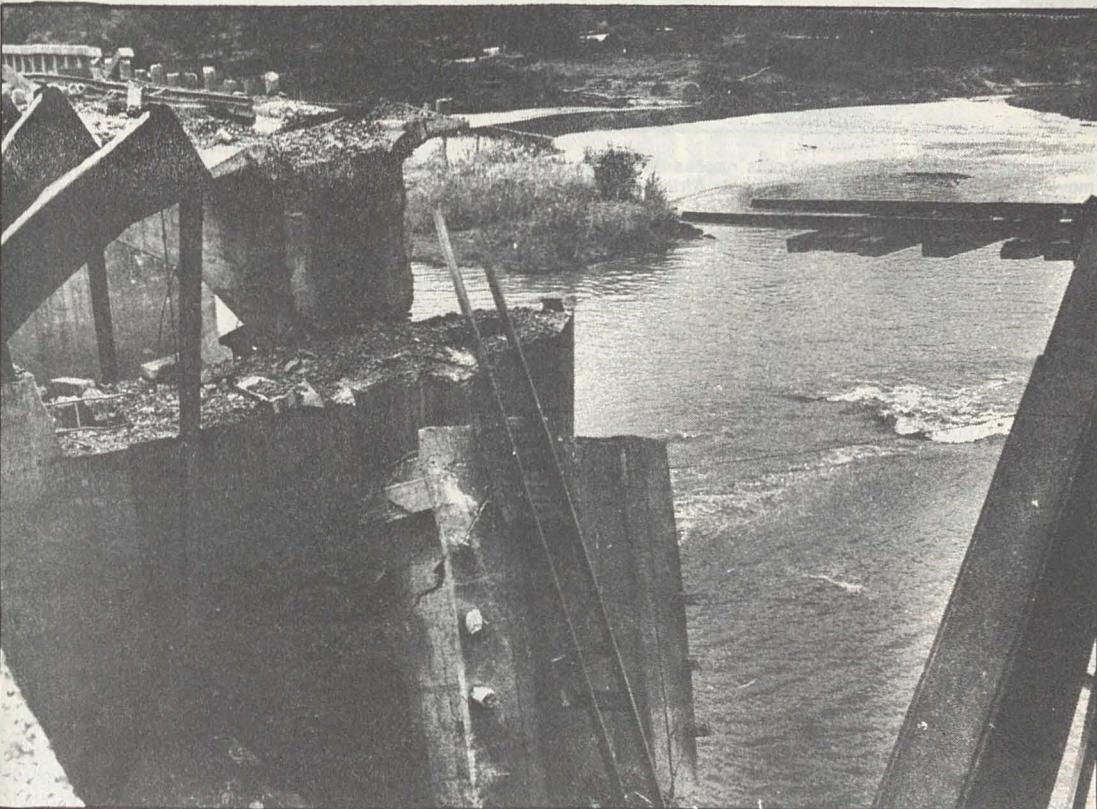
Quanto aos investimentos, o governo estimulará «a participação de empresas privadas nas actividades produtivas que criem postos de trabalho para os zimbabwenses e que contribuam para o desenvolvimento económico». Os investimentos estrangeiros serão aceites em diversos sectores, desde que incluam uma participação nacional dentro de um «equilíbrio sólido» entre investimentos internos e externos.

Os objectivos indicados com maior ênfase no programa do governo dizem respeito às medidas tendentes a reduzir o fosso que separa os rendimentos da população negra e branca, diferença «gravemente injusta, que constitui uma ameaça à paz social e à estabilidade do país» e ao combate ao desemprego entre os negros.

Uma polarização perigosa

A nova política dos EUA para a África Austral dá total força a Pretória e aos movimentos que combatem os países libertados

Gabriel Omotozo



A estrutura económica de Angola na mira preferencial das agressões do exército sul-africano

PELA terceira vez em sete anos, o regime sul-africano foi expulso da Assembleia das Nações Unidas. A medida foi tomada no dia 2 de Março, depois de os delegados da África do Sul terem apresentado para o debate sobre a Namíbia, convocado pelo secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim. Após o fracasso da Con-

ferência de Genebra, devido à intrasigênciam sul-africana, decidiu-se levar o caso à Assembleia Geral da ONU para que fosse discutida a retirada das tropas de Pretória da Namíbia e a realização de eleições livres.

No início da sessão, os diplomatas de Pretória ingressaram na sala de reuniões, onde não compareciam

desde Setembro de 1980. Reunida a Comissão de Verificação de Poderes, resolveu-se expulsar a delegação «por não representar a maioria da população do país». Houve seis votos a favor da medida (URSS, China, Angola, Singapura, Haiti e Quénia), duas abstenções (Costa Rica e Espanha) e um significativo voto contra: o dos Estados Unidos.



Destrução e morte: preço pago pelas nações da Linha da Frente no apoio aos movimentos de libertação da Namíbia e da África do Sul

Este pode ser considerado o segundo acto do episódio iniciado em Genebra, onde a dureza do regime de minoria branca eliminou a possibilidade de uma saída diplomática e pacífica para a Namíbia.

O acto seguinte, ainda no teatro da ONU, consistirá no exame das sanções económicas contra a África do Sul exigidas pelas nações africanas.

A causa indirecta do endurecimento de Pretória está na nova política de Washington. Desde que Ronald Reagan ganhou as eleições, o governo racista abandonou a aparente disposição negociadora sobre a realização de eleições livres na Namíbia a que havia sido obrigado pelas pressões internacionais e lançou-se numa escalada: a nível diplomático, com a rejeição da Conferência de Genebra e a nível militar, com as agressões a Angola e Moçambique.

Sinal Verde

A ascensão de Reagan não só significou um sinal de luz verde para os «falcões» de Pretória, como tam-

bém deu apoio a todos os que combatem e tentam desestabilizar a situação criada na África Austral com a independência de Moçambique, Angola e Zimbabué, e com o auge dos movimentos de libertação da África do Sul e Namíbia.

Os «duros» norte-americanos que se identificam com Reagan nunca se conformaram com a nova situação. Um exemplo dessa posição foi a atitude tomada pelo ex-secretário de Estado Henry Kissinger ao declarar que um interlocutor apreciável seria a UNITA, organização-fantoche que, com o apoio de Pretória, faz acções de sabotagem em Angola. Portanto, é previsível que os Estados Unidos se oponham às sanções económicas. Elas, para serem realmente eficazes e obrigarão Pretória a reconsiderar as suas posições, precisariam ser aplicadas a fundo.

Além disso, a economia da África do Sul é do tipo exógena, aberta ao intercâmbio exterior, pois é uma grande exportadora de produtos básicos e recebe grandes importações e investimentos — que elevam-se a 30 biliões de dólares — das potências capitalistas. Como os seus inter-

câmbios comerciais representam mais de 50 por cento do seu produto nacional bruto, a cessação dessa corrente aniquilaria a economia sul-africana.

Não são só preconceitos ideológicos que determinam as posições de Washington. Os interesses económicos norte-americanos estão entrelaçados com os sul-africanos. Além dos grandes investimentos feitos ali, os Estados Unidos dependem completamente da África do Sul quanto ao fornecimento de diversos minerais estratégicos, como o cobalto, manganês e cromo.

O outro factor importante é a Europa Ocidental, onde existe uma forte tendência em não aceitar as imposições de Reagan e estabelecer uma política própria. Nesta oportunidade, as forças democráticas terão maiores possibilidades para pressionar em prol de sanções económicas que os governos evitaram até hoje.

Entretanto, a tensão provocada pelo crescente entendimento Washington-Pretória aumenta sem cessar e polariza o quadro regional de modo extremo. A concepção de Reagan, segundo a qual a União Soviética estimula o terrorismo, incluindo os movimentos de libertação (entendendo como terroristas os movimentos de libertação, inclusive os da África Austral), produziu, junto com as agressões sul-africanas, uma maior aproximação entre a URSS e os países da região. Prova disso é a recente decisão do governo do Zimbabwe de estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixadores com Moscovo. Tanto os estreitos vínculos entre a URSS e a ZAPU, o partido de Joshua Nkomo, que perdeu as eleições para a ZANU do primeiro-ministro Robert Mugabe, como o receio da minoria branca, tinham induzido ao adiamento indefinido do reconhecimento diplomático. Mas o novo quadro dissipou as vacilações. □

Lançamento

do

guia 81



leitor

□ Com as instalações da Sociedade Portuguesa de Autores repletas de diplomatas, membros do Conselho da Revolução, «Capitães de Abril», políticos, intelectuais, jornalistas e leitores dos Cadernos, a edição em língua portuguesa do **guia do terceiro mundo-1981** teve o seu lançamento promocional em Lisboa, a 16 de Março último.

Foi possível referenciar entre a assistência representantes das embaixadas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Cuba, Argélia, Iraque, Líbia, Costa Rica, URSS e Jugoslávia.

Muitos foram também os militares, com acção interveniente na Revolução Portuguesa, presentes na sessão: Vasco Gonçalves, Costa Gomes, Rosa Coutinho, Otelo Saraiva de Carvalho, Carlos Fabião, Varela Gomes, Martins Guerreiro, Pezarat Correia, Sousa e Castro, Marques Junior, Mário Tomé, etc.

Da apresentação do **guia** encarregou-se Altair Campos que assinalou a satisfação de toda a equipa internacional dos **cadernos** em ter concluído, uma vez mais, as edições em língua espanhola e portuguesa do **guia do terceiro mundo-1981**, saídas quase simultaneamente no México e em Lisboa. Um problema técnico que atingiu o acabamento da maior parte da edição portuguesa impediu a distribuição aos presentes de exemplares da obra, incidente já ultrapassado na altura em que este número dos **cadernos** chega às mãos do leitor.

Acompanharam o nosso director na mesa que presidiu à sessão os companheiros Pablo Piacentini, editor associado das edições dos **cadernos**, João Escadinha responsável técnico da edição portuguesa do **guia** e Vitorino Martins, em representação da Central Distribuidora Livreira (CDL).

Pablo Piacentini proferiu uma palestra cujo tema incidiu sobre a realidade da Imprensa alternativa e caracterização das dificuldades com que deparam os povos do Terceiro Mundo na obtenção de uma voz própria num universo informativo dominado pelas transnacionais da comunicação de massas, baseando a sua intervenção na experiência de três órgãos alternativos existentes a que está pessoalmente ligado: **Cadernos do terceiro mundo** (de que foi um dos fundadores em Lima, no ano de 1973); **Inter Press Service (IPS)**, agência noticiosa, onde é director editorial em Roma e o **Instituto Latino Americano de Estudos Transacionais (ILET)** com sede no México. O interesse manifestado pela assistência com a comunicação de Pablo Piacentini – sobretudo vindo de camadas da informação – leva-nos a publicar na íntegra, neste número dos **cadernos** a palestra do nosso companheiro.

A Sessão de apresentação do **guia** terminou numa confraternização que se prolongou durante horas, proporcionando um estreitamento nos contactos entre a equipa dos **cadernos** e convidados, todos estes leitores da nossa revista e do nosso suplemento anual.

A propósito da imprensa alternativa

Os *cadernos e o guia do Terceiro Mundo* fazem parte dos inumeráveis esforços para forjar uma nova ordem informativa internacional e realizar uma imprensa liberta.

Esta nova ordem propõe, antes de mais, o equilíbrio do fluxo informativo num mundo completamente dominado pelos meios de comunicação de massas do sistema transnacional, procurando estabelecer um espaço equitativo para os povos dependentes do Terceiro Mundo, que carecem hoje de voz própria no universo informativo.

Entendemos por imprensa liberta aquela que se opõe ao sistema capitalista, e, em particular, ao centro do capitalismo avançado, fazendo-se porta-voz da libertação dos povos, a quem reconhece o seu legítimo papel de protagonistas da informação.

O Terceiro Mundo, pela sua própria razão de ser, insere-se neste contexto e dentro do que genericamente se designa por imprensa alternativa, a qual se caracteriza pelas suas tomadas de posição progressistas.

Hoje, é já possível identificar concretamente meios libertados e meios alternativos e progressistas, resultado de esforços de grupos de jornalistas ou de diversos movimentos; a nova ordem informativa internacional não é uma realidade, antes um conceito político e um objectivo particularmente defendido pelo Movimento dos Países Não Alinhados.

Na realidade, a nova ordem económica e informativa internacional estão intrinsecamente ligadas, daí que, com toda a objectividade, possamos dizer que não haverá uma nova ordem informativa sem que antes se estabeleça uma nova ordem económica mundial.



Piacentini: «... os povos do Terceiro Mundo, carecem de voz própria no universo informativo»

Não obstante esta asserção, a realidade global indica que nenhuma destas ordens será possível se previamente não se estabelecer um sólido acordo político mundial. O mesmo é dizer: se a união e a pressão de todos os países do Terceiro Mundo e de todos os países progressistas não se articular como um movimento político, a fim de levar os países centrais a uma melhor distribuição do poder em todas as esferas, assim como à correcção das causas que geraram a desigualdade económica entre o Norte e o Sul.

Daí que, e apesar do reconhecimento que a nova ordem informativa obteve nos organismos internacionais, particularmente da UNESCO, a mesma apareça como uma meta desejável e exigível, pela qual há que continuar a luta sem desfalecimentos, conscientes porém de que ela é ainda uma meta distante.

É esta situação que leva a que os meios de comunicação alternativos, criados para combater o sistema de poder concentrado, não possam apoiar-se para a sua expansão ou mera sobrevivência nos mecanismos de apoio financeiro, técnicos ou formativos que deverão dar corpo à nova ordem.

Enquanto isso, a velha ordem — a única em vigência — reage para expulsar estes indesejáveis intrusos da imprensa alternativa através dos seus poderosos mecanismos económicos e, se necessário, por meio da repressão e da censura.

Compreende-se, pois, as dificuldades que experimenta cada projecto de imprensa alternativa, a fragilidade de inumeráveis meios, os incontáveis fracassos e o limitado alcance, não obstante o imenso público potencial, dos meios que apesar das condições adversas conseguiram constituir-se.

Meios alternativos que se afirmam

Realidades há, no entanto, como os *cadernos e o guia do Terceiro Mundo* que, não só conseguiram afirmar-se, como se encontram em plena expansão.

Não é possível apresentar ainda um panorama completo dos meios alternativos existentes, pois, certamente por falta de recursos, não se realizou até hoje uma investigação em tal sentido.

À falta dessa informação, vamos referir à nossa experiência e a duas iniciativas surgidas no Terceiro Mundo com as quais temos uma ligação muito directa e que se têm proposto actuar no campo internacional e na concertação dos esforços da imprensa alternativa.

Desejaria, antes de mais, ressaltar o valor que tem a informação dos meios alternativos do Terceiro Mundo, como passo prévio para uma cooperação recíproca. Meios que se debatem não só em condições económicas adversas como se encontram virtualmente isolados e incommunicáveis entre si. A possibilidade de contar com informação



Da esquerda para a direita: Vitorino Martins, Pablo Piacentini, Altair Campos e João Escadinha

sobre os seus semelhantes em outros países e regiões, facilitar-lhes ia o acesso a informação sobre o estrangeiro, a distribuição no exterior, assim como permitiria a concertação de esforços para a obtenção de fundos; estas e outras necessidades são primárias para estes meios, mas a sua não superação convertem-nas em causas dos seus fracassos ou limitações.

Os «cadernos do terceiro mundo

Os **cadernos do terceiro mundo** conseguiram já um grau apreciável, uma comunicação Sul-Sul, ou seja, um intercâmbio informativo directo entre as diferentes regiões do Terceiro Mundo. Conta com edições simultâneas em castelhano, português e inglês e com uma rede de correspondentes nos três continentes. O facto de ter atingido a tiragem global de 120 mil exemplares dá uma ideia da sua importância em termos de circulação. Isto significa mais de meio milhão de leitores qualificados em todo o mundo. O que só foi possível graças à coordenação de trabalhos entre diversos grupos de jornalistas e instituições de diferentes países. Isso permitiu superar o problema que é talvez o maior neste tipo de trabalho, o da distribuição, por meio de co-edições

regionais e subregionais.

A que designamos por edição-mãe produz-se e edita-se hoje no Rio de Janeiro, depois de ter estado no México e, durante os primeiros anos, em Buenos Aires.

Os originais da edição do Rio são enviados para Lisboa, onde um grupo de companheiros portugueses assumiu a tarefa da co-edição, que é distribuída em Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. A edição em castelhano é actualmente editada também no Rio com destino a diversos países da região.

Em Lima, um prestigioso centro de estudos que se dedica igualmente a actividades editoriais associou-se à nossa editora para realizar a co-edição andina, destinada aos países membros do Acordo de Cartagena (Pacto Andino). Contamos, também, com um centro próprio de distribuição no México, e, neste momento, avançamos com o projecto de uma co-edição para a América Central que possivelmente ficará instalada no Panamá.

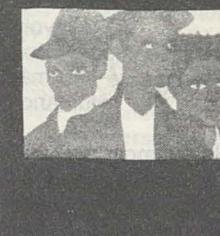
Outro projecto é o da co-edição em Madrid, para a Espanha e a Europa, com base numa proposta que nos foi formulada por um prestigioso centro de estudos e de apoio ao Terceiro Mundo, o IEPALA, assim como o projecto de uma edição francesa, também em fase de estudo.

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de 'África'...

Africa³
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁵
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁷
LITERATURA-ARTE E CULTURA



Se os não encontrar
na sua livraria
peça-os directamente a
ÁFRICA EDITORA
Av. Principal, Miraflores,
Lote 117, Loja 6 - ALGÉS
1495 Lisboa



O que realizamos:

Estudos e projectos de implantação de sistemas de Organização e Gestão Desenvolvimento Regional e Local, Estudos Técnicos, Económicos e de Viabilidade, Serviços de Informática, Gestão de Recursos Humanos, Formação Profissional, Recrutamento. Intervimos, nomeadamente, na implantação, organização e manutenção de unidades produtivas, directamente ou de consórcio com empresas especializadas

Para quem realizamos:

Empresas, Cooperativas,

Aparelhos de Estado Central e Local,

Sector Empresarial do Estado.

Temos em curso, nomeadamente, para a República Popular de Moçambique, vários projectos de grande envergadura.

Uma presença crescente no mercado externo e interno

ADMINISTRAÇÃO
E DEPARTAMENTOS DE ORGANIZAÇÃO, ESTUDOS E FORMAÇÃO

R. da Beneficência, 229-2.º D e 3.º – Tel. 763701/760839/767991
1600 LISBOA

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
Av. Santos Dumond, 50 – tel. 731460 – 1000 LISBOA



ESCRITÓRIO NA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
Caixa Postal 2906 – Maputo

sistemas e métodos de organização
e informática s.a.r.l.

Por último, temos a edição inglesa, editada no México, e em relação a ela — que é a mais jovem das nossas versões — estamos a realizar uma vasta e prometedora exploração do larguissimo mercado desse idioma. Contamos, pois, com uma rede de distribuição já importante e eficiente, e em rápida expansão. Rede esta que concebemos como um ponto de apoio para outros meios de informação alternativos, com quem estabelecemos intercâmbio de distribuição. Para dar só um exemplo, as revistas *Marka* do Perú, e *Apsy* do Chile utilizam o nosso sistema de distribuição no México.

É nossa intenção ampliar este caminho de cooperação. Daí que estejamos a participar num projecto integral de cooperação em todos os países da América Latina.

A «Inter Press Service»

No campo das agências noticiosas opera a *Inter Press Service — Terceiro Mundo*. O seu serviço conseguiu já uma ampla difusão, que conta com mais de 40 delegações ligadas por uma rede de canais via satélite e com mais de 400 subscriptores.

A agência, fundada em 1964, estabeleceu-se em primeiro lugar na América Latina e na Europa, depois alargou-se ao Médio Oriente e estende-se, neste momento, à África tropical e à Ásia, onde foram instalados já diversas delegações.

A temática desta agência representa os interesses do Terceiro Mundo, tanto no que respeita à ordem económica como informativa. Cabe, no entanto, destacar aqui a sua coordenação com outros meios de informação. A *IPS* tem acordos de intercâmbios com cerca de 30 agências nacionais do Terceiro Mundo a quem presta serviços de *carrier* (intercâmbio internacional).

Ou seja, inclui nas suas transmissões uma seleção dos boletins das referidas agências tal como foram por elas produzidas e entrega as referidas notícias aos meios informativos subscriptores do serviço da *IPS*.

As agências nacionais do Terceiro Mundo, para conseguirem di-

fusão externa num mundo controlado pelas quatro agências transnacionais — que distribuem mais de 80 por cento do fluxo informativo mundial — deveriam montar a sua própria rede de comunicações. Isso é virtualmente impossível dados os altos custos que implica uma rede própria de telecomunicações e esse facto evidencia a importância da cooperação com a *IPS*. A rede da *IPS* serve numerosos meios alternativos, e no caso dos *cadernos do terceiro mundo* existe, além do mais, uma estreita associação e formas muito amplas de cooperação recíproca.

Uma experiência latino-americana

Neste tema que estamos a analisar, actua o *ILET, Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais*, com sede no México. Este centro conta com dois sectores; um dedica-se à análise do impacto económico das empresas transnacionais e o outro especificamente às comunicações.

O *ILET* produziu já numerosos trabalhos tendentes a esclarecer a estrutura do sistema transnacional de comunicações e, neste momento, está em fase de organização um centro de documentação para servir a Imprensa alternativa na América Latina. O centro está a realizar igualmente um levantamento dos meios de informação alternativos em todo aquele continente. Trata-se de um trabalho muito extenso, em que se encontram envolvidos desde uma imprensa relativamente sofisticada, como os órgãos de algumas universidades, até aos simples impressos policopiados de organizações sociais de base.

Ainda que o grau de audiência destes meios seja muito dispera e na sua grande maioria tenham um alcance restrito, o seu número é muito importante. Existem umas cem publicações deste tipo no México e mais de trezentas no Brasil.

O centro oferecerá a estes meios a sua cooperação em diversas esferas.

Uma é o intercâmbio recíproco e da assistência técnica. Outra, consistirá no processamento de docu-

mentos provenientes de organismos inter-governamentais, do mundo da investigação e de grupos de base. Por exemplo, se se trata de um documento significativo de um sector transnacional ou de um sindicato latino-americano, os quais os meios alternativos tenham dificuldades em interpretar, e mais ainda em trabalhá-los para publicação, o centro efectuará essas tarefas fazendo circular resenhas desses documentos junto aos meios que tenham manifestado interesse no serviço.

Um projecto aberto à participação

Este é apenas o início de uma cooperação que consiste em pôr à disposição desta rede de meios, a capacidade instalada do *ILET* com o fim de elevar o nível técnico desses meios de informação.

Existe, como é natural, um intercâmbio e cooperação estreitos entre os *cadernos do terceiro mundo*, a *Inter Press Service* e o *ILET*.

O director do *ILET*, Juan Somovia, faz parte do Conselho Editorial dos *cadernos* e estamos a analisar com o Instituto diversas formas de apoio à imprensa alternativa da América Latina; em primeiro lugar, o estabelecimento de redes de distribuição. Com efeito, a distribuição e o financiamento são os principais problemas que enfrentam estes meios de informação.

Estas são algumas das coisas que se vão fazendo com vista a uma nova ordem informativa. São projectos abertos à participação de todos os que compartilham dos nossos objectivos. Trata-se de articular estas e outras alternativas existentes e de estabelecer um sistema próprio do Terceiro Mundo, que tanto faça circular um fluxo informativo significativo entre as regiões do Sul, como levar a informação proveniente do Sul em direcção ao Norte e conseguir, desse modo, um espaço real dentro do que é hoje o virtual monopólio dos órgãos do sistema transnacional de informação.

Pablo Piacentini

CHADE LÍBIA

Em recentes declarações, Sadate anunciou oficialmente o prosseguimento de ajuda militar do seu regime ao que sobre das forças derrotadas de Hissène Habré, na tentativa de desestabilizar o Governo de União Nacional presidido por Goukouni Oueddei. Surge assim, de novo, a ameaça de se ver quebrada a paz duramente conquistada.

Sobre o futuro próximo do Chade e da posição líbia nesse conflito, interrogou Alberto Mariantoni o presidente Oueddei e o comandante Jalloud, respectivamente.

Goukouni Oueddei: a hora da reconstrução

A coexistência de diversas tendências no seu Governo não poderá causar novos problemas e conflitos?

Não esperamos dificuldades desse tipo. Terminada a rebelião, todos estão de acordo em trabalhar pela unidade e estabilidade do país. Antes de resolver as nossas diferenças políticas necessitamos solucionar a falta de água e de electricidade, de medicamentos para os doentes e feridos; temos que alimentar os refugiados que regressam, reconstruir as comunicações, restaurar um clima de convivência, de segurança e de justiça social. Temos convocado todos os refugiados e funcionários que abandonaram o país durante a guerra civil para que regressem e contribuam para a reconstrução do Chade.

Essa oferta vale também para Hissène Habré e seus partidários?

Muitos dos antigos combatentes das FAN já se incorporaram às forças do GUNT. Quanto a Habré, ele recusou todas as oportunidades que lhe demos... Pior para ele.

Segundo Habré, a Líbia seria o «inimigo principal» do Chade...

Habré não tinha essa mesma opinião quando os líbios vieram içar a sua bandeira na faixa fronteiriça



Goukouni Oueddei

de Aozou. Eu estava com ele, como chefe do Estado-Maior das FAN, no dia em que, depois de um discurso do coronel Khadafi, Habré agradeceu publicamente a chegada dos líbios ao nosso território. Hissène Habré, que hoje se apresenta como o único defensor da integridade territorial do país, foi quem facilitou e agradeceu a presença dos líbios na faixa de Aozou.

E os soldados líbios que estão agora no Chade?

Fui eu que os chamei. O GUNT foi obrigado a convocá-los para contrabalançar as ajudas que

Habré recebia do Egipto e Sudão. Claro que eu não podia reconhecer antes essa presença militar, pois isso teria causado a intervenção da França em favor das FAN.

Khadafi disse recentemente que, se necessário, aumentará a presença líbia no Chade...

Se as pressões exteriores se multiplicassem, solicitaríamos à Líbia que aumentasse os seus efectivos para que não fosse rompido o equilíbrio de forças. Mas nem sequer contando com o apoio de certos países limítrofes, Habré conseguirá recompor as suas forças. Já controlamos

África o mesmo perigo que uma árvore totalmente todas as cidades da fronteira com o Sudão e não acreditamos que Habré possa infiltrar-se.

E as ameaças de intervenção francesa?

Já enfrentámos os franceses como guerrilheiros e com meios muito mais limitados. Não os tememos. E eles devem saber que a correlação de forças agora nos favorece. As Forças Armadas Chadianas (FAT), que antes combatiam junto com os franceses, agora estão do nosso lado.



Abdel Jalloud

Porque razão abandonou a Líbia a sua tradicional «neutralidade benevolente» para lançar-se numa aventura militar, que o comandante Jalloud comandou pessoalmente e que poderia conduzir o país a um choque com a França?

Não tínhamos outra. Estamos ligados ao povo do Chade por razões não só históricas e geográficas, mas também humanitárias e morais. A guerra civil que envolveu o Chade nos últimos quinze anos representava, além disso, para a

Abdel Jalloud: a opinião líbia

incendiada no meio de um bosque. Os regimes de Sadate, de Numeiri e o governo francês apoiavam a rebelião de Habré para instalar no Chade um regime hostil à Líbia e aos nossos interesses na região. Que outra coisa poderíamos fazer?

Graças à ajuda líbia, Goukouni Oueddei ganhou a partida contra Hissene Habré. Como fará a Líbia para ganhar a sua contra a França?

A França contradiz-se a si mesma. Por um lado, envia pára-quedistas para derrubar Bokassa na República Centro Africana (que era, sem dúvida um ditador, que a própria França colocou no poder) e substitui-o por um agente mais seguro, David Dacko. E agora, a antiga metrópole considera inaceitável a ajuda que o nosso país está a dar a um governo legítimo, perante a sua solicitação explícita e respeitando as convenções internacionais. Nós não temos nenhum problema com a França, mas não a reconhecemos como tendo «missão histórica» na África. Estamos dispostos a evitar qualquer conflito se a França o quiser, mas não em detrimento das relações bilaterais líbio-chadianas. A segurança do Chade é a da Líbia. E se a França quiser a guerra... estamos prontos.

Khadafi tem afirmado diversas vezes, que os franceses são os únicos europeus com quem se pode dialogar...

PANORAMA TRICONTINENTAL

Ainda que sob a presidência de Giscard d'Estaing, a França tenha vindo a ser menos independente face aos Estados Unidos de que durante a época de De Gaulle, continuamos a considerá-la juntamente com a Jugoslávia, como o país da Europa Ocidental com menos compromissos em relação aos dois blocos. Apreciamos a sua política de procurar uma solução para o problema palestino e coincidimos com a França no sentido de que o diálogo euro-árabe devia ser político e não só técnico e económico. Mas à luz da sua política africana fica claro que Giscard D'Estaing permitiu que os Estados Unidos voltem a decidir sobre a política francesa! De Gaulle seria o primeiro a expressar o seu desacordo.

Qual a sua opinião sobre a ruptura de relações com a Líbia por parte do Gabão, Gâmbia, Marrocos, Mali, Nigéria, Níger e Senegal?

Não compreenderam a nossa revolução popular, em particular a transformação das nossas embaixadas em «escritórios populares». E foram enganados pelo Egípto e pelo Sudão com essa história da «Legião Islâmica» que tínhamos formado para conquistar toda a África.

Não existe a Legião Islâmica?

Não.

E no Chade?

Era simplesmente o nosso exército regular.

Não é contraditória a diplomacia líbia, uma vez que tem boas relações com muitos governos, e ao mesmo tempo apoia as forças que os combatem?

Somos um Estado, mas também uma Revolução. Como Estado, mantemos relações políticas e diplomáticas mesmo quando não há uma coincidência em termos políticos. Como Revolução, queremos ter muitos amigos e apoiamos aqueles que aspiram à independência, à autodeterminação e à justica social.

Ainda que sejam terroristas?

Estamos contra o terrorismo, como Estado e como Revolução. Em ambos os casos, preferimos o diálogo, já que acreditamos que as nossas ideias triunfarão.

Interafricana Socialista

- Com a participação de onze partidos políticos, foi fundada, a 28 de Fevereiro último, a Interafricana Socialista. O Congresso constitutivo teve lugar em Tunes, onde foi estabelecida a sede permanente da Organização.

A julgar pela designação do agrupamento, poderíamos pensar tratar-se de uma coordenadora de movimentos de esquerda, no caso, a primeira no continente africano. O que é facto, é que, pelo contrário, os partidos agora organizados na LS são quase todos de direita ou

centro-direita, ou movimentos que apoiam ditaduras pró-ocidentais. Com efeito, a ideia agora concretizada, foi lançada, em 1973, pelos presidentes da Tunísia e do Senegal, respectivamente Habib Bourguiba e Leopold Senghor, titulares de regimes autoritários e estreitamente ligados à França.

A 31 de Dezembro passado, Senghor renunciou ao seu cargo depois de haver governado durante 20 anos, tendo nomeado para o seu lugar o «delfim», Abou Diouf, até então Primeiro-Ministro do Senegal. Ao des-

pedir-se da condução administrativa do seu país, o conhecido poeta francófono anunciou que dedicaria os seus esforços à criação da I.S.

Bourghiba foi nomeado presidente honorário da I.S. enquanto que Senghor preside ao seu bureau directivo (*). Fere a atenção que, ao lado dos seus respectivos partidos, se encontrem na direcção da nova organização partidos como a União Socialista do Sudão, apoiante da cruel ditadura que governa o país, ou de um partido que sustenta a autoritária monarquia de Marrocos.

Revelador é também que na I.S. não se encontre nenhum dos movimentos que, não obstante as suas divergências ideológicas, caberiam numa definição ampla de socialismo e que se encontram à frente dos Governos da Argélia, Tanzânia, Angola, Moçambique, Etiópia, Líbia, Zimbabué e Uganda.

Daí que, e não obstante as declarações de Bourghiba, para quem a I.S. deveria contribuir para traçar «as vias africanas do socialismo» com o fim de «construir modelos de democracia social, económica e política» não inspirados nem a Este nem a Oeste, os observadores vejam neste acto de Tunes a criação de uma frente política, mais táctica que ideológica.

A nova organização procura agrupar e coordenar os movimentos políticos partidários do *status quo*, incluindo a preservação da presença dominante das ex-metrópoles e das empresas transnacionais. É o que sucede nos países dos fundadores Senghor e Bourghiba e, com variantes de caso para caso, o que acontece nos países dos demais membros da organização.

A I.S. coloca-se, portanto, em oposição aos movimentos revolucionários e progressistas, o

que viria a ser interpretado, nessa área, como um factor de divisão continental. O semanário da F.L.N. argelina, «Revolucion Africaine», afirmaria que a I.S. procura fomentar novas divisões e «provém de uma vontade deliberada de criar uma demarcação entre os países revolucionários e os outros».

Quanto às relações entre a I.S. e a Internacional Socialista, a que preside o social-democrata alemão Willy Brandt, representada em Tunes por um dos seus vice-presidentes, o italiano Bettino Craxi, tem-se caracterizado até agora por uma certa ambiguidade. Segundo a sua própria definição, a I.S. propicia o estabelecimento de relações com os organismos regionais que se inspiram no socialismo democrático e procura, em particular forjar laços entre os seus membros e os partidos socialistas da Europa. Contudo, a Interafricana não postula a sua filiação na Internacional Socialista.

A Internacional Socialista, recorde-se, foi integrada originalmente por partidos socialistas europeus, em cujo seio com o decorrer do tempo, passaram a predominar as tendências social-democratas. Porém, alguns dos seus membros conservam a

opção marxista e convergem em frentes de esquerda com partidos comunistas. Nos últimos anos, a Internacional estendeu a sua acção de um modo muito activo à América Latina e aproximou-se dos movimentos mais progressistas da região. Apoiou com firmeza o sandinismo nicaraguense, assim como hoje apoia a luta da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador.

Andar à esquerda na América Latina e simultaneamente à direita em África é incoerente, afirmam os críticos de uma identificação com a Interafricana Socialista. Acrescentando que a Internacional Socialista não deveria prestar cobertura ideológica a regimes autoritários e repressivos, a despeito da semelhança nominal com que se autodesignaram os «socialistas africanos».

On the left — Bourghiba — Senghor — Craxi

(*) foram eleitos para o *bureau* directivo o Partido Socialista Desturiano, da Tunísia, o Partido Socialista do Senegal, o Istíqlal, de Marrocos, o Partido Nacional do Povo do Gana, a União Socialista do Sudão e o Partido Social-Democrata das Ilhas Maurícias. Os restantes participantes foram: a U. S. P. F. de Marrocos, o Partido Progressista da Gâmbia, o Conselho Revolucionário da Somália, o Partido Trabalhista das Ilhas Maurícias e a Liga Popular da Independência de Djibuti.



Bourghiba, Willy Brandt e Senghor. A Interafricana Socialista nasce com a padrinagem dos socials-democratas europeus

Senegal: A reforma constitucional

□ Menos de um mês após o início do seu mandato, o novo governo do Senegal, presidido por Abdou Diouf, decidiu liberalizar a vida política do país. Diouf recebeu, a 1 de Janeiro passado, o cargo de presidente de Leopold Senghor, que exerceu o poder absoluto durante 20 anos.

Por sua vez, Diouf, que durante os últimos anos tinha sido o primeiro-ministro de Senghor, nomeou como seu sucessor Habibi Thiam, o qual, no início de Fevereiro, anunciará uma reforma constitucional que «garantirá a expressão democrática de todas as correntes politicamente representativas. «Todos os grupos políticos – afirmou – terão o direito de se organizar e concorrer às eleições parlamentares».

A mudança é significativa, já que o presidente-poeta Senghor, apesar das suas proclamações de fé na democracia, na realidade apenas tolerava a oposição que lhe convinha. Em 1976, fez com que fosse aprovado por uma Assembleia totalmente controlada pelo seu chamado Partido Socialista um sistema que foi qualificado de «quadripartidismo imperfeito». Esse esquema levou a que fossem legalmente admitidas apenas quatro formações, que, em tese, deveriam corresponder às quatro correntes ideológicas clássicas: a liberal, social-democrata, socialista e marxista.

A verdade, porém, era outra. O partido de Senghor de socialista apenas conservava o nome e o pressuposto partido marxista selecionado pelo governo era uma formação totalmente alheia a



Diouf: promessas de liberalização

essa ideologia. Através dessa manobra, o regime dava a apariência de uma abertura democrática, enquanto mantinha ilegal o principal movimento de esquerda, dirigido pelo prestigiado antropólogo e historiador Cheikh Anta Diop.

Na realidade, nada havia mudado. Daí que os núcleos oposicionistas de esquerda se tivessem organizado forçosamente à margem do sistema.

A reforma operada por Diouf e Thiam permitirá a todos os sectores – em princípio parece não haver restrições – uma participação na vida política. Subsistem, no entanto, algumas dúvidas se na prática será de facto conser-

tido todo o pluralismo estabelecido no conteúdo da reforma constitucional. Dúvidas que se fundamentam em algumas declarações proferidas por Thiam: «não permitiremos que esta liberalização favoreça polémicas estéreis e acentue as divisões no seio do parlamento». O primeiro-ministro afirmaria ainda ser «uma permissão da reforma que no parlamento se estabeleçam maiorias estáveis, condição necessária de um Estado forte e respeitado». Tais palavras, vindas de homens habituados a conduzir o país durante vinte anos sem admitir um espaço real para a oposição, justificam o receio expresso por aqueles que temem uma aplicação limitada da liberalização instituída pela reforma constitucional. Para julgar esta, será necessário pois, aguardar até que a sua instrumentação deixe bem claro o seu alcance concreto.

Estima-se contudo que, ainda que venha a ser respeitado o anunciado pluralismo, haveria apenas modificações nas relações das forças eleitorais do momento. O partido governante tem realizado uma série de alianças e pactos, em particular com chefes religiosos muçulmanos, que controlam mais de 50 por cento dos votos.

Existe, porém, um amplo espaço potencial para a oposição a este regime, que, em nome do socialismo, tem mantido sem alterações estruturais o sistema herdado do colonialismo francês. Assim, se a reforma for aplicada com seriedade, será previsível um crescimento da oposição dentro do parlamento.

Transnacionais apoiam Marrocos

□ Apesar de terem expressado a sua «neutralidade» na guerra do Saara Ocidental, os Estados Unidos demonstram estar cada vez mais associados aos objectivos do rei Hassan II de Marrocos. Durante o ano passado, viria a ser aprovada a venda de equipamento militar ao regime de Rabat no valor de 232,5 milhões de dólares. Por seu lado, as transnacionais norte-americanas, principalmente a *Westinghouse*, com importantes interesses na região, têm pressionado a Casa Branca no sentido de ser ampliado mais ainda o apoio militar a Marrocos.

O principal atractivo da *Westinghouse* são os fosfatos: em 1963 foi descoberta em Bu Craa – no Saara Ocidental agora ocupado pelas forças marroquinas – a quarta jazida mundial de fosfato. O controlo do minério proporcionaria ao rei Hassan II um virtual monopólio das reservas de fosfatos do mundo capitalista. O interesse maior da *Westinghouse* centra-se, sobretudo, no urânio contido no ácido fosfórico extraído dos fosfatos. Aquela transnacional, juntamente com outras empresas, desenvolveu uma tecnologia apropriada para a sua extração, o que facilitaria a alimentação dos seus reactores nucleares.

Michael Judet, director da *Westinghouse* para o desenvolvimento de operações no Médio Oriente e em África, revelou ter sido apresentada uma oferta para vender a Marrocos tecnologia de extração de urânio. O Governo marroquino decidirá em breve qual a transnacional que ganhará a licitação. Aquela empresa norte-americana tem, no entanto, motivos para estar optimista, pois, em 1977, concretizou um contrato com Marrocos no valor de 200 milhões de dólares para a construção de um sistema táctico de defesa aérea; parte desse sistema terrestre de radar está a ser instalado no Saara Ocidental.

A *Westinghouse* não é, porém, a única transnacional que beneficia da sua presença em Marrocos e do apoio dos Estados Unidos à guerra de anexação do rei Hassan. Em Maio do ano passado, o Departamento de Estado norte-americano aprovou um plano da companhia *Northrop Page* para a construção um vasto sistema de supervisão electrónica que permitiria Marrocos detectar os movimentos das forças da Frente Polisário no Saara

Ocidental e no sul marroquino. Apesar da *Northrop* não ter integralmente concluído o acordo com os marroquinos, a empresa já fez negócios com aquele país vendendo caças F5-E e projéctiles terra-ar tipo «maverick».

Calcula-se que cerca de 60 mil soldados marroquinos estarão envolvidos na guerra de agressão, o que representa um custo diário para Marrocos de mais de um milhão de dólares.

Malawi: água potável para todos

□ Abastecer de água potável todas as regiões do país para elevar o nível de saúde pública é o principal objectivo de um programa já iniciado pelo governo de Malawi e que conta uma ampla participação popular. A meta fixada para esta década, segundo informações oficiais, é a de atingir 70% da população urbana e 35% da população rural.

A epidemia que, em 1973/74, atacou o Malawi – país da África Oriental com uma população de pouco mais de 5 milhões de habitantes – demonstrou que os povos abastecidos com água potável estão mais protegidos das enfermidades: foi registado apenas um caso de doença nos locais com água potável, enquanto nas áreas não beneficiadas, 20 em cada 350 habitantes eram contagiados.

Os moradores em áreas rurais, a maior parte dos quais são mulheres consideradas como as principais beneficiárias do programa, representam 90% da população total. A colaboração deles tem sido importante: mais de 2 mil quilómetros de tubagens foram instaladas pelos campões para abastecer de água potável cerca de 420 mil pessoas. Inicialmente, o Malawi enfrentou o problema através de perfurações de poços: em 1977, 4 mil abasteciam 2 milhões de habitantes. Mas os altos custos de perfuração e manutenção desse sistema fizeram com que o governo buscassem a solução para o problema através de outros meios tecnológicos.

O Iraque e a indústria nuclear

- O Governo dos Estados Unidos insiste nas suas críticas ao Iraque, pelo programa nuclear desse país.

A história é antiga. Para Washington, a indústria atómica deve ficar limitada a um pequeno clube de países desenvolvidos, que, pelas possibilidades desse conhecimento científico teriam, assim, o real privilégio do poder.

No caso específico do Iraque, Washington não pode admitir que um país árabe possa ter uma indústria nuclear. E vem com o estribilho de sempre: a partir de reactores para fins pacíficos, esses países poderão fabricar bombas.

O argumento é uma impostura. Israel tem reactores e também já fabrica bombas atómicas. Mas isso

não suscita críticas nem perturba a paz do governo norte-americano, responsável directo pelo projecto nuclear israelita.

O governo do Presidente Saddam Hussein tem deixado claro que as instalações nucleares do Iraque não se destinam a projectos belicistas. Mas também tem sido muito firme em reivindicar para o seu país o pleno direito de desenvolver uma indústria atómica.

Com essa posição, o governo do Iraque não apenas defende a autonomia das suas decisões, como amplia ao campo do Terceiro Mundo o pleno direito dos seus países em ingressar na tecnologia nuclear voltada para os seus projectos de desenvolvimento.

Deter a agressão à África



- Nas últimas semanas intensificaram-se os actos de agressão contra Angola e Moçambique. Ataques aéreos e terrestres contra populações civis e acampamentos de refugiados multiplicam-se, enquanto agentes sul-africanos procuram infiltrar-se nos dois países para tentar desestabilizar os seus Governos.

Essa situação não é casual, mas sim a expressão de uma política agressiva e expansionista,

ditada por Washington aos seus aliados do Governo racista de Pretória.

Simultaneamente com as agressões aos dois países, o Governo de Reagan procura apoio no Congresso para institucionalizar a ajuda militar aos fantoches da Unita e outros grupos contra-revolucionários de Angola e Moçambique. A sua meta é clara: tornar a África Austral um campo de batalha, na esperança de poder deter o processo de transformações que ali se verifica, sob o impulso

das revoluções de Angola e Moçambique.

Sobre o destino dessa nova etapa da luta dos africanos pela sua auto-determinação, o presidente Samora Machel foi claro (ver artigo nesta edição): «a batalha final será em Pretória e não em Maputo ou Luanda». Idêntica posição de firmeza tem caracterizado a linha dos angolanos, expressa ontem pelo seu líder, o desaparecido presidente Agostinho Neto, e hoje pelo seu dirigente máximo, o presidente José Eduardo dos Santos.

Não se trata, portanto, do destino da luta, mas do

desafio que se coloca a todos os povos do mundo: mobilizarem-se para deter esse novo foco de perigos para a paz do mundo, criado pelos belicistas de Washington. Não é possível que o destino da Paz fique à mercê de «falcões» como o secretário de Estado dos Estados Unidos, Alexander Haig.

É preciso que Reagan e seus aliados da África do Sul se convençam de que Angola e Moçambique, como o Vietname ontem e a América Central hoje, não lutam nem lutarão sóis, nem a guerra se limitaria àqueles dois países.

Bangladesh sugere associação regional

□ O Bangladesh distribuiu um documento de trabalho entre os Governos do Sul da Ásia apresentando uma exposição de motivos a favor da institucionalização das relações entre eles. O objectivo é o de estabelecer uma Associação Regional. Os ministros das relações exteriores do Sri Lanka, Bangladesh, Maldivas, Nepal, Butão, Índia e Paquistão realizaram a sua primeira reunião em Colombo, entre 8 a 10 de Março, para discutir a proposta. Essa reunião foi apenas preparatória para a primeira conferência de cúpula dos Chefes de Estado e Governo da região, que deverá ter lugar ainda esse ano.

Enquanto o Sri Lanka e o Nepal apoiaram total-

mente a ideia desde o princípio, a Índia e o Paquistão – as maiores potências da região – demonstraram algumas reservas iniciais sobre a viabilidade do projecto. A Associação Regional, segundo a proposta de Ziaur Rahman, presidente do Bangladesh, teria um papel importante na manutenção da paz e da segurança na região.

No entanto, o fundamental do acordo seria a cooperação económica para o desenvolvimento, que atingiria áreas de investigação e sectores agrícola, científico, de transportes, de navegação, de telecomunicações, de turismo e intercâmbio de tecnologia, entre outros.

Leia a imprensa revolucionária do Terceiro Mundo





Alberto Cassimo

Perda. Morreu aos 36 anos de idade, no dia 28 de Fevereiro passado, vítima de uma complicação cardíaca, o ministro do Trabalho de Moçambique, Alberto Cassimo. «Perdemos um dirigente, um militante comunista, um amigo» — refere um comunicado conjunto do Comité Central do Partido FRELIMO, da Comissão Permanente da Assembleia Popular e do Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique. Durante o período de transição para a independência nacional, Cassimo dirigiu uma comissão encarregada de negociar as questões relacionadas com a transferência do ex-Banco Nacional Ultramarino para o Banco de Moçambique. Em Maio de 1975, foi nomeado governador do banco, cargo que exerceu até 1978, quando foi chamado a dirigir o Ministério do Trabalho.

Médicos — Uma cerimónia em Luanda festejou a formatura dos primeiros 23 médicos graduados no país depois da independência, conquistada em 11 de Novembro de 1975: 19 de Angola, 3 de Cabo Verde e 1 de Portugal. A solenidade foi presidida pelo ministro da Educação e membro do Bureau

Político do MPLA-Partido do Trabalho, Ambrósio Lukoki.

Armamento — O jornal *Al Watau*, do Kuwait, citando fontes diplomáticas de Nova Iorque, denunciou o envio de novos armamentos enviados pelos Estados Unidos com destino à Somália. O jornal refere ainda que os EUA prometeram enviar mais armas no decorrer dos próximos meses.

Salário magro — O aumento da produtividade e uma redução cada vez maior do salário real dos trabalhadores constituem as duas componentes principais do crescimento da economia paraguaia e da acumulação de capital nos núcleos empresariais mais importantes do país, assim como do crescente interesse de que é alvo por parte dos investidores estrangeiros. Durante os últimos 25 anos deu-se uma redução do salário mínimo da ordem dos 52%.

Militares salvadorenhos — O director de Migração do Panamá, Elias Castillo, denunciou o desembarque ilegal de militares salvadorenhos na base aérea norte-americana Howard, sob controlo do Comando Sul dos Estados Unidos, situada nas margens do canal interoceânico. O grupo de oficiais do Exército de El Salvador negou-se a realizar os trâmites de migração panamianos, desrespeitando assim a lei do país. De acordo com o tratado sobre o canal, em vigor desde Outubro de 1979, qualquer pessoa, civil ou militar, que desembarque numa base aérea norte-americana está submetida às leis do Panamá. O treinamento intensivo de oficiais e soldados salvadorenhos foi alvo de condenações publicadas na imprensa e de manifestações de rua.

Sadat — Em virtude do crescimento do apoio e da força da oposição ao regime egípcio, o presidente Sadat elaborou um plano para a combater.

Segundo o jornal do Abu Dhabi *Al Ittihad*, esse plano pode resumir-se nos seguintes pontos: fortalecimento da segurança interna, contenção das forças de oposição e dos fundamentalistas islâmicos; desarticulação de qualquer tentativa de se reviverem as forças nacionais de oposição, desviando a atenção pública através de mudanças dramáticas de alguns dos cargos mais importantes no exército e na polícia; realização de eleições para a direcção do partido e do governo, das bases à cúpula; contactos tácticos com alguns países árabes com a finalidade expressa de se conseguir uma reconciliação; reorganizar o gabinete e formar um novo governo de coligação, de maioria do

x telex telex telex telex tele:

partido do governo, com representantes de outros partidos, sob o lema: «Reconstituição do Egito».

Esquadrão — Em resposta à actividade dos grupos revolucionários chilenos que nos últimos seis meses têm intensificado as suas acções, o Ministério da Defesa criou recentemente um «esquadrão antiterrorista urbano», integrado por 150 homens seleccionados pelas suas condições físicas, rapidez mental e treinados «a rigor» — a eleite dos organismos de segurança e policiais do país. A informação é veiculada pelo jornal *La Tercera*. Os comandos actuarão não só para contra-atacar a actividade dos grupos revolucionários de oposição à ditadura como também para investigar e reprimir atentados com explosivos e outras manifestações.

Edição — A União dos Escritores Angolanos, editou durante 1980 25 obras de escritores nacionais que atingiram 200 mil exemplares. As obras publicadas incluem literatura angolana, estudos, ensaios e ainda a edição especial do conto *Náusea*, de autoria do Presidente Agostinho Neto. A melhor obra editada e com maior tiragem, segundo aquela União, foi o romance *Mayombe* de Artur Pestana (Pepetela).

Para futuras publicações, a UEA anunciou ter já recebido obras de 81 membros.

Urânio — Foram recentemente denunciadas pressões por parte da administração norte-americana para que o México assine um «convénio de salvaguarda» nuclear que permitiria a presença de técnicos norte-americanos nas instalações nucleares mexicanas. O governo norte-americano mantém um embargo sobre um carregamento de urânio enriquecido adquirido pelo México desde 1972. De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores na Indústria Nuclear (SUTIN) do México, que fez a denúncia, o embargo afecta o Centro de Investigações Nucleares de Salazar e prejudica o andamento da instalação do projecto núcleo-eléctrico de Laguna Verde.

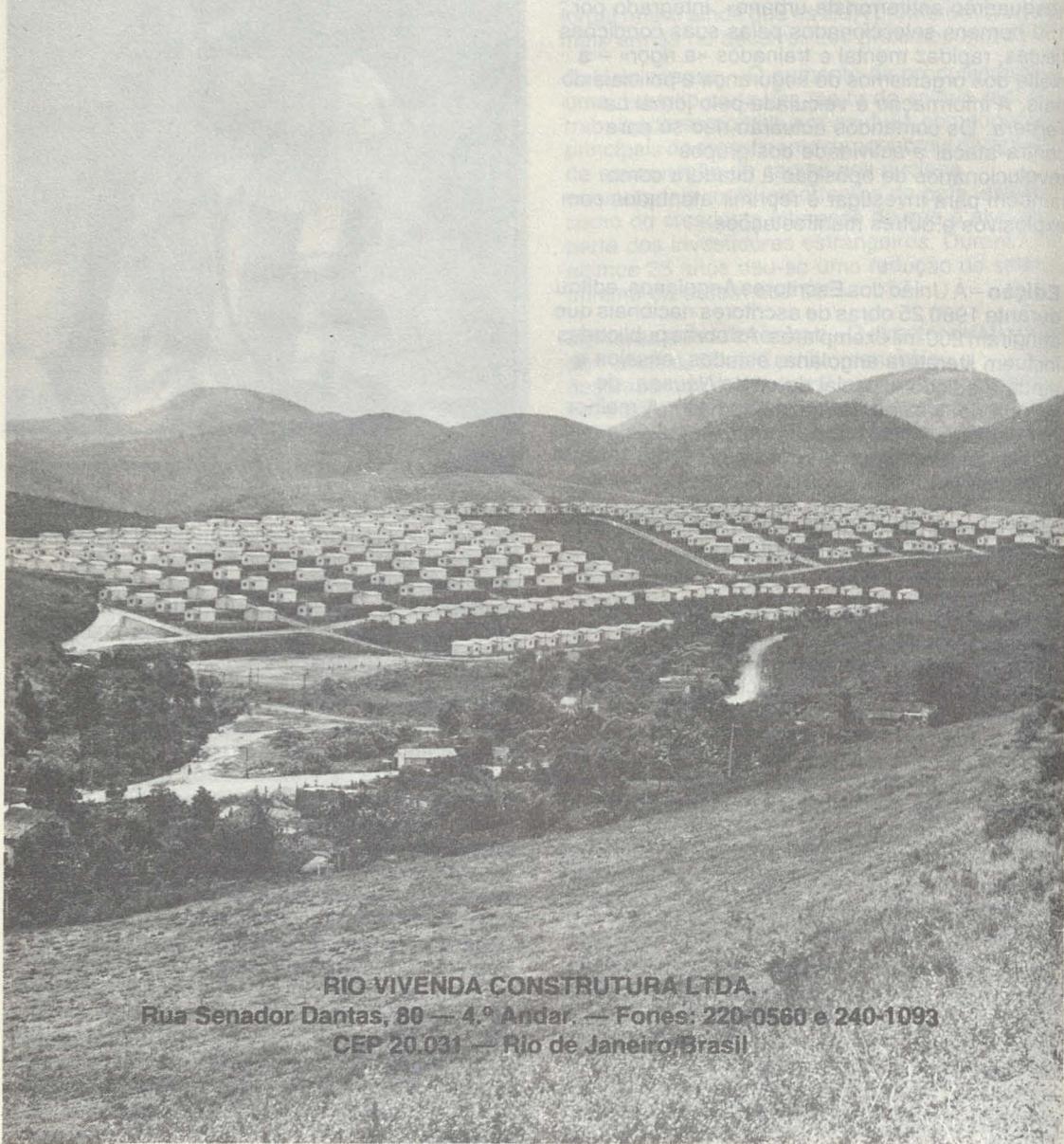
Segundo o mesmo sindicato, as pressões visam pressionar o México no sentido de o forçar a utilizar a tecnologia norte-americana para o desenvolvimento da sua energia nuclear. O México tem-se mostrado interessado na tecnologia canadiana, à base de urânio natural, e nas experiências desenvolvidas pela Suécia e pela França.



A inflação é a causa principal da fuga dos quadros israelitas

Emigrados — Mais de 25 mil pessoas com cursos médios ou superiores deixaram Israel nos últimos três anos com destino aos Estados Unidos, Austrália, Europa Ocidental e África. A maioria dos emigrados são de origem europeia, mas entre eles contam-se igualmente muitos hebreus nascidos na Palestina. Segundo dados do Departamento Central de Estatística israelita, em 1973 chegaram a Israel 55 mil imigrantes, enquanto que em 1974 esse número reduziu-se a 32 mil. Por outro lado, a emigração foi três vezes superior em 1974 que a registada entre os anos de 1967 a 1973: 7500 hebreus abandonaram Israel entre 1968 e 1972, 12 mil em 1973, 21 mil em 1974 e 30 mil durante o ano passado. Além disso, de acordo com a legislação israelita, só é considerado «emigrado» quem residir mais de 4 anos no exterior. Basta entrar uma só vez no país, por alguns dias que seja, para se deixar de ser emigrado do ponto de vista estatístico. Segundo um estudo do Instituto Israelita de Investigações Sociológicas, as causas principais da emigração são várias: a inflação que atingiu o recorde mundial de 133% ao ano, o aumento do custo de vida, a incerteza pelo futuro das crianças, o desemprego, a insegurança, o serviço militar e, em último lugar, a resistência nacionalista palestina.

A RIO VIVENDA está construindo 4.000 unidades habitacionais populares no Rio de Janeiro. Está ajudando o país a tornar-se independente das tecnologias estrangeiras.



RIO VIVENDA CONSTRUTURA LTDA.
Rua Senador Dantas, 80 — 4.º Andar. — Fones: 220-0560 e 240-1093
CEP 20.031 — Rio de Janeiro/Brasil

O "cinema Kung-Fu":



KIAAA!!

TUM!

alienação ou anticolonialismo?

UMA verdadeira revolução produziu-se nas telas cinematográficas do Terceiro Mundo durante a década dos anos 70: o tradicional «rapaz» de Hollywood (norte-americano, branco,

Sol Carvalho *

Pela primeira vez o Terceiro Mundo tem um género cinematográfico de massas. Os críticos ignoram-no, o povo apaixona-se e os intelectuais debatem se se trata de uma armadilha alienante ou de uma mensagem libertadora

* O autor é redactor da revista *Tempo* de Moçambique

quase sempre louro e de olhos azuis) que alcançava a glória matando índios, bandidos mexicanos ou soldados japoneses, chineses e coreanos, foi substituído por um novo herói, de olhos rasgados e cabelo negro que não usa senão as armas do seu próprio corpo, numa luta que é também bailado e acrobacia: o Kung-Fu.

Há uma década que os filmes de Kung-Fu batem sistematicamente todos os recordes de audiência e bilheteira na América Latina, Ásia, África e nos bairros populares da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Junto com eles, surgiu toda uma indústria que alimenta essa nova «cultura de massas» com livros, revistas ilustradas, camisolas, cartazes e outros artigos de consumo.

No entanto, esse fenômeno tem sido virtualmente ignorado pelos críticos de cinema e desprezado pelos intelectuais, que só vêem nele um reflexo de sede de violência dos marginais e do «lúmpen».

O que é o Kung-Fu? Onde está a raiz da sua enorme atracção para as massas? A sua mensagem violenta é um novo mecanismo de alienação ou exprime a sede de vingança dos oprimidos do Terceiro Mundo?

As origens da luta

Aquilo que geralmente se conhece como Kung-Fu é uma arte marcial inventada por monges budistas. Afirma-se que foi criada a partir de observação dos movimentos de agressão e defesa dos animais, especialmente dos felinos.

As lições de Gautama Buda, um princípio que viveu no Himalaia, no século V a.c. são seguidas hoje por duzentos e cinquenta milhões de pessoas, principalmente no sudeste asiático.

De acordo com as normas budistas, os sacerdotes são impedidos de realizar qualquer tipo de trabalho manual, dedicando-se o tempo inteiro à reflexão com o objectivo de

alcançar um total domínio da mente e do corpo, o que constitui uma das bases teóricas do Kung-Fu.

Tudo indica (e alguns filmes fazem referência a esse aspecto) que, na antiguidade, os monges budistas foram cruelmente perseguidos pelos mongóis que ocupavam a China. Foi assim que em alguns templos, denominados Shao-Lin, os monges começaram a desenvolver uma técnica de luta destinada fundamentalmente à defesa pessoal e que excluía o uso de armas, já que a sua utilização estava proibida pelos ocupantes.

A filosofia do Kung-Fu baseia-se na estreita relação que existe entre força física e a capacidade mental de concentração denominada «força chi». Segundo a tradição, o ensino do Kung-Fu restringiu-se aos monges que acreditavam que a sua popularização podia conduzir a um indevido uso da técnica. Essa é uma característica comum a quase todas as artes marciais orientais, cujos grandes lutadores se orgulham de não utilizar as suas faculdades para fins pessoais e só fazem em defesa própria.

A ideia-base da luta consistia em que o praticante primeiro dominasse a sua «força chi» para dirigir, contra o adversário, a própria força externa deste último. Uma idéia básica é «primeiro evitar a luta; se não for possível, lutar para mutilar e, só em último caso, matar».

No entanto, os filmes de Kung-Fu são sangrentos e o espectador vê no herói mais um lutador do que um calmo e imperturbável monge budista que detesta a violência. Os monges são apresentados só como mestres com os quais o herói se prepara para atingir os seus objectivos.

Dos pagodes às telas

O aparecimento do «cinema Kung-Fu» como fenômeno de massas parece ser uma consequência do desgaste e da saturação de outros

gêneros cinematográficos de massas, particularmente o *Western*.

A indústria cinematográfica sempre precisou de gêneros de massas destinados à obtenção de lucro fácil. À medida que o cinema se foi popularizando e alcançou camadas cada vez maiores de espectadores, os centros de produção industrial (particularmente Hollywood, nos Estados Unidos) foram adaptando os gêneros de massas às necessidades do momento.

O *western* — antecessor direito do Kung-Fu — proliferou devido à necessidade de se criarem filmes de roteiros e situações simples, facilmente identificáveis pelo espectador. Os «spaghetti-western» italianos, produzidos em série, levaram o gênero a um paradoxismo de ação e violência que, pelo ridículo, acabavam por provocar gargalhadas.

Assim, trinta anos depois da sua «época clássica», o *western* já está saturado e os exibidores exigem novos gêneros. América rural dos grandes ranchos bovinos e a rudeza aventureira dos *cowboys* morreram. O herói tinha que abandonar o revolver e lutar com as mãos livres...

Estamos em pleno auge do neocolonialismo cultural e o Extremo Oriente capitalista assume os valores das sociedades de consumo ocidentais perdendo, dia, a dia, a sua identidade cultural. No período do pós-guerra, os cidadãos das classes médias urbanas sofrem uma rápida transformação cultural.

As artes marciais deixam de ser uma técnica semi-religiosa para se converterem em espetáculos que arrecadam enormes receitas. O segredo que as rodeava desaparece e muitos lutadores orientais são «importados» pelos Estados Unidos, onde dirigem escolas das suas diferentes modalidades. As artes marciais passam a ser «desportos orientais», perfeitamente ocidentalizáveis. A violência que impera nas grandes cidades motiva o cidadão médio a aprender uma técnica de

defesa que não implica o uso de arma. O Kung-Fu aparece assim com a «última moda» desse tipo de luta, depois do kiu-jitsu, o judo e o Karate.

Do fenómeno social ao cinematográfico, foi um pequeno passo: rapidamente, começaram a ser rodados filmes de Karate e Kung-Fu.

Cabe aos eruditos elucidarem se o género nasceu em Hollywood ou Hong Kong. O certo é que essa colónia britânica na China é hoje a capital mundial da produção cinematográfica de Kung-Fu, mas isso nunca teria acontecido se não existisse um amplo mercado para esse tipo de filmes, aberto pela indústria norte-americana de celulóide.

Bruce Lee: a história de um mito

Em plena glória e no momento em que os seus filmes batiam recordes de bilheteira no mundo inteiro, Bruce Lee morreu misteriosamente em 1973 na casa de uma acriz que desapareceu no dia seguinte.

O herói por excelência do Kung-Fu cinematográfico, tinha nascido em San Francisco em 1940, durante uma tournée de uma ópera de Cantão da qual seu pai era a principal figura.

O seu verdadeiro nome era Hsi-Loong que significa «Pequeno Dragão».

Voltando a Hong-Kong, aos 17 anos, desempenha papéis em cerca de 20 filmes locais sem interesse.

Dedica a maior parte do seu tempo, à delinquência, destino comum de tantos jovens marginais e subempregados das grandes cidades. É chefe de uma quadrilha, briga nas ruas, age como fora-da-lei, frequenta centros nocturnos e, em 1958, é consagrado «o rei do cha-cha-cha».

A descoberta das artes marciais, particularmente do Kung-Fu, mudou completamente a sua vida.

Começa a treinar e transforma-se no melhor aluno do mestre chinês Yip-Man.

Em 1958, emigra para os Estados Unidos e trabalha num restaurante. Estuda e cria escolas de Kung-Fu baseadas no seu próprio método, chamado «Jett-Kuna-Do», no qual aplica novas concepções.

A sua excepcional exibição no Torneio Internacional de Karaté realizado em Long Beach (1964) aumenta o seu prestígio e, em 1967, é contratado para um papel secundário numa série televisiva. No papel de «Kato, o justiciero», teve tal êxito que se tornou mais popular que o actor principal.

Mas Hollywood continuava a ignorá-lo. Bruce Lee devia contentar-se em ensinar a sua técnica de luta aos actores consagrados como James Coburn, Steve MacQueen, James Garner e Lee Marvin.

Para os produtores de Hollywood, Bruce Lee era um «homem de cor».

Não tinham escrúpulos em declarar — inclusive à imprensa — que Bruce Lee era muito jovem, demasiado pequeno e «chinês num mundo de brancos». Por isso, nunca triunfaría no cinema ou na televisão.

Assim explicou um executivo da Warner Bros a sua negativa em produzir um filme, «O Dragão», do qual Bruce Lee devia ser o actor principal.

Mas em Hong Kong, um produtor quase desconhecido, Raymond Shaw, vê no frustado lutador uma possibilidade de entrar na indústria cinematográfica dessa colónia britânica. Contrata Bruce Lee como



«Big Boss»: o início da carreira e do sucesso de Bruce Lee, o Kung-Fu.

actor principal de «Big Boss», filme que alcançou um grande sucesso de bilheteira e — surpreendentemente — também foi elogiado pela crítica.

«Fúria de Vencer», o segundo filme de Shaw/LEE, produziu em Hong Kong uma receita de 700 mil dólares, em 28 dias de exibição. Em Singapura, entradas que custavam um dólar eram vendidos a 40 no mercado negro. Nos Estados Unidos, um crítico caracterizou esse sucesso como «a revolução da potencialidade do cinema Kung-Fu». Essa potencialidade representou um lucro de dois milhões e meio de dólares.

Começaram a chover propostas de todas as partes do mundo, mas o «chinezinho» já sentia o sabor do sucesso e fundou, com Raymond Shaw, uma companhia própria, a Concord Film. Com essa firma roda «A Fúria do Dragão», do qual Bruce Lee, foi o produtor, o realizador, o director de cena e o actor principal.

Qual é a moral desta história? Para entendê-la, tem-se que mergulhar nos mecanismos da indústria cinematográfica.

VENDE - SE

Para todos os fins. Produzimos e instalamos ar condicionado Winner. Estamos onde são necessárias condições especiais de ambiente, salubridade e conforto.

Em grandes espaços. Supermercados. Museus. Bibliotecas. Hospitais. Departamentos do Estado. Nas empresas.

Possuímos a experiência
e a tecnologia adequadas
para responder a quaisquer exigências.

A Tepclima fornece tudo
o que os instaladores necessitam.
Sem recorrer a importação.

Aparelhos de ar condicionado.
Desumidificadores. Câmaras frigoríficas.
Instalações para camiões frigoríficos.
Pavimentos falsos.



Fabricado por

Fábrica Nacional de Ar Condicionado / UCRL

HIPER

Distribuido por

TEP Clima scri

Rua do Arco do Carvalhão, 235-C
Tel. 65 83 85 - 65 67 28
1200 LISBOA

PORTO

VLADIMIRO GUIMARÃES
Rua Campo Alegre, 478 - 4100 PORTO - Tel. 69 08 06 - 6 43 62

MADEIRA

BEARLEY & FERNANDES, LDA.
Rua dos Ferreiros, 71 · 9000 FUNCHAL · Tel. 2 53 12

ACORES

ADALBERTO MARTINS & FILHOS, LDA.
Rua Duque de Palmela, 17 · 9700 ANGRA DO HEROISMO - Terceira · Tel. 240 21/2

Produção maciça em Hong Kong

O racismo dos produtores de Hollywood impediu-os de ver que o seu público desejava um novo herói. E isso explica porque foi um produtor oriental (com mentalidade e procedimentos aprendidos dos norte-americanos, mas sem os preconceitos deles a respeito do «homem amarelo») quem lançou Bruce Lee.

O sucesso de Bruce Lee deve-se essencialmente aos mesmos motivos do êxito geral do novo género. Mas, ao mesmo tempo, o nosso herói contribuiu para prestigiar o «cinema Kung-Fu» com uma elevada técnica de combate e a exigência de qualidade cinematográfica para todos os filmes que rodou como protagonista principal.

Hong Kong converteu-se imediatamente na «Meca dos pontapés voadores». Se algo havia de arte nos filmes de Bruce Lee, centenas deles — ou, talvez, milhares — de imitações não são mais do que pura mercadoria. Desde o momento em que o produtor se senta para discutir um projecto, a única coisa que interessa é como fazer esse filme mais rentável, segundo o princípio de «máximo lucro com um mínimo de investimento».

Um filme desse tipo não deve custar mais de um milhão de dólares. Só a sua exibição regional (Malásia, Singapura, Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia e Filipinas) já compensa o investimento e é, muitas vezes, suficiente para conseguir um rendimento superior a 100%. O que se conseguir dá em diante nos mercados da África, América Latina, Europa é puro lucro.

O sistema tem as suas «regras de ouro»:

1) *Absoluta integração*: Na produção industrial do cinema-mercadoria é frequente que os actores, técnicos, argumentistas e todos os outros profissionais sejam contra-



A indústria cinematográfica norte-americana tenta retomar o espaço perdido para o Kung-Fu: é uma missão para o Homem-Aranha

tados pelas companhias por curtos períodos.

As empresas não se sentem obrigadas a estabelecer vínculos contratuais estáveis com os seus empregados, mas esse sistema tem um inconveniente: as «estrelas» podem recusar-se, uma vez terminado o contrato, a rodar outros filmes e a negociar com a concorrência entre as companhias. Quem sofre são os trabalhadores «menores», o chamado «pessoal de apoio».

Em Hong Kong, aplica-se geralmente um esquema diferente de «absoluta integração»: o actor, o argumentista ou o técnico assina um contrato de exclusividade com a empresa. Esta dá-lhe treino e casa, além de determinar, inclusive, o que ele fará com o seu tempo livre.

Em outras palavras, as companhias «criam» as suas «estrelas», que continuam a trabalhar pelo mesmo preço, mesmo depois de

serem famosas. Então, o rendimento do filme é muito maior e o investimento inicial começa a render os seus frutos. Na escola de actores de uma das maiores produtoras, as «estrelas» do futuro são «criadas» com o máximo cuidado para, posteriormente, serem «entregues» aos directores, que dispõem delas como lhes convier.

2) *Controlo centralizado*: é a segunda «regra de ouro». O director controla pessoalmente toda a produção, desde o argumento, cenários, filmagem até à montagem e distribuição. Assim, só um número bem reduzido de pessoas (o director e os seus assistentes, eleitos por sua vez na base do nepotismo) possuem um conhecimento técnico global daquilo que acontece em Hong Kong cinematográfica.

Um técnico de som, por exemplo, intervém apenas no momento de

executar o seu trabalho, de acordo com uma lista diária de tarefas que lhe é dada. Às vezes, grava sem ter sequer ideia de para quem está a trabalhar ou qual é o conteúdo do filme. Trata-se, numa palavra, de alienar completamente o assalariado do produto do seu trabalho. Essa é uma das razões pelas quais o cinema Kung-Fu é altamente estereotipado.

Essa falta de imaginação reflete-se nos títulos dos filmes: Kung-Fu, Karate, hara-kiri, super, invencível, fúria, tigre, grande, lutador são palavras sistematicamente repetidas.

3) *Lucro*: o objectivo de obter o máximo de lucro está directamente vinculado às regras precedentes.

Ao contrário do que existe noutras países capitalistas industrializados, em Hong Kong não se gasta nenhum centavo em pesquisa, não há investimento significativo em projectos de desenvolvimento e só se compra um mínimo de equipamentos. Os cenários, por exemplo, são o mais barato possível. Na busca de lucros, com um mínimo de investimento, chega-se a filmar as mesmas cenas de luta sob diferentes angulações para aproveitá-las em filmes diferentes.

Na cidade cinematográfica, o descanso não existe. Trabalha-se todos os dias, inclusive aos domingos, excepção feita aos três dias do Ano Novo chinês.

A própria publicidade é fonte de lucros. As companhias editam revistas de cinema, imprimem cartazes e camisolas, aumentando os seus ganhos com uma indústria paralela sobre a qual os actores não têm nenhum controlo.

Quem mexe os cordéis?

O «patrão» da Hong Kong cinematográfica chama-se Sir Run Run Shaw. Tem mais de 70 anos e é

originário de uma rica família de mandarins da China pré-revolucionária.

Diz-se que seu irmão mais velho recebeu um dia um cinema como pagamento de uma dívida e, em 1952, fundou uma companhia de produções que empregava Run Run como fotógrafo e Runnie, um outro irmão, como ferramenteiro. Parece que os irmãos Shaw entusiasmaram-se pelo cinema quando se inteiraram de que nos Estados Unidos este chegou a ser a terceira indústria nacional.

Em 1954, a empresa dos irmãos Shaw adquiriu um terreno em Hong Kong e ali começou a levantar o seu império. Rodavam filmes para os emigrantes chineses em todo o mundo até que explodiu o cinema Kung-Fu. A partir daí, Run Run dirigiu pessoalmente a entrada de Hong Kong no mercado cinematográfico internacional.

A companhia produz actualmente várias dezenas de filmes por ano e os seus lucros líquidos, em 1977, foram calculados em 15 milhões de dólares. Em 1976, a *Shaw Brothers* já possuía 140 salas de cinema na Ásia e programava a construção de mais 500.

Cinema Kung-Fu III

Além da produção e da distribuição de filmes, a família tem interesses em quase todos os grandes parques de diversões da Ásia capitalista. Sir Run Run ocupa um importante lugar dentro da estrutura de poder da colónia inglesa. Descobrem-se os seus vínculos concretos, mas Run Run frequentemente aparece como patrono dos bombeiros da cidade, e inclusive, passando revista à polícia local...

Outro *boss* de Hong Kong é Raymond Shaw, director da *Golden Harvest*. Sabe-se que ele trabalhou com Sir Run Run até 1970, quando anunciou o seu afastamento e a fundação de uma empresa própria. Nesse mesmo dia, jornais de Hong Kong anunciam o regresso de um

jovem actor local, desiludido com Hollywood: Bruce Lee!

Às custas de Lee, a *Golden Harvest* conseguiu transformar-se num sério competidor dos *Shaw Brothers*.

Depois da morte do herói do Kung-Fu, Raymond Shaw conseguiu permanecer no mercado explorando o sucesso do jovem actor, cuja memória continua viva até hoje. Os filmes produzidos são muito variados e a companhia pouco difere de qualquer outra norte-americana. O director de relações internacionais é norte-americano e costuma afirmar que «não é por Raymond ser chinês, que se devem fazer filmes chineses toda a vida...»

Sir Run Run seria, então, o homem da «velha guarda» enquanto Raymond Shaw parece vislumbrar que, cedo ou tarde, o cinema Kung-Fu não servirá mais como produto comercial de massas e procura alternativas para manter os enormes ganhos da empresa.

Porque é tão popular o Kung-Fu?

O Kung-Fu aparece, desde o primeiro instante, como um género detalhadamente concebido para ser um cinema de massas, na linha dos velhos policiais, dos filmes chamados «históricos» (que poucas vezes o são) e principalmente dos filmes de *cowboys*. Tem todos os «ingredientes» desse tipo de filmes: uma história simples e acessível a toda a gente, muito movimento e ação a ponto de algumas películas serem uma sucessão tão rápida de lutas que o argumento passa despercebido. São filmes de grande colorido e — que nos perdoem os «esteticistas» do cinema — os filmes coloridos são os que mais atraem o público.

No entanto, um dos factores principais é o herói. A cinematografia mundial, até hoje dominada pelos circuitos de produção e distribuição norte-americanos, criou o

protótipo do herói individual, bom, que luta sozinho contra os maus.

Sobre essa base, que ainda satisfaz muitas plateias, o herói do Kung-Fu tem duas características especiais que o aproximam mais do seu público: primeiro, é um herói que luta com as mãos limpas, o que leva o espectador a acreditar que ele também tem possibilidade, embora remota, de ser como aquele com quem se identifica na escuridão do cinema. Em segundo lugar, esse herói já não é o colonizador, o «branco» que parte à conquista de terras onde vivem outras civilizações e culturas. Muito pelo contrário, o herói do Kung-Fu aparece como o defensor dos valores tradicionais, como o defensor do povo contra os colonizadores, tal como surgiu o Kung-Fu na realidade histórica.

São muitos os filmes em que o lutador está em guerra contra o invasor mongol ou japonês. Claro que essa luta é sempre individual e não se apresenta como uma libertação social mas aparenta sê-lo. Isso explica, por exemplo, que o sucesso inicial dos filmes de Kung-Fu na Europa esteja geograficamente caracterizado: os filmes passam-se nos bairros pobres onde vivem os emigrantes dos países do Terceiro Mundo. Esse género esteve inicialmente reduzido a esse circuito até que o espectador burguês descobriu que o fenómeno era inofensivo e começou a vê-lo como parte do «folclore» terceiro-mundista. É muito raro o caso de países africanos e asiáticos que não tenham a maior parte da sua distribuição absorvida com filmes de Kung-Fu e a sua presença é cada vez maior na América Latina.

A violência é outro motivo do sucesso desse tipo de filmes e desempenha um papel fundamental nos mecanismos inconscientes de reacção do espectador, que «descarga» na tela as suas respostas violentas às frustrações da vida quotidiana.



O Kung-Fu é um herói que luta com as mãos limpas contra o colonizador

diana. É muito comum que entre os espectadores se produza uma verdadeira «avalanche» de aplausos e assobios de apoio quando o herói de um filme «acaba» com os seus inimigos.

A alternância ou a combinação de sexo e violência parece ser a receita básica. Vimos uma película na qual, no momento culminante de uma cena de amor, o protagonista é morto pelo salto do sapato de uma lutadora que entra a voar pela janela. Mas, também, pode ser causa de conflitos com as censuras locais. Não importa, a situação já está prevista e as cenas de extrema violência ou de sexo explícito são programadas de tal maneira que podem ser cortadas sem que se altere a seqüência lógica do filme.

No banco dos réus

O que pode fazer uma película cultural progressista diante deste cinema? O problema foi debatido em Moçambique, onde a Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos chegou a proibir muitas películas de Kung-Fu de baixíssima qualidade. Quando, depois de vários meses sem estreias, foi programado o filme «A Rebelião dos Lutadores» (baseado numa insurreição chinesa no princípio do século contra os invasores japoneses) houve gente que passou 36 horas na bicha

para comprar os seus bilhetes.

«A simples ausência ou anulação de certos filmes não muda automaticamente as ideias do espectador», conclui a revista moçambicana *Tempo*, que sustenta que «nem todos os filmes de Kung-Fu são necessariamente ruins.»

Existe, de facto, prossegue *Tempo*, a tendência de se explicar o sucesso do género afirmando-se que «temos ainda muito «lúmpen», que é o espectador desse tipo de cinema». A revista atribui esse argumento a «intelectuais que nunca viram um filme de Kung-Fu» e constata que, entre o público, é frequente encontrar jovens estudantes, funcionários e, inclusive, quadros do partido.

Preconceitos desse tipo por parte de intelectuais de esquerda baseiam-se no facto real de que esse género foi criado por mecanismos capitalistas de produção e frequentemente projecta uma ideologia complacente em relação ao «capitalismo selvagem» de Hong Kong.

No entanto, não se deve esquecer que muitos dos clássicos do cinema foram feitos a partir dos géneros de massas. Até agora, o cinema Kung-Fu continua a esperar o seu John Ford para que faça com os seus golpes de karate e «pontapés voadores» uma obra de arte como é «A Diligência» com os seus cavalos, *sheriffs* e pistoleiros no Oeste longíquo. □

DAVAR

Há 20 anos na vanguarda do
intercâmbio entre o
Brasil e o Terceiro Mundo.

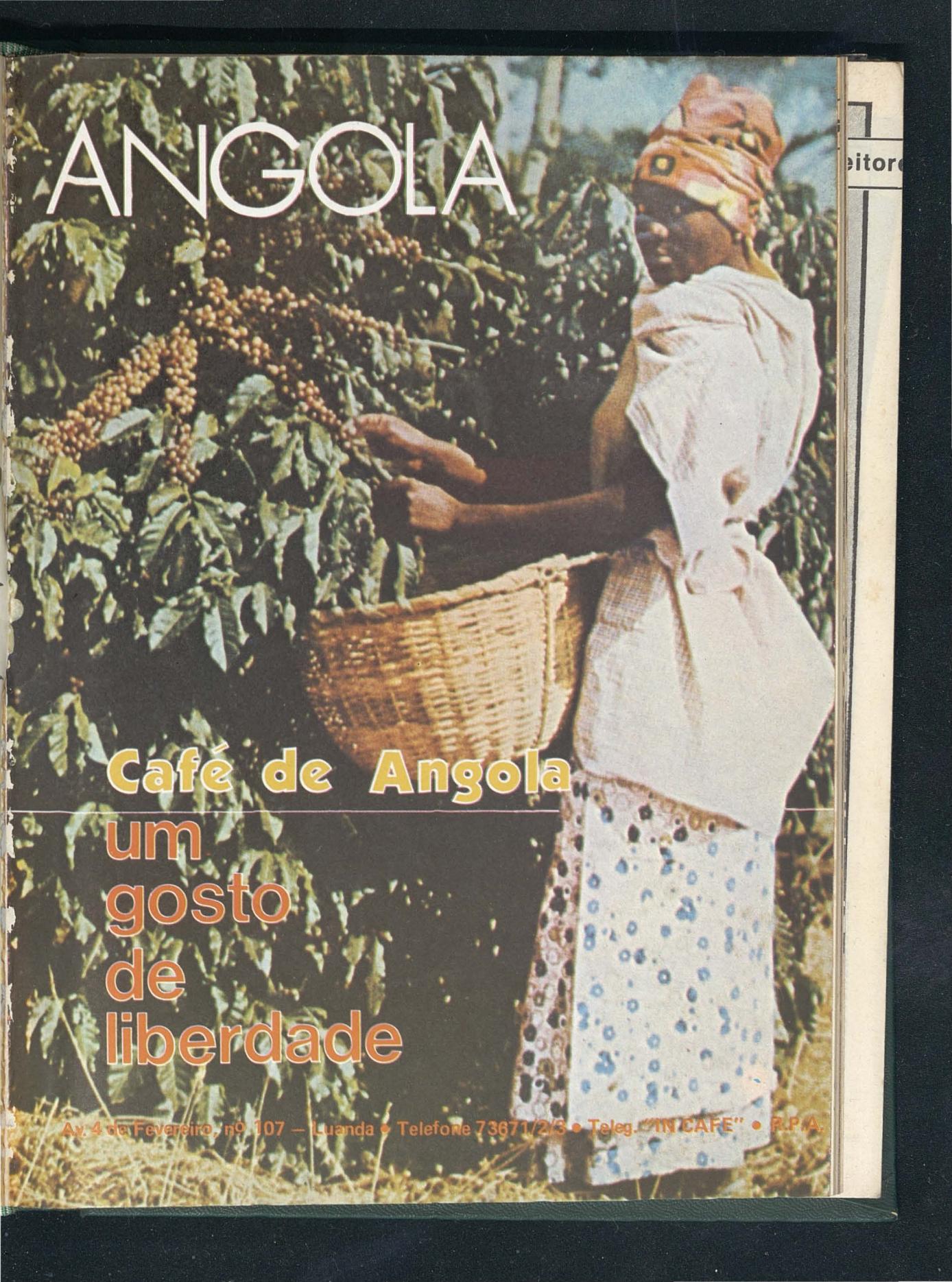
Assegurando sempre a qualidade dos produtos
que exportamos para África, América Latina e Oriente Médio,
aumentamos nosso faturamento 15 vezes nestes últimos
3 anos.

Oferecemos nossos produtos a preços competitivos,
colaborando assim para a nova ordem
econômica internacional, que serve aos
interesses exclusivos dos países em
desenvolvimento.

Nossa linha de produtos de exportação é cada vez maior.
Atualmente estamos exportando: máquinas, equipamentos, implementos
agrícolas, veículos em geral, material elétrico e eletrônico, móveis para
escritório, material de segurança para o trabalho, material de elevação
(empilhadeiras, pontes-rolantes, guindastes) prods. siderúrgicos, prods.
químicos, materiais de construção, prods. médicos, odontológicos e
hospitalares, alimentos, texteis, papel e outros manufaturados.

DAVAR S.A. Indústria e Comércio Telex (011) 24-549, 311-117 DAVAR BR.
Av. Presidente Wilson, 3116 - 04220 - São Paulo - SP - Brasil. Fone (011) 274-9411

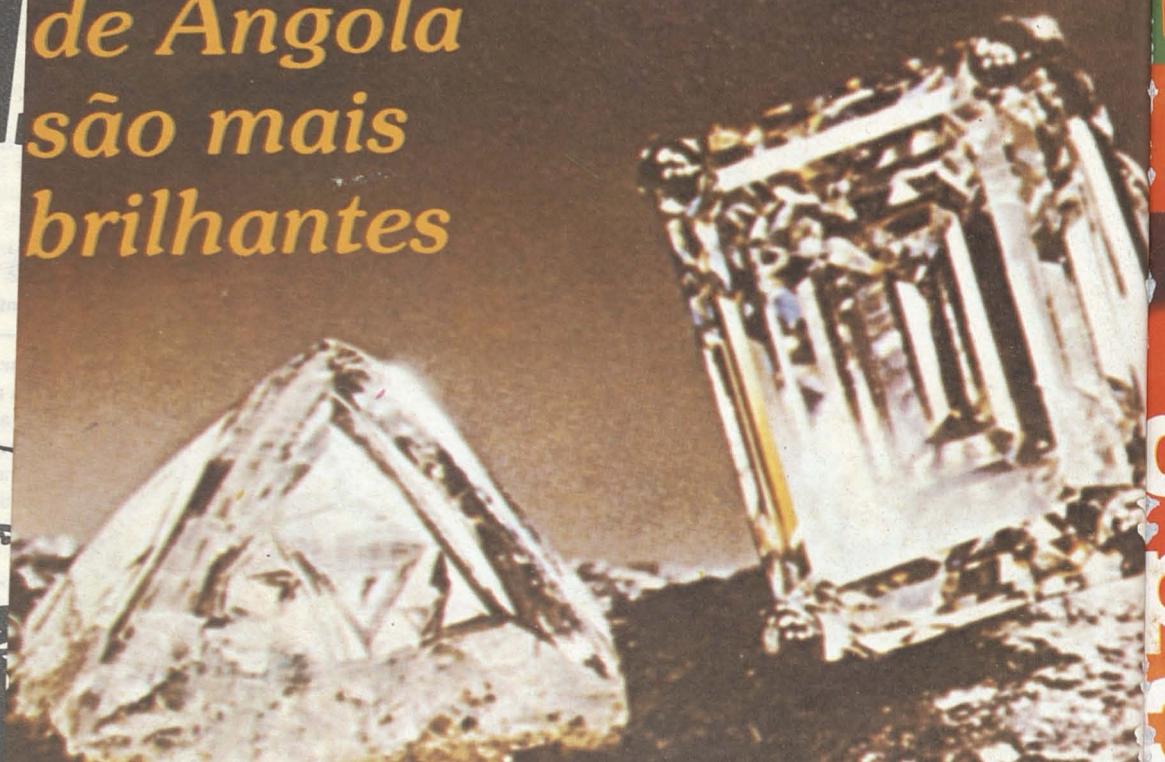
ANGOLA

A color photograph of a woman in traditional Angolan clothing, including a headwrap with a yellow and red pattern, harvesting coffee beans from a bush. She is wearing a light-colored, patterned dress and a white shawl. A large woven basket is slung across her body. The background is filled with coffee plants bearing green and yellow beans.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Ay. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*



*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola